



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**BIANCA SILVA LOPES COSTA**

**“MILAGRE DO EFATÁ”: DISCURSOS E PRÁTICAS DO CATOLICISMO NA  
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL (1950-1980)**

Salvador  
2019

**BIANCA SILVA LOPES COSTA**

**“MILAGRE DO EFATÁ”: DISCURSOS E PRÁTICAS DO CATOLICISMO NA  
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL (1950-1980)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra Theresinha Guimarães Miranda

Salvador  
2019

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Costa, Bianca Silva Lopes.

“Milagre do efatá” : discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980) / Bianca Silva Lopes Costa. - 2019.

153 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Theresinha Guimarães Miranda.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

I Surdos - Educação. 2. Educação cristã de surdos. 3. Obras da Igreja junto aos surdos. 4. Igreja Católica - Educação. 5. Análise crítica do discurso. I. Miranda, Theresinha Guimarães. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.912 - 23. ed.

**BIANCA SILVA LOPES COSTA**

**MILAGRE DO EFATÁ: DISCURSOS E PRÁTICAS DO CATOLICISMO NA  
EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL (1950-1980)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 29 de agosto de 2019

Banca Examinadora

Theresinha Guimarães Miranda – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, São Paulo- SP  
Universidade Federal da Bahia

Solyane Silveira Lima \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Edilece Souza Couto \_\_\_\_\_  
Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis – SP  
Universidade Federal da Bahia

Edinalma Rosa Oliveira Bastos \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA  
Universidade do Estado da Bahia

Susana Couto Pimentel \_\_\_\_\_  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ao Senhor Jesus, pela graça concedida de ter sido aprovada e ter concluído o Doutorado.

## AGRADECIMENTOS

São tantos, e tão especiais...

A Deus primeiramente por ter me concedido tão maravilhosa e desejada benção. Esteve presente em todos os momentos cumprindo sua promessa: "...eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel [...] Porque eu, o Senhor teu Deus, te tomo pela tua mão direita; e te digo: Não temas, eu te ajudo" Isaías 41: 10 e 13.

Ao meu querido esposo, Gardel Costa, por ter me auxiliado, incentivado e pela parceria em todos os momentos durante o Doutorado.

Ao meu filho, Álef Costa, pela compreensão nos momentos em que eu precisava me ausentar para participar das aulas, congressos e outros encontros relativos ao curso. Além, do incentivo e do estímulo por buscar o conhecimento.

Aos meus pais, Edinalva Silva e Geraldo Lopes, por ter me proporcionado e estimulado nos estudos e por ter me ensinado a aprender.

A minha querida Orientadora Theresinha Miranda sempre tão atenciosa, gentil, solícita e receptiva, uma grande mestra.

A Professora Alessandra Barros pelas suas contribuições e auxílio no início da caminhada no Doutorado, por ter me selecionado como aluna especial em uma disciplina ministrada por ela, e depois juntamente com Professora Theresinha Miranda ter me selecionado como aluna regular, acreditando assim no meu trabalho e me incentivado na pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA, especialmente ao Professor Jonei Cerqueira Barbosa e Professor Edvaldo Souza Couto, grandes mestres, aulas maravilhosas, dicas e orientações, enfim inesquecíveis professores.

Ao núcleo de Pós-graduação em Educação da UFBA, especialmente aos queridos Cleiton, Eliene, Eline e Ricardo pelo apoio, preocupação e qualidade na assistência a nós estudantes do Programa.

Aos colegas do curso de Doutorado pela parceria nos estudos, conselhos, compartilhamentos, risadas, enfim o companheirismo fundamental e essencial na nossa trajetória de estudante.

O meu muito obrigada por possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, da maior importância para meu crescimento como ser humano e profissional.

Quando vi meu nome publicado na lista de aprovados no Doutorado em Educação da UFBA “...foi como um sonho. Então a nossa boca encheu-se de riso, e a nossa língua de cantos de alegria [...] Sim, coisas grandiosas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres [...] Aqueles que semeiam com lágrimas, com cantos de alegria colherão. Aquele que sai chorando enquanto lança a semente, voltará com cantos de alegria, trazendo os seus feixes”

Salmos 126: 1-3, 5-6.

COSTA, Bianca Silva Lopes. “Milagre do Efatá”: discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980). 2019. Orientadora: Theresinha Guimarães Miranda. 156 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## RESUMO

Esta tese consistiu em uma análise sobre os discursos e as práticas da Igreja Católica na educação de surdos entre os anos de 1950 e 1980, bem como investigou os sentidos e significados desses discursos no processo educacional desses sujeitos. A investigação partiu da análise de obras, textos e documentos tecidos pela Santa Sé para a catequese e, conseqüentemente, a educação desses indivíduos, buscando identificar nessas produções discursivas, os modos como a surdez foi construída, tecida pela Instituição de forma a instituir saberes. Além disso, percebeu as relações históricas, de poder, de saber e de práticas instituídas pela Igreja para com a educação de surdos. A produção de discursos sobre integração social, educação e acolhimento aos surdos ocupa uma posição de base histórica na Igreja Católica, incomparável a outras instituições. A partir dos anos 30 do século passado no Brasil, foram perceptíveis tentativas expressivas de escolarização para as pessoas com deficiência por parte da Igreja. A organização em associações e a criação de escolas junto a hospitais foram bem evidentes nas décadas seguintes. Diretrizes e princípios foram significados no processo educacional de pessoas com surdez, estabelecendo assim, com a surdez, relações simbióticas, produzindo discursos e práticas que guardaram, por assim dizer, interesses e redes de poder que foram tecidos na construção de enunciados que instituíram significados múltiplos para e na educação de surdos, e, como corolário, determinaram condições históricas e sociais desses sujeitos. Nesse sentido, a produção desses discursos foi materializada nas práticas pedagógicas para com os surdos e, conseqüentemente, constituiu uma circulação de saberes tornados como verdadeiros. Esta pesquisa qualitativa caminhou sob a luz do Paradigma Pós-Estruturalista e trilhou os caminhos metodológicos da Análise do Discurso (AD) na perspectiva foucaultiana. O exame dos sentidos e significados a partir da AD possibilitou a análise dos lugares, das práticas e das relações de saber e poder que os instituíram. Assim, este estudo investigou quais foram esses discursos e como foram produzidos. Além disso, esquadrinhou as inúmeras práticas produzidas pela Santa Sé para com a surdez, as quais produziram sentidos no processo educacional desses sujeitos na sociedade brasileira. Por meio de seus quadros, a Igreja Católica incentivou tanto uma pedagogia voltada para a oralidade quanto para a linguagem manual, ou ainda voltada para a junção dessas duas modalidades. Perpassou pelas concepções de assistência a essas pessoas, ora pela de educação desses indivíduos. E os discursos, as literaturas e as práticas institucionalizadas configuraram-se como um processo de emergência de um novo discurso em que os aspectos doença, miséria, maldição e castigo foram reconfiguradas e incorporadas no campo da possibilidade, da educação e da integração.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Igreja Católica; Discursos.



COSTA, Bianca Silva Lopes. "Miracle of the Efatá": discourses and practices of catholicism in the education of the deaf in Brazil (1950-1980). Thesis advisor: Theresinha Guimarães Miranda. 2019. 156 s. ill. Thesis (Doctorate in Education) - Graduate Program in Education, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

### **ABSTRACT**

This thesis consisted of an analysis of the discourses and practices of the Catholic Church in the education of the deaf between the years 1950-1980, as well as investigating the meanings and meanings of these discourses in the educational process of these subjects. The investigation started from the analysis of works, texts and documents woven by the Institution for catechesis and consequently the education of these individuals, seeking to identify in these discursive productions, the ways in which deafness was built, woven by the Church in order to institute knowledge. In addition, it perceived the historical relationships, power, knowledge and practices instituted by the Church for the education of the deaf. The production of speeches on inclusion, social integration, education and welcoming the deaf occupy a position of historical basis in the Catholic Church, incomparable to other institutions. From the 1930s on in Brazil, significant attempts of schooling for people with disabilities by the Church were noticeable. The organization into associations and the creation of schools next to hospitals were quite evident in the following decades. Guidelines and principles were meant in the educational process of people with deafness, thus establishing with deafness symbiotic relations, producing speeches and practices that kept, so to speak, interests and power networks that were woven in the construction of statements that established multiple meanings for and in the education of deaf, and as a corollary determined historical and social conditions of these subjects. In this sense, the production of these discourses was materialized in the pedagogical practices towards the deaf, and consequently constituted a circulation of knowledge made as true, who thought, spoke and produced on behalf of those subjects. This qualitative research walked under the light of the Post-Structuralist paradigm and walked the methodological paths of Discourse Analysis in the Foucauldian perspective. The examination of the senses and meanings from the (AD) enabled the analysis of the places, practices and relations of knowledge and power that instituted them. Thus, this analysis investigated what were these discourses? How were they produced? In addition, it scoured the countless practices produced by the Catholic institution to deal with deafness, which produced meaning in the educational process of these subjects in Brazilian society. Through its pictures, the Holy See encouraged both a pedagogy focused on orality and manual language, or even focused on the junction of these two modalities. It went through the conceptions of assistance to these people, or the education of these individuals. And the discourses, literatures and institutionalized practices were configured as a process of emergence of a new discourse in which the aspects of illness, misery, curse and punishment were reconfigured and were incorporated into the field of possibility, education and integration.

Keywords: Deaf Education - Catholic Church - Speeches

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Livro <i>Linguagem das mãos</i> .....	113
Figura 2 – Capa do Livro <i>No silêncio da fé</i> .....	117
Figura 3 – Capa do Livro <i>Linguagem de Sinais do Brasil</i> .....	121
Figura 4 – Capa do Livro <i>E os surdos ouvirão</i> .....	130

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Congregações estrangeiras e Escolas Especiais no Brasil.....	69
Quadro 2 – Encontros nacionais da Pastoral dos Surdos no Brasil décadas de 70 a 80....	81

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD - Análise do Discurso

ABE - Associação Brasileira de Educação

AEC - Associação de Educação Católica

APCs - Associações de Professores Católicos

CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais

CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano

CESB - Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNERDV - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais

MEB - Movimento de Educação de Base

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 CATOLICISMO E EDUCAÇÃO DE SURDOS: OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	25
2.1 SENTIDOS, PRÁTICAS DISCURSIVAS, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO FORMAÇÃO DISCURSIVA, IDEOLOGIA: DEFININDO CONCEITOS À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	34
2.2 AGREGANDO CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE DISCURSO: MICHEL FOUCAULT E SEU MÉTODO ARQUEGENEALÓGICO.....	44
<b>3 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DISCURSIVAS INSTITUÍDAS PELA IGREJA CATÓLICA PARA COM OS SURDOS</b> .....	49
3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVAS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: RELAÇÕES POLÍTICAS CONTEXTUAIS DA IGREJA COM O BRASIL E SEUS SENTIDOS NA EDUCAÇÃO (1950-1980) .....	58
3.2 A EMERGÊNCIA DISCURSIVA DE UMA PASTORAL PARA OS SURDOS NO BRASIL: A PRESENÇA CATÓLICA NO PANORAMA EDUCATIVO DOS SURDOS .....	68
<b>4 “E OS SURDOS OUVIRÃO”: FORMAÇÕES DISCURSIVAS DA IGREJA E AS CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS DOS MODELOS SOCIOANTROPOLÓGICO E CLÍNICO-TERAPÊUTICO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS</b> .....	85
4.1 MODELO CLÍNICO-TERAPÊUTICO E O DISCURSO RELIGIOSO IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	90
4.2 MODELO SOCIOANTROPOLÓGICO E DISCURSO RELIGIOSO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	100
<b>5 “MILAGRE DO EFATÁ”: “ABRE-TE”: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO DISCURSO DA IGREJA PARA COM A SURDEZ</b> .....	109
5.1 ANÁLISE ENUNCIATIVA DAS OBRAS: <i>LINGUAGEM DAS MÃOS, NO SILÊNCIO DA FÉ E LINGUAGEM DE SINAIS DO BRASIL</i> , DO PADRE EUGÊNIO OATES; <i>E OS SURDOS OUVIRÃO</i> , DE NYDIA GARCEZ .....	112
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141
<b>FONTES</b> .....	151

## 1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que durante muito tempo, ou seja, nos diversos períodos históricos, os surdos, em sua grande maioria, sempre estiveram à margem da sociedade. No período moderno, a visão clínica tem sido prevaente, sendo desenvolvidas e aprimoradas pedagogias voltadas para a restauração da audição desses sujeitos e, conseqüentemente, de suas falas.

No entanto, a partir da década de 80, várias críticas a essas filosofias educacionais foram geradas, e tais discussões levaram a diversificadas ações, tanto no campo teórico quanto no prático, voltadas para reformulações no campo pedagógico sobre como lidar com a questão da surdez, de forma a privilegiar metodologias que partissem das idiosincrasias próprias desses indivíduos: como o uso e a comunicação a partir das línguas de sinais.

Como afirma Bastos (2013), pode-se salientar que, em cada período histórico, houve a prevalência do olhar sobre *o outro diferente*, não existindo uma unanimidade em relação à forma de se pensar a surdez. Esta, enquanto fenômeno, sempre foi atrelada à concepção de desvantagem social relacionada à falta da fala e engendrada pelas vias econômicas, culturais, institucionais, religiosas, políticas e ideológicas.

O que é unânime nessas ações de caráter pedagógico para com a surdez é que, sob o enfoque da *deficiência*, o processo educacional desses indivíduos, ao longo do tempo, foi caracterizado pelo uso de pedagogias corretivas, disciplinares e psicológicas. Nesse sentido, pode-se ressaltar que, em cada período histórico<sup>1</sup>, as relações sociais e as de poder sempre incidiram na organização e definição de saberes que deveriam ser legitimados e subjetivados nos diversos sujeitos sociais (VARELA, 1999).

O título desta pesquisa – *O Milagre do Efatá...* – deve-se principalmente à associação do milagre narrado no Livro de Marcos (7:31-37) com as ações da Igreja com vistas ao processo de cuidados com a surdez. O *abre-te* configurou-se em novas práticas engendradas

---

<sup>1</sup> Conforme Goldfield (1997), o primórdio do processo educacional engendrado pela Igreja com a surdez está relacionado ao monge beneditino espanhol Ponce de León (1520-1584), que, no século XVII, desenvolveu uma metodologia de educação para os surdos (filhos da nobreza), que incluía datilologia, escrita e oralização. Em relação aos *surdos filhos da pobreza*, a Instituição também possibilitou um processo de acolhimento de viés educativo com vistas à caridade e à doutrinação. Outro religioso católico que formulou um modo de comunicação para os surdos, baseado na gramática francesa, foi o abade francês Michel de L'Épée, que, no século XVIII, produziu um método próprio, conhecido como sinais metódicos. Além desses, há os chamados “apóstolos dos surdos” (padres, santos e beatos) que cuidaram da educação e catequese dos surdos, o que facultou o surgimento de diversos institutos educacionais na Europa e, por conseguinte, a difusão de muitas congregações em outros lugares no mundo.

pela Instituição com “procedimentos heterogêneos de abertura nos corpos de pessoas com surdez” (SILVA, C., 2012 a, p. 53).

Além da visão *curativa* enunciada no milagre do *efatá*, a Igreja operou com essa terminologia simbólica transmutando-a e empregando outras práticas discursivas, de caráter heterogêneo: na assistência social, na educação, na saúde, na reabilitação, no lazer, etc. O *efatá* transmutou-se em novas proposições, ideias, práticas conformadas com as novas proposições da Instituição e seu diálogo com a sociedade e os novos tempos.

Justifica-se, por isso, o milagre do *efatá* nesta pesquisa, uma vez que é compreendido como a emergência de um novo processo discursivo que se efetuiu entre as décadas de 50 e 80 no que tange à educação de surdos no Brasil. As concepções relativas à surdez, centradas nos aspectos doença, miséria, maldição e castigo, foram reconfiguradas discursivamente pela Igreja e se inseriram no campo da possibilidade, educação e integração.

*Efatá*, como afirma César Silva (2012 a), é uma passagem bíblica que é alvo de apropriações diversas para fundar ideais que estão na base de diversas concepções de educação e evangelização relativos à surdez. Esse discurso faz aparecer outra figura de sujeitos surdos, não mais constituídos, mas que se estão constituindo através de relações discursivas engendradas pela religião, que espera prover através de variadas formas, inclusive pelos grandes modelos históricos de educação para surdos, a compreensão e a aceitação da condição de ser e estar surdo.

A partir dos anos 30 do século passado no Brasil<sup>2</sup>, foram perceptíveis tentativas expressivas de escolarização para as pessoas com deficiência<sup>3</sup> por parte da sociedade civil, e a Igreja não ficou fora dessa situação. A organização em associações, a criação de escolas junto a hospitais, a presença de entidades filantrópicas especializadas e de instituições religiosas foram bem evidentes nas décadas seguintes (JANNUZZI, 2004).

---

<sup>2</sup> No Brasil, de acordo com Rocha (2007), a primeira escola de surdos foi fundada em 1857 por Eduard Huet no Rio de Janeiro, com a autorização de Dom Pedro II. Huet era nobre ensurdecido e fundou o Imperial Instituto de Surdos Mudos que atualmente se denomina Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Esta Instituição, conforme C. Silva (2012 b), manteve estreitas relações com a Igreja, principalmente nos primeiros anos de seu funcionamento com a presença de agentes católicos, bem como do ensino da doutrina cristã em diferentes momentos.

<sup>3</sup> Conforme Rocha e Miranda (2009), as últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais organizados por pessoas com deficiência e militantes dos direitos humanos, que possibilitaram o reconhecimento do direito dessas pessoas à participação social. Tomando forma nos instrumentos internacionais, essas conquistas reverberaram na reformulação dos marcos legais de muitos países, incluindo o Brasil. No entanto, essas situações são bem recentes da contemporaneidade da Educação Especial, porém é importante ressaltar que no Brasil, no que concerne à esfera governamental e no que tange à Legislação desde 1961, leis como a LDB nº 4.024/61, a Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei nº 7.044 de 1982 já traziam artigos e incisos relacionados à educação das pessoas com deficiência preconizando formas de atendimento a esse público, com a recomendação de currículos especiais, entre outras providências.

A Igreja Católica, em suas múltiplas instâncias, se relacionou singularmente com a surdez em terras brasileiras, principalmente a partir da vinda de congregações estrangeiras de caráter missionário para o País. A história da educação de surdos no Brasil, sob o viés religioso da instituição católica, pode ser percebida a partir do projeto de recristianização da sociedade brasileira pensado pela Igreja.

Na verdade, a partir de um movimento que começara no século XIX e se estendeu ao longo do século XX, a Igreja Católica produziu diversas frentes de atuação em vários quadros, empreendendo uma militância substancial no campo da educação e elaborando estratégias diversas para continuar com poderes na sociedade brasileira. E o campo educacional era promissor nesse aspecto. Por isso, a inclusão do ensino religioso, no passado, na grade curricular, a busca pela manutenção de ajuda financeira por parte do Estado e o investimento em outras frentes educacionais, como, por exemplo, a educação especial com o intuito de promover a restauração da fé e dos paradigmas católicos na sociedade brasileira.

Como salienta Orlando (2008, p. 10), no Brasil, a Igreja efetivou seus ideais apostando, principalmente, no desenvolvimento de ações em que o clero assumisse, com a maior clareza possível, “o papel de educador da população, desenvolvendo uma educação sistemática, que promovesse a recristianização do povo brasileiro e a recuperação do poder e da influência religiosa na vida pública”.

Para tanto, o investimento na produção e circulação de manuais, livros de catequese e outros viabilizava a utilização desse material como ferramenta didática para a educação de um público diverso e, ao mesmo tempo, estabelecia aproximações com o debate educacional circulante na época como signo cultural, suporte de um sentido transmitido pela imagem ou pelo texto (ORLANDO, 2008).

A partir desse estratagema, como afirma Orlando (2008), a Instituição poderia inserir-se em um contexto maior de práticas, investindo em mecanismos eficientes para fazer circular a doutrina católica. O caráter didático impresso nessas produções respondia à preocupação da Igreja em dois aspectos: no primeiro, ela cumpriria os propósitos educacionais consonantes com os discursos da sociedade em geral (letramento da população), ampliando e trabalhando no processo de alfabetização dos sujeitos sociais; no segundo, visaria formar cidadãos aptos para compor uma sociedade cristã civilizada dentro dos moldes católicos.

Se, no início da história, em âmbito mundial, a Igreja propiciou uma imagem negativa das pessoas com surdez, associando-as às categorias de pecado, castigo, etc., mais adiante e na contemporaneidade, ela irá se constituir em um canal de divulgação da inversão dessa imagem, ao reconhecer que esses indivíduos possuem uma forma singular de comunicação.



Discursos, literaturas e práticas pedagógicas cristãs foram construídos e institucionalizados, voltados especificamente para a população surda. Dada a relação de longa duração estabelecida com a surdez, compreender as relações sociopedagógicas entre a Igreja Católica e os surdos é da máxima importância social, pois essa Entidade estabeleceu verdades e determinou práticas discursivas na educação de surdos.

Por isso, o interesse desta pesquisa é investigar os discursos e as práticas da Igreja, bem como os sentidos e significados desses discursos na educação de surdos, não interessando aqui a apropriação particular desses indivíduos, mas a definição de saberes que deveriam ser legitimados e subjetivados no processo catequético e educacional desses sujeitos entre 1950 e 1980 no Brasil.

Assim, no âmbito nacional, através de escolas confessionais de educação especial, promoção de encontros nacionais e regionais<sup>4</sup>, congressos, catequeses nas dioceses, paróquias e arquidioceses de todo o país, esses religiosos vêm atuando de maneira estruturada na educação de surdos, a partir de formas específicas de comunicação dos sujeitos com surdez, utilizando a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e/ou outras formas, como a oralização de surdos.

Conforme Silva (2012 a), muitas das congregações, institutos educacionais de educação para surdos e paróquias católicas contribuíram para o fortalecimento e surgimento da Pastoral dos Surdos no País em 1950. A origem da pastoral está relacionada a duas personalidades marcantes: Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier, primeiro sacerdote surdo brasileiro, de Juiz de Fora (MG), e padre Eugenio Oates, sacerdote redentorista, nascido nos Estados Unidos. Desde aquele período até os dias atuais, a Igreja tem feito um investimento significativo na educação de surdos no Brasil e exercido um trabalho minucioso com os surdos de cunho pedagógico.

Ainda segundo César Silva (2012 b), a Pastoral se constituiu em uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, os quais incidiram na vida de muitos surdos, familiares desses sujeitos e outras pessoas envolvidas com a surdez.

É importante salientar que, além da Igreja Católica, na modernidade contemporânea, são muitas as instituições religiosas que atuam com surdos, entre elas podendo ser citadas: Igreja Luterana do Brasil, Igreja Batista da Convenção Batista Brasileira, Igreja Adventista e Testemunhas de Jeová.

---

<sup>4</sup> Ver: PASTORAL DOS SURDOS rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil (2006). O livro, no final, relaciona uma extensa lista dos Encontros Nacionais que vêm ocorrendo em diversas localidades brasileiras, a partir de 1970 até a década de 2000. Tais encontros apresentaram elementos de caráter catequético, pedagógico, social e cultural.

No entanto, a escolha desta pesquisa em focar na Igreja Católica deve-se à relação histórica de longa duração dessa Instituição com a surdez, principalmente no que diz respeito ao Brasil, onde se relacionou com esses indivíduos “nos diferentes momentos históricos da educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo” (SILVA, C., 2012 a, p. 54).

O marco temporal estabelecido nesta pesquisa (1950-1980) se orientou pela constituição e conseqüente fundação da Pastoral dos Surdos em 1950 e a delimitação até os anos 80 com a publicação da obra de Nídyá Garcez e o *Documento da Santa Sé para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981*. O objeto de análise foi mais precisamente demarcado pela série de fontes constituídas para esta investigação. José Barros (2011) salienta que esse tipo de recorte temporal se constitui em um caminho dentro de uma pesquisa histórica, no qual o pesquisador estabelece uma “série” para proceder a sua análise.

O marco temporal estabelecido a partir de um recorte na série de fontes não pretendeu, necessariamente, aplicar um tratamento quantitativo, mas uma abordagem tendente ao aspecto qualitativo, “interessada em perceber e analisar tendências, descontinuidades, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla” (BARROS, 2011, p. 49).

Nesse sentido, as produções discursivas da Igreja (1950-1980) propiciaram discursos, os quais, no decurso do seu processo, produziram efeitos de sentidos. A análise desses discursos permitiu a compreensão do processo de produção dos sentidos, a recorrência de padrões de representação, as singularidades e variações e, por trás destes padrões de representação, os padrões de relações sociais que os geraram.

Esses modelos de discurso e das condições históricas do seu surgimento se traduzem em práticas sociais amarradas às relações de poder que supõem e atualizam essas práticas, as quais se consubstanciam nos sujeitos e na sociedade. A Igreja sempre se utilizou de diversificadas estratégias para interferir nos mais diversos campos/saberes, como, por exemplo, a chamada modernidade: progresso, ciência e as transformações da vida material, construindo um discurso que sacralizou o progresso e o seu projeto para a humanidade (RIBEIRO, 2009).

Diante desse quadro, a problemática desta pesquisa se desdobrou em alguns questionamentos relevantes em relação a esse processo discursivo socioeducacional do catolicismo para com os surdos: quais os discursos possibilitados pela Igreja Católica através de literaturas e práticas específicas construídas para a evangelização e, conseqüentemente, a educação de surdos entre os anos de 1950 e 1980 no Brasil? Que sentidos esses discursos

produziram na educação de surdos? De que maneira os discursos da Instituição foram enunciados para com a surdez? Que relações de poder podem ser percebidas a partir desses discursos? De que maneira foram construídas discursivamente as categorias linguagem de sinais, comunicação oral entre Igreja e os surdos?

Desse modo, como objetivos, este estudo buscou analisar os discursos do catolicismo, em sua materialidade, descontinuidade e genealogia sobre a surdez entre 1950 e 1980 através de literaturas e práticas específicas para com a educação de surdos; perceber as relações históricas, de poder, de saber e de práticas instituídas por essa mesma Instituição para com a surdez; entender como esses discursos, mergulhados em relações de poder, formaram sistematicamente os objetos de que falaram em relação à surdez: língua/linguagem, educação para surdos, integração/inclusão; e, por fim, identificar os modos como as filosofias educacionais voltadas para a educação de surdos foram imbricadas e ressignificadas pela Igreja de forma a instituir saberes.

A análise de como foram produzidos e como influenciaram os discursos do catolicismo com os surdos constitui-se em um dos caminhos da pesquisa em Educação que propiciará a compreensão da produção de saberes, de estratégias e de práticas produzidas pela Igreja na educação de surdos.

A relevância social e científica deste estudo situa-se no fato de que a compreensão discursiva do catolicismo em relação à surdez será elucidativa das experiências sócio-históricas dos sujeitos surdos, assim como dos sentidos e significados dessa relação da Igreja com a educação desses sujeitos. Isso se justifica porque essa relação de longa duração possibilitou significados, postulou padrões, afirmou poderes, instituiu “leis de verdade”<sup>5</sup> nesse processo socioeducacional.

Tem havido muito progresso em termos de pesquisas em relação à educação dos surdos no Brasil. Sá (2004) ressalta que, nas últimas duas décadas, têm sido realizadas pesquisas que buscam uma re colocação da discussão mais apropriada à situação cultural e linguística dos surdos.

No campo da história, educação, surdez e religião, ainda existe um número pequeno de pesquisas na área, mesmo com evidentes relações simbióticas entre algumas religiões e a surdez. Essa constatação foi verificada quando do mapeamento por esta pesquisa de

---

<sup>5</sup> Leis de verdade são entendidas nesta pesquisa a partir da concepção de Foucault, quando este salienta que as relações de poder constroem “leis de verdades” que podem falar, pensar e produzir em nome dos sujeitos, corporificando-se nestes e se constituindo em regimes de verdade (FOUCAULT, 2000 b).

informações, no banco da CAPES, sobre o que se tem produzido a respeito desse campo temático.

E esse levantamento de informações foi proposto também a fim de situar os leitores e demais pesquisadores sobre o estado da arte de pesquisas no cenário acadêmico desse tipo de temática. Ao se proceder à investigação no Banco de Teses e Dissertações da Capes sobre pesquisas que têm analisado a temática surdez, educação e religião, dentro de um período de cinco anos, foram encontrados os trabalhos descritos na sequência.

Em sua dissertação de mestrado defendida na Instituição Escola Superior de Teologia em 2013, com o título *Transmissão de conteúdos religiosos: o diálogo de catequistas com crianças e jovens surdos em Parnaíba – PI*, Patrícia Gabriela Batista do Nascimento analisa como era realizada a transmissão de conteúdos religiosos para as crianças e jovens surdos que utilizavam a Libras para sua comunicação nas congregações católicas.

Outro estudo, cujo tema encontra-se dentro das palavras-chave pesquisadas, é a dissertação de Brenno Barros Douettes – *A tradução na criação de sinais-terminos religiosos em Libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue* – defendida em 2015 na Universidade Federal de Santa Catarina, que discute sobre a terminologia religiosa construída na Língua Brasileira de Sinais, sob o viés dos Estudos da Tradução, dos Estudos da Léxico-terminologia e à luz das explicações semânticas e conceituais. Douettes selecionou três manuais: um da Religião Católica Apostólica Romana – *Linguagem das Mãos* (OATES, 1969), um da Religião Evangélica (denominação Batista) – *Clamor do Silêncio* (JMN, 1991) e outro das Testemunhas de Jeová – *Linguagem de Sinais* (1992).

A partir desses manuais, ele extraiu termos religiosos e fez uma análise em que buscou investigar sinais-terminos, incluindo reflexões sobre os principais problemas da tradução (do Português para Libras), a interferência cultural de cada religião no processo de tradução dos léxicos do Português para Libras, apresentando uma tabela síntese comparativa entre os sinais-terminos encontrados nas três obras.

Dentro desse universo de pesquisa, o trabalho de Marissandra Silva do Rosário Freitas configura também uma dissertação de mestrado sobre a temática, defendida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2016, sob o título: *Religião e inclusão social: uma análise sobre o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte*. Freitas analisa o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte, tendo como base a atuação das instituições Pastoral do Surdo de Belo Horizonte e o Ministério Ephatá.

O trabalho foi feito através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo e procurou investigar as contribuições das igrejas católica e evangélica no papel de promover a inclusão social das pessoas com surdez. A autora discute as relações entre o aspecto religioso (igreja) e as demandas sociais dos surdos, destacando as correlações entre religião, cultura, identidade surda e cidadania.

A pesquisa de Jacqueline Crepaldi Souza, que culminou numa dissertação de mestrado defendida em 2016 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com o título *Surdez e Alteridade: expressões religiosas das crianças surdas*, discute a relação entre surdez e alteridade, tendo como foco as expressões religiosas de crianças surdas, a partir de uma unidade de ensino da Rede Estadual de Belo Horizonte, a Escola Francisco Sales. O principal objetivo da pesquisa foi perceber e descrever o sentimento religioso demonstrado pela criança surda.

A tese de Elaine Botelho Corte Fernandes, defendida na Universidade Estadual de Campinas em 2013, tem o título *Aqui é o lugar do surdo. E põe essa imagem mais pra lá: línguas, representações e territórios em práticas de letramento de uma comunidade*. Trata-se de uma análise que parte do tema religião e surdez, mas não enfatiza questões teológicas. Seu foco está na participação desses grupos num contexto religioso caracterizado pelo multilinguismo, no qual se inserem a escrita, a leitura e os conhecimentos matemáticos. Reconhecendo que, mesmo fora da escola, as pessoas envolvem-se com variados tipos de conhecimentos, a autora trata das práticas de letramento produzidas pela Igreja.

Assim, percebendo o contexto religioso como *locus* privilegiado para ensino-aprendizagem e para construção de identidades e territorialidades, Fernandes analisa as representações suscitadas e os posicionamentos assumidos/contestados, principalmente diante das opções linguísticas realizadas nas práticas, utilizando como suporte as pistas interacionais de Wortham (2001).

A análise de Fernandes revela que o contexto pensado inicialmente para evangelização, também é utilizado para socialização e organização política. Nesse espaço, surdos e ouvintes são posicionados/posicionam-se hierarquicamente, seguindo representações sobre suas manifestações linguísticas, resultando em diferentes formas de participação nas atividades e no acesso (ou não) a determinados territórios.

Ao se ampliar o período de tempo para a busca de trabalhos, no banco de dissertações e teses da Capes, que versassem sobre a temática surdez, religião e educação, foi encontrada a dissertação de mestrado de Janaina Aguiar Peixoto: *O conceito de sagrado em surdos congênitos: um estudo na Língua Brasileira de Sinais* (2011). O estudo de Peixoto que,

inclusive, foi minha professora no curso de Letras Libras da UFPB, busca analisar a rede de significação do sagrado desenvolvida por surdos congênitos através de um estudo linguístico do vocabulário utilizado nas religiões. A autora procura resgatar a essência da cultura surda partindo da realidade de que as religiões são norteadoras de comportamentos nas culturas.

Uma das pesquisas mais próximas de minha análise é a tese de César Augusto de Assis Silva, defendida em 2011 na USP, em que ele empreende uma análise sobre o processo de constituição da surdez como particularidade étnico-linguística. O autor realiza uma comparação etnográfica e histórica das práticas de algumas instituições religiosas – Igreja Católica, Igreja Batista e Testemunhas de Jeová, as quais se têm ocupado da atividade missionária com surdos.

Como procedimento metodológico, César Silva privilegia a dimensão performativa dos rituais dessas instituições, com a intenção de revelar como elas produzem diferenças entre pessoas surdas e ouvintes em termos de língua e cultura. Silva, em sua análise, também revela a circulação desses agentes religiosos em outras instâncias, tais como movimento social, instituições universitárias e mercado de livros relacionado à Língua Brasileira de Sinais.

Existem, porém, lacunas nessas pesquisas que, na maioria das vezes, apenas têm investigado a surdez e os elementos a esta ligados (cultura surda, língua e seus aspectos linguísticos, prática pedagógica em instituições formais: escolas, universidades e legislação) ou, ainda, que analisam a surdez e sua relação com a religião dentro de uma perspectiva que investiga práticas de letramento, práxis pedagógicas e aspectos culturais.

Esta pesquisa veio suprir esse espaço lacunar, contribuindo com uma análise para a História da Educação e a História da Educação Especial, ao evidenciar práticas discursivas e não discursivas de uma Instituição religiosa que estabeleceu fundamentos para a educação de surdos, utilizando-se de impressos, por exemplo, e produzindo propostas no campo educacional desses sujeitos.

O estudo, assim, pretendeu analisar as práticas institucionais discursivas e não discursivas do catolicismo para com a educação dos surdos e os sentidos desses discursos e práticas em sua própria historicidade e multiplicidades na sociedade brasileira. A análise buscou esmiuçar um conjunto de práticas produzidas pelos saberes de uma instituição religiosa em uma determinada época, para fazer emergir daí a descrição dos enunciados que, nesse tempo e lugar, se tornaram verdades, fizeram-se práticas cotidianas e interpelaram o processo educacional desses indivíduos.

Nas pesquisas analisadas por este trabalho, não foram encontradas análises que problematizassem as relações histórico-discursivas de saber e poder entre a Igreja Católica e a surdez. Nas palavras de Foucault (1986, p.56):

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Por isso, a necessidade desta pesquisa em perscrutar a genealogia discursiva da religião católica e seus processos educacionais. Essa análise se fez através da descrição de práticas sociais do catolicismo em sua descontinuidade histórica, mergulhadas em relações de poder, produzidas discursivamente e, ao mesmo tempo, produtoras de discursos e de saberes.

Em face da convicção religiosa e do caráter missionário no empreendimento educacional para com a surdez, a Instituição teceu, ao longo do tempo, enunciados que instituíram significados múltiplos não apenas para a história da educação dos surdos no Brasil, mas também para a solidificação de ideais e parâmetros do catolicismo no processo educacional brasileiro. Como salienta Silveira (2012, p. 136):

[...] a Ação Pastoral é, também, educativa, firmada em um sistema de práticas e de representações em que leigos e clero concretizam nos âmbitos da Igreja Católica. Além de elaborarem os rituais formais religiosos, estes agentes católicos estão inseridos em campanhas assistencialistas, reuniões de planejamento, estratégias de ação, festividades que os firmam diante de determinados processos socioeducativos.

Nesse sentido, as ações e os discursos da Igreja voltados para os surdos constituem instrumentos de análise importantes para a compreensão do processo socioeducacional desses sujeitos.

Esta pesquisa encontra-se dividida em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais: no segundo capítulo intitulado *Catolicismo e Educação de Surdos: os caminhos teórico-metodológicos da pesquisa*, é delineado o percurso teórico e metodológico desta análise, a qual trilhou teoricamente os pressupostos do Pós-Estruturalismo, devido a sua

ênfase na natureza relacional das totalidades e na desessencialização de verdades, e, no que tange à abordagem metodológica, esta pesquisa trilhou os caminhos metodológicos da Análise do Discurso (AD), especificamente à luz do pensamento foucaultiano, pois analisar as fontes selecionadas por esta pesquisa limitando-se apenas a seu conteúdo seria fazer uma análise incipiente.

No terceiro capítulo, intitulado *As relações históricas discursivas instituídas pela Igreja Católica para com os surdos*, é realizada uma genealogia histórica das relações discursivas entre a Igreja Católica e a educação entre 1950 e 1980, salientando nessa dinâmica a educação de surdos. Utilizou-se uma narrativa em que os acontecimentos não seguiram um desdobramento meta-histórico, nem uma unicidade narrativa pautada nas origens e nas unidades de início.

Tratou-se de evidenciar a dinâmica profunda e complexa das relações entre a Igreja e a educação de surdos no Brasil<sup>6</sup> naquele dado contexto sócio-histórico, ressaltando não apenas os acontecimentos em si, mas suas descontinuidades e singularidades. As ingerências e influências da Igreja Católica ocorreram por meio de procedimentos e estratégias acionados com o intuito de reorganização e reestruturação segundo os padrões do projeto de *romanização* (recristianização) da Igreja Católica, de âmbito mundial, não se dando apenas no campo educacional, mas nas várias áreas – política, dinâmica social e cultural – do País, constituindo-se em práticas discursivas imiscuídas em relações de poder. Tais relações definiram discursos que trataram de saberes tornados como verdades e formas históricas de subjetividades para com a educação de surdos.

O quarto capítulo, intitulado “*E os surdos ouvirão*”: *formações discursivas da Igreja e as concepções educacionais dos modelos socioantropológico e clínico-terapêutico na educação de surdos*, versa sobre como esses discursos circularam na sociedade brasileira, suas condições de produção e suas concepções na educação de surdos. Juntamente com essa análise, foram evidenciadas as ingerências do discurso religioso da Instituição e suas relações com esses modelos educacionais da educação de surdos e suas práticas discursivas na sociedade brasileira.

---

<sup>6</sup> Nessa abordagem, a análise não se circunscreveu apenas às situações específicas da educação de surdos encerrando-se em si mesmas. Mas outras dimensões (política, social, cultural, etc.) foram especificadas analiticamente devido à sua imbricação com o objeto recortado por esta pesquisa. Tenta-se compreender historicamente como foram elaborados os discursos e seus múltiplos sentidos e significados, os quais cartografaram novas topologias, novos elementos, novos magmas que se cristalizaram e possibilitaram novos territórios na educação de surdos no Brasil (FOUCAULT, 1999).



O quinto capítulo – “*Milagre do Efatá*”: “*abre-te*”: *emergência de um novo discurso da Igreja para com a surdez* – aborda analiticamente a formação discursiva da Igreja e seus dispositivos discursivos na educação de surdos sob a *Pedagogia da Revelação*, trazendo para tanto as análises enunciativas das produções bibliográficas *No Silêncio da Fé*, *Linguagem das Mãos* e *Linguagem de Sinais do Brasil*, do padre Eugênio Oates e colaboradores buscando investigar a produção, as condições de produção, os sentidos e materialidade das obras.

Ainda nesse capítulo, também é realizada a análise enunciativa da obra “*E os surdos ouvirão*”, de Nydia Garcez. Como uma obra de caráter estritamente catequético e educacional, ela trouxe os discursos circulantes, as concepções pedagógicas e ações delineadas pela Instituição na condução de sua atuação com os surdos.

Nas Considerações Finais, é realizada uma reflexão a respeito das relações entre religião, educação e surdez, as imbricações desses elementos e os sentidos daí advindos, evidenciando que não houve um processo que aconteceu apenas na verticalidade (da Santa Sé para os sujeitos surdos), mas que muitos desses surdos participantes desses quadros educacionais e catequéticos da Igreja participaram na negociação desse processo de produção e atualização dos discursos, advindo daí sentidos múltiplos.

## 2 CATOLICISMO E EDUCAÇÃO DE SURDOS: OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo consistiu em uma análise sobre os discursos e práticas do catolicismo para com a surdez, especificamente a análise das produções discursivas da Igreja Católica no Brasil entre os anos de 1950 e 1980, dentro de uma perspectiva não linear, mas na genealogia e na descontinuidade das estruturas, através de literaturas e práticas específicas construídas para a evangelização e, conseqüentemente, a educação de surdos.

O Paradigma Pós-Estruturalista orientou esta pesquisa, este apresenta uma hermenêutica que inquire sobre os métodos tradicionais vinculados à ciência positivista, ampliando até mesmo o conceito de poder, não proveniente apenas das esferas do Estado, mas presente em toda parte, alertando que algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras que outras (SILVA, T., 2005).

A fuga das metanarrativas constitui uma característica do paradigma, o qual questiona os pressupostos universalistas da racionalidade. A pesquisa pós-estruturalista pensa, para suas análises, linhas de fuga que evidenciem outras formas de produção de conhecimento, percebendo as relações de poder e mapeando outras formas de constituição de saberes.

Como afirma Pereira (2015), as pesquisas pós-estruturalistas caminham por labirintos pensando os caminhos e estratégias a serem utilizados para o entendimento do objeto investigado. Nesse sentido, o foco investigativo nessas pesquisas estará nas práticas sociais, nos discursos, nos saberes, no poder, nas instituições, porém tais elementos serão analisados dentro da perspectiva da mudança, da transformação e da descontinuidade das estruturas, problematizando e “questionando sempre o cientificismo das ciências humanas, adotando um posicionamento epistemológico antifundacionista” (PETERS, 2000, p.30).

Conforme César Silva (2012 a), a Igreja em suas múltiplas instâncias tem-se relacionado singularmente com a surdez, produzindo assim, discursos, efeitos, signos e sinais. Nesse sentido, a produção desses discursos foi significada no processo educacional desenvolvido pela Instituição para com os surdos e, conseqüentemente, se constituiu em uma circulação de saberes no processo educacional desses indivíduos.

Por isso, a tese defendida nessa análise é a de que as relações de saber e poder instituídas pela Igreja Católica, a partir dos seus discursos, se constituíram em práticas que incidiram na educação dos sujeitos surdos, pois, como evidencia Foucault (1996), o discurso se torna o eco linguístico da articulação entre saber, poder e prática, e, dessa forma, esses

modelos de discurso e das condições históricas do seu surgimento se traduziram em práticas sociais amarradas às relações de poder institucional religioso que supunha e atualizaram essas práticas, as quais se consubstanciaram no processo educativo.

Analisar esses discursos no tempo requereu operações complexas em que passado/presente se misturaram não de forma contínua e linear, mas em constante tensão, ou seja, na descontinuidade dos acontecimentos, buscando não o que continuava ao longo da história, mas o que se desenvolveu e se tornou outro. Essa transformação foi mapeada e explicada, observando-se as similaridades em torno de pontos de mudança e juntando o que não era juntado antes e como similitudes e diferenças são significativas na atualidade (WILLIAMS, 2012).

A história dessa educação de surdos pela Igreja Católica não se constituiu em um longo período homogêneo, mas em uma multiplicidade de períodos que se emaranharam e se envolveram uns nos outros (FOUCAULT, 1993), os quais elucidaram as transformações e os acontecimentos referentes a fatos e fenômenos relacionados à surdez, que, sendo multifacetados, puderam ser analisados a partir dos discursos circulantes e das relações entre a instituição religiosa e a educação de surdos em sua materialidade.

Isso aconteceu a partir do manuseio analítico dos textos e documentos, os quais evidenciaram dispositivos, planos de discurso e estratégias de poder.

O documento, pois, não é mais, para a história, [nessa perspectiva paradigmática], essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações [...]. (FOUCAULT, 2002, p.7).

Meu interesse pela temática religião, educação e história decorre da minha trajetória profissional, de pesquisa e de estudos. A partir da minha formação em Pedagogia, História e Letras-Libras, venho desenvolvendo pesquisas no que tange à surdez, à história e à educação. Simultaneamente com a minha vivência docente com a surdez e estudos sobre esse tema, venho pesquisando sobre a História da Educação e seus diálogos com a religião, especificamente a Igreja Católica e suas práticas pedagógicas para com os sujeitos sociais.

Nesse processo de análise, aprofundi os estudos sobre a História da Igreja Católica, a História da Educação e a História da Educação de Surdos e, a partir dessas leituras e da minha pesquisa de mestrado e da especialização em Libras, percebi uma ampla e profunda heterogeneidade de normatividades dessa Instituição com a surdez.

Nesse transcurso de pesquisa, identifiquei fontes documentais que elucidam a produção de saberes que a Igreja construiu, e percebi que, ao longo de sua relação com a surdez, distintos parâmetros educativos foram possibilitados pela Santa Sé para lidar com a surdez. Compreendendo esses saberes como produções discursivas, propus uma análise em que refletisse sobre essas relações de saber-poder entre a Igreja Católica e a surdez e seus sentidos na educação de surdos.

Esta pesquisa focou principalmente nas produções discursivas construídas entre os anos de 1950 e 1980. Para tanto, no estudo discursivo, estão produções bibliográficas como livros e dicionários que foram construídos por religiosos considerados ícones no processo educacional para com os surdos, dentro, principalmente, do campo religioso católico, embora não apenas neste, pois tais obras influenciaram a difusão e a constituição do que viria a ser a Língua Brasileira de Sinais e o processo educacional desses sujeitos.

Esta análise em Educação, de perspectiva histórica, se constituiu em uma genealogia, ou seja, conforme Foucault (1993), uma genealogia histórica que pode ser compreendida como uma investigação que se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teologias, opondo-se à unicidade da narrativa histórica pautada na continuidade, na busca da origem e de verdades universais.

Destarte, a genealogia opera a partir da dispersão, do acaso dos princípios e dos acidentes, sendo que “de forma alguma ela deseja voltar no tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, em contraposição, restituir os acontecimentos em sua singularidade” (REVEL, 2011, p.69). Esse olhar genealógico, à luz do Pós-Estruturalismo adotado por este trabalho, implicou não seguir uma rigidez metodológica, mas proceder através de uma ferramenta analítica flexível com vistas a esquadrihar as inúmeras práticas discursivas enunciadas pela Igreja em relação aos surdos.

O Pós-Estruturalismo, nesta análise, contribuiu com seus constructos teóricos, e as lentes analíticas da análise discursiva, dentro da perspectiva foucaultiana, colaboraram com o proceder metodológico, estes últimos baseados nos saberes interdisciplinares, produzindo um olhar que lançou dúvida sobre os fenômenos, problematizando-os e buscando entender o passado como enigmático e opaco. Assim, as fontes atreladas a ele constituíram indícios representativos de uma realidade que foi registrada e significada nos dias de hoje.

Dessa forma, os discursos, as ideologias, o imaginário social, as significações e os sentidos socioculturais podem ser atinados a partir das fontes textuais, por exemplo, as quais como fontes documentais não são mais consideradas, dentro do Pós-Estruturalismo, como

uma matéria inerte através da qual se tenta reconstituir o que os homens ou instituições fizeram ou disseram.

Sob essa ótica teórica e analítica, busquei compreender, no próprio tecido documental selecionado por esta pesquisa, unidades, conjuntos, séries, relações, acontecimentos que ocorreram dentro de uma relação de forças de saber e poder que podem ter sido invertidas, ou, ainda, acontecimento como um poder confiscado, práticas discursivas retomadas e voltadas para os sujeitos sociais, poderes disciplinares avigorados (FOUCAULT, 1999).

O empreendimento nesta pesquisa sobre as relações prático-discursivas entre educação, religião, história e surdez envolveu compreender, o catolicismo neste caso, como sistema de ação (LAGROYE, 2006) e articular esforços de investigação em três níveis: a Igreja como instituição internacional, o contexto nacional em que atuaram os religiosos e as ações discursivas empreendidas nas relações entre a Igreja e a surdez.

Esta pesquisa trabalhou a partir da perspectiva teórica do Pós-estruturalismo e analiticamente, com a colaboração do proceder metodológico da análise discursiva sob o prisma foucaultiano, realizando um exame pormenorizado de textos, imagens e práticas discursivas, o que possibilitou uma análise ampla em relação ao objeto estudado.

Um discurso sempre faz parte de um processo discursivo mais amplo, sendo que não há um sentido verdadeiro quando se faz a análise de um discurso, mas o sentido desse discurso em sua materialidade linguística e histórica, organizando e postulando significantes que produzem referentes sociais, jogos simbólicos e transferências.

Desse modo, a análise de discurso na perspectiva foucaultiana esteve nesta pesquisa no direcionamento e no tratamento com as fontes. Conforme Orlandi (2015), a AD não trata da língua e da gramática, embora esses elementos lhe interessem. Mas se refere ao discurso, à compreensão da língua, fazendo sentido enquanto trabalho simbólico e constitutivo do homem e da sua história. O trabalho simbólico do discurso permeia e significa a base da produção da existência humana.

A Análise do Discurso considera a linguagem como mediação necessária entre os sujeitos e a realidade sociocultural. Essa mediação, que é o discurso, “possibilita tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade que ele vive” (ORLANDI, 2015, p.13). Assim, ao se proceder nesta pesquisa a análise discursiva, os discursos foram analisados considerando a produção de sentidos, enquanto constituintes das relações entre os diversos sujeitos sociais. Percebendo-se, então, o quanto um discurso pode ser elucidativo de um dado fenômeno social.

O exame dos sentidos e significados a partir da AD possibilitou a análise dos lugares, das práticas e das relações de saber e poder que os instituíram, viabilizando ainda o exame dos discursos “considerando o lugar a partir do qual foram produzidos e a posição dos sujeitos que os produziram” (SOUZA, 2000, p. 12).

A seleção das produções bibliográficas, textos e imagens consideradas nesta pesquisa como fontes documentais, ou, ainda, como *corpus* analítico – este último, um termo mais utilizado na Análise do Discurso – não se fez *a priori*, como uma etapa independente, separada do conjunto constitutivo do dispositivo de interpretação.

Em face dos objetivos de análise e das questões a serem analisadas, foi em consonância com o método e os procedimentos de análise que se constituiu o *corpus* da pesquisa, com vistas a compreender como esses textos produziram efeitos de sentidos, por meio dos mecanismos de funcionamento.

Como salienta Ardenghi (2013), pensar em um *corpus* analítico é penetrar no terreno da heterogeneidade, pois inexiste um padrão e modelo único para proceder à análise do *corpus* selecionado. Este, dependendo do viés encontrado pelo analista ao longo de seu trabalho de análise, pode possibilitar a produção de diferentes efeitos de sentido, uma vez que outro pesquisador pode deparar-se com o mesmo *corpus* e, mediante outros fundamentos teóricos, interpretá-lo de maneira diferente.

Como o sentido não está como essência na palavra, constituindo-se em um elemento simbólico, sendo que não é fechado nem exato. Podendo ser outro, pois o enunciado não diz tudo, sendo assim, procurou-se nesta análise buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, foi preciso sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação (ORLANDI, 2015).

Entre as obras selecionadas para a análise discursiva, encontram-se os dicionários: *Linguagem das mãos*, de Eugênio Oates (1969), sendo importante ressaltar que esse livro foi o primeiro dicionário de correspondência entre palavras do português e sinais do que então passaria a ser chamado de linguagem das mãos; o dicionário *No silêncio da fé*, também de Eugênio Oates em colaboração com o Padre Vicente Burnier (1971); o livro e dicionário *Linguagem dos sinais do Brasil*, de organização de Harry Hoemann, Eugênio Oates e Shirley Hoemann (1981); e a obra de caráter catequético *E os surdos ouvirão: orientação para uma catequese aos deficientes auditivos*, de Nydia Garcez (1974).

Ao analisar os dicionários nesta pesquisa, é possível compreendê-los como objetos históricos e discursivos, o que significa que o tratamento com essas fontes não partiu de uma análise considerando-os como um simples manual de consulta, que apresenta sentidos

evidentes e que abarca a totalidade da língua, mas como um lugar possível de questionamento dessas evidências dos sentidos (SILVA, N., 2012).

Os dicionários enquanto instrumentos linguísticos, conforme Orlandi (2001 b), configuram-se também como instrumentos tecnológicos, os quais responderam, ao longo da história, a interesses diversos: preocupação religiosa, interesses culturais, questões políticas relacionadas às línguas nacionais, etc. Isso significa que a construção e a difusão dos dicionários se encontram associadas, ao mesmo tempo, a fatores técnicos e às condições históricas e políticas em que estes foram produzidos.

No que diz respeito a uma obra de viés catequético, no caso deste trabalho, a análise discursiva do livro de Nydia Garcez foi selecionada por se tratar de uma obra de caráter pedagógico baseada no método oralista, lida e apreendida por um amplo público voltado para a surdez. Além disso, deve-se ressaltar a representatividade dessa autora no meio educacional católico e regular.

Os catecismos configuram-se como importantes fontes de análise por conterem ideais, preceitos e discursos relativos às situações históricas, políticas e culturais de uma dada sociedade. Esses manuais foram largamente utilizados pela Igreja por cumprirem uma dupla missão: a de formar o homem nas verdades da fé, além, é claro, de fazer circular os saberes ali constituídos.

Além disso, os discursos proferidos nessa obra de perfil catequético encontram-se imersos em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente: “textos e instituições, falar e *orientar* [grifo nosso] constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam” (FOUCAULT, 1999, p.85) e, por conseguinte, ultrapassam a si mesmas, indo para além da esfera da Instituição religiosa, “integrando os corpos dos indivíduos, os seus gestos e suas próprias vidas [...]” (REVEL, 2011, p. 122).

Como salienta Orlando (2008), o catecismo ganhou impulso principalmente porque a Igreja Católica, com seus ideais de recristianização, intencionava atingir um maior número de pessoas. Com vistas à formação de uma nação católica, o cuidado somente com a elite do País era insuficiente, por isso a necessidade de atuar em várias frentes e com uma diversidade de pessoas a fim de suprir o povo com instrução religiosa, dando ênfase ao ensino de catecismo.

A ignorância religiosa era posta pela Igreja como a causa de todos os males e a instrução religiosa da população seria o remédio que curaria a sociedade desse mal. Essa teoria justificava as várias intervenções da Igreja nos diferentes setores da sociedade, inserindo-se nas questões sociais, políticas e

ideológicas, ultrapassando com isso a esfera religiosa, mas assegurando-se de preservá-la, através dos mecanismos necessários, da influência de outros credos religiosos. (ORLANDO, 2008, p. 12).

A materialidade, a produção, a circulação e a apropriação de textos, produções bibliográficas, dicionários, catecismos constituíram-se em estratégias importantes tecidas pela Igreja Católica na disseminação e fundamentação do seu projeto de recristianização entre os diversos sujeitos sociais.

Como salienta Orlando (2008), a circulação do conhecimento religioso, que sempre se deu de forma hierarquizada, foi ampliada a partir do advento da cultura impressa, atingindo um número expressivo de pessoas. Essas produções impressas eram redigidas e publicadas de acordo com as diferentes culturas, tradições e circunstâncias nas quais seriam aplicadas. Destarte, as interpretações a respeito do que era adequado aos padrões da Igreja orientavam-se segundo os diferentes momentos do contexto sócio-histórico e da estrutura social na qual estavam incluídas.

A fundação da Pastoral dos Surdos pela Igreja em 1950 pode ser pensada também como fruto desse projeto de recristianização da sociedade brasileira, somada ao interesse da Entidade em intervir mais vigorosamente no campo educacional brasileiro, e, neste espaço, na educação de pessoas com deficiência. A Pastoral pode ser concebida como uma ação eclesial organizada de atuação incisiva não apenas com os surdos, mas também com seus familiares e outros sujeitos sociais envolvidos com a surdez, adequando-se ao sistema de apostolado de caráter catequético-educativo. Visava atender a esse grupo em sua realidade específica e, também, no terreno da militância política e social a ele referente.

Para que a Igreja pudesse realizar suas ações nas diversas esferas da sociedade, era necessário adotar um plano mais organizado, regionalizado, que pudesse se introjetar em diversos locais do País. Esse projeto de evangelização e catequização foi distribuído a vários grupos em diferentes setores das chamadas pastorais.

Como instituição cerne na orientação e educação de surdos no Brasil, a Pastoral dos Surdos estabeleceu relações simbióticas com a surdez. Com diretrizes e princípios doutrinários, produziu discursos e práticas que guardam, por assim dizer, interesses e redes de poder. Foram tecidos enunciados que instituíram significados múltiplos para a (e na) educação de surdos.



Os textos selecionados por esta pesquisa se constituem em fontes históricas<sup>7</sup> e, enquanto literatura<sup>8</sup>, têm elucidado relações de poder, influências e práticas que vêm sendo empreendidas pela Pastoral estando, em consequência, atreladas ao projeto maior da Igreja Católica. Tais fontes, enquanto produto da sociedade que as fabricou segundo as relações de força que as detinham, expressam práticas e discursos.

Por conseguinte, puderam viabilizar a compreensão das condições históricas, a figura do produtor e suas relações sociopolíticas, o lugar social de onde foram produzidas e as relações de poder que cercaram e atravessaram essas literaturas (LE GOFF, 1990). Coube nesta pesquisa entender como tal literatura foi construída, a linguagem utilizada, as finalidades da edificação e as suas intencionalidades.

A análise discursiva de outros documentos produzidos pela Igreja Católica especificamente para a educação também fez parte desta pesquisa, nomeadamente os compilados pela obra *Documentos da Igreja sobre Educação* (AEC, 1978), entre os quais encontram-se: “A Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a educação cristã”, do Concílio do Vaticano II, “A Escola Católica” e “Documentos sobre Educação”. Tais documentos contêm pensamentos e posições da Igreja acerca do processo educacional para com os diversos grupos sociais que passou a focalizar.

Como uma das questões suscitadas por esta pesquisa buscou compreender os sentidos dos discursos enunciados pela Igreja para com a surdez, tais documentos puderam viabilizar a compreensão das formações discursivas da Instituição no período pesquisado por este estudo. O sentido, dentro da perspectiva da AD, é considerado como resultado de um processo determinado histórica e ideologicamente, daí atentar-se para esses documentos devido ao seu caráter histórico e ideológico.

Como o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, é mister perceber as formações ideológicas, pois estas determinam o que poderia e deveria ser dito. Desse modo, a percepção das formações ideológicas leva a apreender as formações discursivas e, conseqüentemente, o entendimento sobre os sentidos que circularam naquele dado contexto sócio-histórico (ORLANDI, 2015).

---

<sup>7</sup> Fontes históricas pensadas neste trabalho como documentos diversos como impressos: livros, folhetos, roteiros, etc. Documentos audiovisuais como: imagens, sons, músicas, filmes, documentários, etc., os quais devem ser compreendidos dentro das condições de sua produção, estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade. Para conhecer mais sobre fontes históricas, ver Pinsk (2006).

<sup>8</sup> Literatura em uma amplitude conceitual maior que compreende textos, livros como produções literárias. Para um maior aprofundamento analítico sobre Literatura e História, ver Le Goff (1990).

Outra fonte do *corpus* analítico desta análise é a obra *Pastoral dos Surdos rompe desafios e abraça os sinais do reino na Igreja do Brasil* (2006). Ainda que tenha sido produzida fora do período de pesquisa definido para análise neste trabalho, traz discursos e percursos históricos da Igreja para com a surdez elucidativos para seu desenvolvimento.

E, por fim, elegeu-se o *Documento da Santa Sé para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981*. Esse texto reflete o pensamento e as ações que a Igreja legitimou diante da sociedade brasileira em relação à questão das deficiências. É importante ressaltar que esse documento, mesmo sendo escrito em 1981, traz informações e pensamentos da Igreja Católica sobre a surdez recuando a um período anterior a 1981. Além disso, os discursos evidenciam diretrizes e estabelecimentos estratégicos elucidativos das ações institucionais de Instituição para com a educação dessas mesmas pessoas.

Após a delimitação do *corpus* analítico acima descrito, é importante salientar que, em uma Análise de Discurso, não se busca a exaustividade, nem se pretende atingir a completude em relação ao objeto empírico no desenvolvimento de análises. Busca-se tratar exaustivamente o material de análise em suas consequências teóricas e materialidade discursiva (ORLANDI, 2015).

Para esta pesquisa, o discurso foi pensado como objeto sócio-histórico, o qual não deve ser tomado como sinônimo de fala ou como transmissão de uma mensagem entre interlocutores. O discurso transcende as questões relativas à oralidade e à escrita, pois se constitui em efeito de sentidos entre sujeitos, que não devem ser tomados como presença física de organismos humanos individuais, mas designam lugares determinados na estrutura da formação social (ORLANDI, 2017).

Como salienta Indursky (2006, p.72), ao proceder a uma análise discursiva, primando o regime de materialidade escrito, como o texto<sup>9</sup> por exemplo, o pesquisador busca uma semântica discursiva "cujo exame pode iniciar pela materialidade textual, mas ultrapassando os limites do texto para alcançar o próprio discurso e seus processos de significação e o próprio do discursivo".

Disso decorreu a preferência desta pesquisa pela análise discursiva, não atentando apenas para o textual, mas também para outros regimes que compõem um discurso, como a

---

<sup>9</sup> Em uma Análise de Discurso, o pesquisador pode focar suas análises em diversas formas materiais: a escrita, a verbal, a imagética, etc. No entanto, este trabalho primou pelo regime de materialidade escrito, principalmente o textual: obras produzidas por religiosos considerados precursores da educação de surdos na Igreja Católica. No entanto, é importante salientar que o conceito de texto dentro da AD é ampliado para além de unidade de análise pura e simples, ou seja, "não é no texto em si que estão (como conteúdos) as múltiplas possibilidades de sua leitura, é no espaço constituído pela relação do discurso e o texto, um entremeio, onde jogam os diferentes gestos de interpretação." (ORLANDI, 2001 a, p.68).

análise da materialidade imagética, a qual, nas obras analisadas, apresenta-se de forma bastante significativa. Por se tratar de obras que foram tecidas com vistas à catequização/educação de surdos, elas trazem muitas imagens.

Conforme Quadros (2004), as línguas de sinais são de modalidade viso-espacial, ou seja, a produção dessas línguas possui aspectos da visualidade e espacialidade (imagéticas), sendo classificadas como viso (ou visuo) por seu modo de recepção ser através da função da visão, e espacial, por ser produzida por sinais elaborados pelas mãos, em um determinado espaço, associados à expressão facial e corporal.

Em suas atuações catequético-pedagógicas, a Igreja, além de utilizar a Pedagogia Oralista, também utilizava a Pedagogia da Linguagem de Sinais em que a utilização de imagens dos *gestos* (ainda não havia a compreensão conceitual do termo *signal*) foi largamente utilizada nessas produções, além, é claro, de desenhos, fotografias e outras materialidades imagéticas. É importante ressaltar que o termo linguagem era utilizado não apenas pela Igreja, mas também por outras instituições, porque no Brasil, naquele período, ainda não havia a constituição de uma Língua de Sinais propriamente dita.

Por isso, nesta pesquisa foram trabalhadas analiticamente as imagens relativas às obras selecionadas por este estudo, buscando também a compreensão do universo discursivo da Instituição a partir da linguagem imagética. Foi dada atenção à complexa teia que forma o discurso, considerando o que Gregolin (1988, p.13) salienta: “[...] empreender a análise de discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto, *imagens* (grifo nosso) e como esse texto *e imagens* (grifo nosso) se articulam com a história e a sociedade que o produziu”.

Observaram-se, assim, os sentidos desses discursos, um componente ativo na geração dos significados sociais, um corpo coerente de categorias mediante o qual, no contexto de uma dada situação histórica, os indivíduos apreendem e conceituam a realidade social e em função do qual desenvolvem suas práticas.

Dessa forma, foram elucidados abaixo os conceitos com seus fundamentos teóricos. Esses conceitos ancoraram a análise discursiva proposta nesta pesquisa. Os discursos selecionados por esta análise foram dilucidados a partir desses conceitos que geralmente são utilizados numa análise discursiva.

## 2.1 SENTIDOS, PRÁTICAS DISCURSIVAS, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, FORMAÇÃO DISCURSIVA, IDEOLOGIA: DEFININDO CONCEITOS À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO

O discurso, como afirma Luciano Oliveira (2013), é um fenômeno social e político fundamental para a composição e para a desconstrução das relações de poder em qualquer sociedade. Dada essa situação medular numa conjunção social, o discurso constitui-se em um fenômeno essencial para a análise do social e sua extensão em várias práticas e instituições desse meio social.

Na visão de Fischer (2001), o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, pois existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não devendo ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo. Na verdade, exterioriza regularidades intrínsecas, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. Por isso, para uma análise discursiva, é mister recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e, igualmente, a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto dos objetos estudados.

O discurso analisado em sua materialidade vem elucidar não apenas as relações de saber e poder de um dado momento, mas também sua positividade nos dias atuais em termos sociais, políticos, culturais, educacionais, porque o discurso atravessa a história significando o presente.

E a história, constituindo-se em uma multiplicidade de períodos emaranhados uns nos outros, permite uma exposição de transformações e acontecimentos que fundamentam a atualidade. Perscrutar a genealogia da história da educação de surdos no Brasil e suas relações com o catolicismo, através da descrição minuciosa das práticas discursivas da Instituição, é entender que essas práticas, mergulhadas em relações de poder, são produtoras de discursos e saberes, segundo a visão de Foucault (1986), também nesse tipo de educação.

A espessura histórica, social, cultural e política do objeto de estudo em questão – as práticas discursivas do catolicismo – evidencia a atuação desse discurso de caráter religioso em diferentes processos de significação e materialidade. Essas práticas discursivas foram atravessadas pelos discursos outros: o pedagógico, o político, o jurídico, o acadêmico, o das minorias, etc.

Como afirma Foucault (1986, p.56):

[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os

discursos como conjunto de signos [...], mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Esses discursos se configuraram não apenas em um discurso cotidiano, mas em práticas discursivas que atravessaram a sociedade e, em suas diversas formas, produziram sentidos e processos de significação na constituição dos saberes no processo educacional relacionado à surdez.

Mas o que seria sentido? Efeitos de sentidos? Condições de produção? Práticas discursivas? Formações discursivas? Em concordância com as orientações teóricas da Análise de Discurso de linha francesa<sup>10</sup>, também a tese aqui defendida é de que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, esta entendida não como algo fora da linguagem, mas como condições de produção do discurso que intervêm materialmente na constituição dos sujeitos sociais.

O discurso, na teoria de Análise do Discurso, pode ser compreendido em uma “iminência histórica e social, em que a linguagem é apreendida não como uma mera unidade significativa, passível de decodificações, mas como efeito de sentidos” (OLIVEIRA, 2013, p. 233). O termo sentido é polissêmico, não comportando uma definição única, porém essa ausência de uma definição específica não impede o tratamento teórico sobre o termo. Em Análise do Discurso, conforme Possenti (1997), sustenta-se a ideia de que o sentido não deve ser atrelado ao significante exclusivamente, mas que um texto tratado como discurso, por exemplo, pode ter muitos sentidos.

Em Análise do Discurso, o sentido é antes de tudo um produto, resultado de um processo: constitui uma produção, cujos efeitos são efeitos de sentido. De acordo com Guilhaumou (1981), os efeitos de sentido podem ser pensados como uma infinita variedade de valores de que pode se revestir um discurso em função do contexto no qual esse mesmo discurso está inserido. Assim, o discurso não se trata de tradução, de racionalização, mas de sentido como efeito/produção de um dizer.

---

<sup>10</sup> Conforme Orlandi (2001), Garcia (2003) e Narzetti (2010), a Análise de Discurso de linha francesa pode ser configurada como uma disciplina de entremeio, pois se constituiu no trabalho contínuo das contradições epistemológicas entre distintas regiões do conhecimento. A Análise de Discurso de linha francesa não se constitui em um campo homogêneo, pois projetos teóricos diferentes contribuíram para sua composição, como, por exemplo: a linha de Michel Pêcheux; a linha sociolinguística (Marcellesi, Gardin e Guespin, entre outros teóricos, na França) e a linha de Michel Foucault. Pode-se afirmar que a AD francesa é o efeito geral dos confrontos e alianças táticas, ocorridos entre essas três linhas.

Em uma análise discursiva, [...] não basta apontar o sentido hegemônico, mas é necessário considerar a relação de forças que permitiu sua hegemonia; filiar esse sentido a outros com os quais ele pode ser filiado; compreender como ele se tornou objeto para o pensamento; mapear os gestos de resistência. (GRANTHAM, 2009, p.56).

Há uma relação de sentidos presentes nos discursos, ou seja, não há discurso que não se relacione com outros. Um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo (ORLANDI, 2015).

Daí que, em uma análise discursiva, procura-se entender como um efeito de sentido “se torna mais evidente que outros igualmente possíveis reverberando acerca dos elementos que trabalham para que alguns sentidos sejam esquecidos, silenciados ou, até mesmo, apagados, enquanto outros são tomados como absolutos e dominantes” (GRIMM, 2012, p.19).

Portanto, a abordagem metodológica da AD, para este estudo, possibilitou entrever a sociedade através das relações de sentidos decorridas do discurso religioso para com a educação de surdos e, além disso, divisar os modos pelos quais a sociedade se apoderou desses mesmos discursos.

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Esses procedimentos levam o analista a investigar sobre a inscrição dos lugares de produção, de controle e de recepção dos discursos produzidos por uma sociedade e, além disso, à percepção das relações de poder que coexistiram naquele dado contexto sócio-histórico.

Destarte, significa localizar, conforme Foucault (1986), os objetos de saber que surgem em uma exterioridade e mostrar as transformações por eles sofridas. Essa leitura das fontes discursivas de uma época atenta para o histórico, não visando interpretá-las como suficientes e evidentes. Não é fazer exegese do sentido, porque a perspectiva não se pauta em um logicismo (lógica) e nem propriamente em uma análise linguística: a unidade de estudo não é a frase gramatical, nem a proposição lógica, nem a linguagem ordinária.

Trata-se, portanto, de procurar depreender as estruturas universais presentes no discurso. O que está em pauta na análise é a articulação dos pensamentos, dizeres e ações, das formações discursivas que caracterizam determinado período, uma vez que o acontecimento

discursivo é um acontecimento histórico. E esses discursos produziram sentidos, estes últimos “foram administrados por relações de poder, por determinações históricas, por injunções institucionais” (ORLANDI, 2001 b, p.143) que os fazem circular segundo certas condições.

Alerte-se para o fato de que não há nada oculto por trás desses discursos, mas existem enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Uma vez que houve relações históricas, práticas discursivas muito concretas e subsistentes nos discursos, procura-se, então, nessa perspectiva analítica, explorar ao máximo as fontes discursivas, por constituírem uma produção histórica, política e social. Desse modo, entende-se que as palavras são também construções, e a própria linguagem é constitutiva de práticas.

Para tanto, as condições de produção são imprescindíveis para a compreensão dos sentidos. Conforme Orlandi (2015), essas condições, se pensadas dentro de uma perspectiva mais estrita, dão conta do contexto imediato da enunciação<sup>11</sup>; por outro lado, se pensadas em sentido amplo, incorporam o contexto sócio-histórico e ideológico<sup>12</sup>. Dessa forma, em um sentido amplo, tais condições abrangem não apenas o contexto sócio-histórico, mas também o imaginário arquitetado pelas instituições, o já dito e a memória<sup>13</sup>.

As condições de produção relacionam-se ao contexto sócio-histórico, que não deve ser considerado apenas como pano de fundo, mas como algo constitutivo do próprio discurso. O discurso está sempre vinculado àquilo que lhe é exterior, pois é, sobretudo, um objeto simbólico que se corresponde com outros textos, com outros discursos, podendo se abrir a diferentes possibilidades de leitura.

Como observa Orlandi (2017), as condições de produção do discurso elucidam os lugares sociais e suas representações e deslindam as relações de saber e poder de uma sociedade, com suas tensões, contradições e modos de subjetivação. Convém ressaltar que, ao

---

<sup>11</sup> A *enunciação* pensada a partir da dimensão do *discurso* pode ser concebida como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais. A enunciação permite representar fatos no enunciado, porém, por outro lado, constitui um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016).

<sup>12</sup> Em relação ao conceito de ideologia na AD, é importante ressaltar o termo, também utilizado na AD, *formação ideológica*, que se encontra atrelado à ideologia. A formação ideológica caracteriza um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui, desse modo, um conjunto complexo de atitudes e de representações, que constituem o princípio organizador de uma formação discursiva (HAROCHE; PÊCHEUX 1977; HENRY, 2007).

<sup>13</sup> O termo memória aqui nessa pesquisa “deve ser entendida [...] não no sentido direto psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Então, a memória discursiva diz respeito a um retorno do passado, de algo que já foi dito em outro lugar, que já fez sentido antes. Não deve ser vista como local de retorno, de repetição, de manutenção de sentidos, porque se reorganiza no momento em que está sendo reativada, significando que sempre é reconstruída na enunciação, e isso ocorre porque ela se relaciona intimamente com a historicidade (GRIMM, 2012, p. 50).

serem abordados os efeitos de sentido e suas relações com as condições de produção focando no elemento histórico, não se está pensando a história como evolução e cronologia, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam no interior de um discurso.

As condições remetem para as relações de saber e poder<sup>14</sup> presentes na e constituintes da prática discursiva. Mas o que seria uma prática discursiva? Conforme Foucault (1986), os discursos são práticas que estabelecem sistematicamente os objetos que externam. Essas práticas estão imersas em relações de poder e saber que se implicam mutuamente. Ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas que, por definição, se encontram presas, amarradas às relações de poder que as supõem e as atualizam.

As práticas discursivas podem ser definidas como um conjunto de regras “anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1986, p. 133).

Como salientam Giacomoni e Vargas (2010), os discursos possuem um suporte histórico e institucional que permite sua realização. Assim, um sujeito faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo segundo os interesses de cada trama momentânea. As práticas discursivas possibilitam sentido nas relações, porque elas expandem-se pela sociedade, ao assumir formas concretas, investindo e intervindo materialmente, além de atingir e constituir o pensamento social e os sujeitos sociais em suas ações cotidianas, daí atentar-se para as formações discursivas.

A noção de formação discursiva é essencial na Análise de Discurso, pois permite a compreensão do processo de produção dos sentidos e a relação com a ideologia. Como salienta Orlandi (2001 b), a formação discursiva pode ser definida como aquilo que, numa formação ideológica constituída, ou melhor, a partir de uma posição dada em um determinado contexto sócio-histórico, indica o que pode e o que deve ser dito.

Introdutoriamente, é importante ressaltar que a noção de *formação discursiva* foi arquitetada por Michel Foucault e reformulada por Michel Pêcheux<sup>15</sup> dentro da Análise do

---

<sup>14</sup> Na perspectiva foucaultiana do discurso, “o saber designa o processo pelo qual o sujeito de conhecimento, ao invés de ser fixo passa por uma modificação durante o trabalho que ele efetua com o objetivo de conhecer [...] o saber está basicamente ligado à questão do poder na medida em que [...] é por meio do discurso da racionalidade [...] que será efetuada uma ordenação geral do mundo e dos indivíduos que passam, ao mesmo tempo, por uma forma de governo e por procedimentos disciplinares” (REVEL, 2011, p.134-135).

<sup>15</sup> Michel Pêcheux (1938-1983) foi um expoente da filosofia francesa do círculo de intelectuais que fundou a linha conhecida como Análise de Discurso na segunda metade do século passado. Ele teorizou e produziu muitas obras acerca de como a linguagem está materializada na ideologia e como esta última se manifesta na linguagem. Pêcheux pensa e teoriza o discurso como efeito de sentidos. Ele desenvolveu muitas teorizações acerca da análise do funcionamento discursivo e dos mecanismos da determinação histórica dos processos de significação (OLIVEIRA, 2013).



Discurso. Foucault buscava contornar as unidades tradicionais como *teoria*, *ideologia* e *ciência* para denominar conjuntos de enunciados, os quais poderiam ser associados a um sistema de regras historicamente determinadas.

Para Foucault, a formação discursiva seria um conjunto de enunciados que não se limitariam a objetos linguísticos, tais como as proposições, atos de fala ou frases, mas subordinados a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia<sup>16</sup>, ciência, teoria, etc. Nesse sentido, para o teórico,

[...] o que garantiria a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não seria a sua linearidade formal – sintática ou semântica –, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública, etc.). Michel Foucault chama de *écart* enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática. (BARONA, 2011, p.3).

Já Michel Pêcheux (1977) preconizava que toda formação social caracterizável por um grupo social requereria a existência de posições políticas e ideológicas, que não seriam feitas de indivíduos, mas que se organizariam em formações que mantinham entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. A formação discursiva seria “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (PÊCHEUX, 1977, p.40).

No entanto, ainda que mudanças e impermanências em torno do conceito entre os teóricos mostrem variações e somatórias, é mister ressaltar que a formação discursiva não é homogênea, funcionando automaticamente. Ela é tecida na contradição, constituindo-se como heterogênea e com fronteira fluida.

Segundo Blanco (2009), não tendo as palavras, um sentido nelas mesmas, seus sentidos são provenientes das formações discursivas a que elas se associam. As formações discursivas equivalem, no discurso, às formações ideológicas, e o sentido será determinado

---

<sup>16</sup> O conceito de Ideologia aqui nessa pesquisa não se relaciona às ideias marxistas de relações entre classes sociais, superestrutura e infraestrutura, o que, neste trabalho, reduziria a uma análise redutora do fenômeno ideológico. O conceito de Ideologia na Análise Discursiva foi inspirado nas obras de Marx, havendo releitura por parte dos estudiosos da AD. Esse conceito é pensado, por este estudo, associado aos estudos do Discurso baseado nas tendências de linha francesa de Análise de Discurso, da Escola Brasileira de Análise de Discurso, cuja principal expoente é Eni Pulcinelli Orlandi, e aos estudos foucaultianos da construção do ideológico alusivo às relações de saber e poder. Para um maior aprofundamento sobre a temática, ver: Orlandi (2015) e Foucault (1980).

ideologicamente. “Sendo assim, tudo que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. A ideologia produz seus efeitos no discurso, materializando-se nele. Há, assim, uma relação recíproca entre ideologia e linguagem” (BLANCO, 2009, p.10).

Os discursos não são só dos sujeitos, significam por sua história e pela língua. “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com a ideologia” (ORLANDI, 2015, p.30). Michel Foucault (2000 b) produziu um deslocamento no conceito de discurso muito pertinente para uma análise discursiva, porque a análise desse objeto deixaria de ser estritamente utilizada na perspectiva de aspectos meramente linguísticos, gramaticais e passaria a se dar em termos da percepção das estratégias, ideologias e práticas.

Isso significa que o discurso deveria ser analisado para além de um regime de discursividade e de sua eventual transgressão, mas como um objeto que existiria entre grandes tipos de discurso e as condições históricas, econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e de sua formação (REVEL, 2011). O que contribuiu grandemente para a análise discursiva, porque, nessa perspectiva analítica, haveria a possibilidade de percepção de outros discursos presentes em um discurso, o que viabilizaria a compreensão de formações discursivas em sua historicidade, evidenciando até mesmo seus compromissos ideológicos.

Foucault (1986) ressalta que o discurso poderia ser visto como um conjunto de enunciados na medida em que eles provinham da mesma formação discursiva. Ora, tomar o discurso como objeto de análise, nessa perspectiva, significa realizar não apenas uma análise linguística desse objeto, com descrições e explicações em seus níveis linguísticos, mas ir além, efetuando, principalmente, questionamentos sobre as condições de emergência do objeto em estudo, ou seja, quais seriam os dispositivos discursivos que possibilitariam a irrupção de determinada prática discursiva e não outra em um determinado momento histórico.

Por isso, a pertinência da ideologia para uma análise discursiva. O termo ideologia é ainda atualmente uma noção confusa e controversa. Na concepção marxista, relaciona-se às questões de dominação de classe, a qual com que suas ideias passem a ser apropriadas por todos, eliminando-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência.

Dessa forma, o termo ideologia parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, pois Marx toma como ponto de partida, para a elaboração de sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa, já que para ele conta a ideologia da classe dominante. (GUERRA, 2009, p.9).

Na concepção althusseriana, a ideologia trata-se de um conjunto de práticas materiais, fundamentais para a reprodução das relações de produção, e possui existência material, não devendo ser tratadas como meras ideias. A ideologia, nessa concepção, não pode ser considerada como um produto do pensamento dos sujeitos. Mas é a própria existência material definindo o que esses indivíduos pensam e incorporando-se em nossa sociedade através de variadas estruturas.

Concordando com Riccouer (1977), o fenômeno ideológico tem sido vigorosamente marcado pelas concepções marxistas, propiciando interpretações redutoras, as quais restringem a interpretação do fenômeno ideológico. A opção teórica de que mais minha pesquisa se aproxima é a foucaultiana, associada, obviamente aos estudos do discurso de linha francesa.

Nessa perspectiva discursiva, a ideologia relaciona-se com os regimes de verdade, que se encontram circularmente ligados a sistemas de poder, que os produzem e os apoiam, e a efeitos de poder que os induzem e reproduzem.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (FOUCAULT, 1993, p.131).

Apesar das diferenças conceituais existentes entre teóricos que abordam o termo *ideologia*, há um consenso, principalmente a partir dos anos 60 e 70, em defini-la como um “sistema global de interpretação do mundo social dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade determinada” (CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2016, p.267-268). No entanto, é importante ressaltar que, desde os anos 80, o termo tem sido pensado juntamente com outras expressões como *doxa* ou *representação*.

Dentro da Análise de Discurso, em relação à ideologia, os sujeitos sociais encontram-se vinculados a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos através da própria ideologia e do inconsciente. O interdiscurso<sup>17</sup>, que se encontra nessa relação, está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar.

---

<sup>17</sup> Para um maior aprofundamento sobre o conceito de interdiscurso, ver Orlandi (2015), que o concebe como eixo exterior constitutivo do discurso, responsável pelos sentidos, os quais provêm de outro lugar: do já-dito, isto é, da memória do dizer, sendo fundamentais para a constituição dos sentidos, porque estes representam o dizível.

E isso relaciona-se com o poder que se encontra sob a forma de relações de força, uma vez que o próprio aparecimento dos saberes é atravessado pelas relações de poder, porque o “sujeito é efeito-objeto de relações de poder. Saber e poder implicam-se mutuamente. Não há relação de poder sem constituição do saber. Todo saber constitui novas relações de poder. Todo o exercício do poder é também um lugar de formação do saber” (GUERRA, 2009, p.32).

Como afirma Fiorin (1995), todo o conhecimento e as relações humanas encontram-se comprometidos com os interesses sociais de um determinado grupo social ou, ainda, de uma instituição, etc. Destarte, como analistas do discurso, é mister transformar as fontes (documentos, textos, etc.) em monumentos, porque, sendo históricos, encontra-se nele materializado o discurso de uma época, sendo esta, portanto, “a tarefa da arqueogenealogia do saber: descer às camadas geológicas dos discursos, dos saberes e dos poderes” (FISCHER, 2012, p.40).

## 2.2 AGREGANDO CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE DISCURSO: MICHEL FOUCAULT E SEU MÉTODO ARQUEGENEALÓGICO

Conforme Vandresen (2008), correntemente os estudiosos de Michel Foucault (1926-1984) dividem suas produções teóricas em três domínios: 1) arqueologia (ser-saber); genealogia (ser-poder); e ética (ser-si). A aula *A ordem do discurso*, de 1970, marca, em geral, a transição da arqueologia para a genealogia nesse teórico.

A expressão arqueologia surgiu três vezes em títulos de obras do estudioso: *Uma arqueologia das Ciências Humanas*, de 1966, e *Arqueologia do Saber*, de 1969, caracterizando o método de pesquisa do filósofo. Dentro dessa perspectiva metodológica,

[...] uma arqueologia não é uma história, na medida em que, em se tratando antes de reconstituir um campo histórico, na verdade *se* trabalha diferentes dimensões (filosóficas, econômicas, científicas, políticas, etc.) com o propósito de obter as condições de emergência dos discursos do saber em geral em uma dada época. Ao invés de estudar as histórias das ideias em sua evolução, *deve* se concentrar, por conseguinte, em recortes históricos precisos [...] a fim de descrever não só a maneira pela qual os diferentes saberes se determinam a partir da construção de novos objetos que surgiram num determinado momento, mas também como eles se correspondem entre si e descrevem de maneira horizontal uma configuração epistêmica coerente. (REVEL, 2011, p.10). (Grifos nossos).

Por conseguinte, assim como procede um arqueólogo em seu trabalho analítico, na perspectiva metodológica foucaultiana, o pesquisador escava os domínios do saber de uma época, os quais se encontram estabilizados em formações discursivas e se constituem como material para a crítica “que o genealogista faz do poder desses mesmos discursos, quando relacionados a práticas não-discursivas, como as disciplinares, as tecnologias do eu, a normalização” (ARAÚJO, 2004, p.39).

Na obra *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1986), pode-se perceber explicitamente a descrição bastante heteróclita e didática do método arqueológico. Este consiste na busca do entendimento sobre o funcionamento dos discursos que formam as ciências humanas, tomando-os não mais como conjuntos de signos e elementos significantes que corresponderiam a específicos conteúdos e representações, mas como um conjunto de práticas discursivas, as quais fundamentam os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevendo os conceitos, legitimando os sujeitos enunciadore e fixando as estratégias que estabelecem os atos discursivos.

No entanto, é importante ressaltar, conforme Barona (2011), que esses atos discursivos não se tratam de qualquer um, por exemplo: enunciados do cotidiano, mas de *atos discursivos sérios*, ou seja, enunciados que manifestam uma incessante vontade de verdade. Tais enunciados sérios podem ser condicionados por um conjunto de regularidades internas, constituindo um sistema relativamente autônomo, a chamada formação discursiva.

Outro aspecto não menos relevante, no que diz respeito às produções teóricas de Foucault, é que, conforme Araújo (2004), não houve uma ruptura entre as suas publicações relacionadas ao conceito de *arqueologia* e as publicações relativas ao termo *genealogia*. Na verdade, pode-se falar que ocorreu a proponência de uma nomenclatura que compreendeu a totalidade do projeto de Foucault: uma *arqueogenealogia*. O termo genealogia, desde a publicação de *As palavras e as coisas* em 1966 e de *A Ordem do discurso* em 1971, ganhou mais visibilidade, sendo concebido pelo teórico como uma investigação histórica que se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teologias.

O método genealógico se opõe à unicidade da narrativa histórica e à busca da origem de alguma coisa. A genealogia opera, portanto, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos princípios e dos acidentes, não desejando regressar no tempo para recompor a continuidade histórica, mas, em oposição, buscando revocar os acontecimentos em suas singularidades.

A arqueologia constitui um método que se volta para as práticas discursivas, conquanto considere também a ligação com as práticas não discursivas, procurando evidenciar a regularidade dessas práticas em série de descontinuidade na história. Já a genealogia pensada pelo filósofo deve preocupar-se com o aspecto político do discurso, com a estratégia e a tática do discurso manifestando e produzindo poder, vinculado sempre a um saber que emerge.

O método arqueogenealógico não busca somente no passado os indícios de fatos ou eventos singulares, mas possibilita questionamentos a respeito dos acontecimentos na atualidade, estabelecendo cruzamentos analíticos, entendimento acerca dos fatos e suas influências e reminiscências. Como ressalta Revel (2011), esse método busca recompor, por trás dos fatos, toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas, portanto a análise das diferentes redes e níveis aos quais pertencem os acontecimentos.

Pode-se afirmar, assim, que o campo reflexivo foucaultiano é a história do presente, ainda que o objeto de estudo esteja relacionado ao passado, pois a premissa que norteia uma análise, a partir desse postulado, é a questão de como os sujeitos sociais objetivam a si por meio das práticas discursivas, ou que brechas permitiriam o emergir de práticas e

condutas, “as quais transformadas pela sucessão e sobreposição de outras conjunturas estariam continuamente se adaptando a novas denominações” (BARROS, 2005, p. 31).

Se não exatamente se aplicou o método arqueogenalógico a esta pesquisa, este contribuiu, principalmente, com seu instrumental derivado da rede subsidiária de conceitos tecida junto ao método com o arcabouço teórico de seu idealizador. Ao postular seu instrumental teórico-metodológico, Foucault propunha uma forma de análise, através da qual, o analista deveria olhar para o passado,

[...] vasculhando documentos históricos ou a literatura de uma época – elementos do corpus de análise que ele denominaria atos discursivos – buscar vestígios que apontassem, no arranjo das relações sociais vigentes, que prioridade no estabelecimento da ordem, as instituições sociais favoreciam, para que certas práticas e condutas se forjassem. Ou, que brechas nesses arranjos, permitiriam o emergir daquelas práticas e condutas, as quais, transformadas pela sucessão e sobreposição de outras conjunturas estariam continuamente se adaptando a novas denominações. (BARROS, 2005, p.30-31).

Percebe-se que o objeto de estudo sob esse prisma metodológico não se encontra pronto na realidade, significando que se deve apenas ir até ele, descobri-lo e entender sua organização interna. Compreender que esse mesmo objeto é composto dentro de uma tessitura de relações nas chamadas formações discursivas, as quais propiciam evidenciar o uso desse objeto por um dado saber.

Ainda que seja considerado por muitos como método há que se considerar a propositura de Foucault como uma hodierna postura empírico-reflexiva, a partir da qual o pesquisador deve possibilitar, através de sua análise, pôr em evidência os discursos circulantes relacionados às relações de saber/poder e seu funcionamento na sociedade.

Concordando com Araújo (2004), compreendeu-se, neste trabalho, ao contrário da maioria dos estudiosos de Foucault, que o procedimento genealógico não permutou a descrição arqueológica, isto é, não dispensou seu uso, porque a proposição da temática relacionada ao poder já se encontrava presente no itinerário arqueológico dos discursos. O método arqueológico continua pertinente para depreender as práticas discursivas, enquanto o método genealógico as relaciona às demais práticas.

Como salientam Rabinow e Dreyfus (1984), Foucault elabora uma análise interpretativa, através da qual o arqueólogo utiliza as formações discursivas como meio para isolar temas, conceitos, objetos de análise que devem ser tratados pelo genealogista, que localizaria essas práticas discursivas e o papel por elas desenvolvido para disciplinar e normalizar.

A arqueologia foi colocada a serviço da genealogia, especialmente nas últimas obras foucaultianas, e assumiu uma nova feição, a de reconstrução de sistemas de práticas que possuem uma inteligibilidade interna na racionalidade interna dos discursos e das práticas que ela estuda (RABINOW; DREYFUS, 1984).

O método arqueogenealógico procede a uma análise de um objeto no passado, mas considera seus efeitos no presente, sendo crítico por excelência, porque mostra que aquilo que pode se tomar por notório e certo é um saber fabricado. Por isso mesmo, pode ser criticado, repensado e modificado. A importância do método arqueogenealógico está na possibilidade de tornar visível que o óbvio é fruto de um certo tipo de dominação, embutida em saberes que carregam poderes que as instituições instituíram, fazendo dos sujeitos objetos de dominação e normalização.

Nesse entendimento, as reflexões metodológicas de Michel Foucault agregaram contribuições para esta análise discursiva, na medida em que possibilitou um olhar analítico que viabiliza condições ao analista de perceber como os sentidos se deslocaram na história, ou seja, em sua dimensão de acontecimento.

Além disso, permitiram perceber as relações do enunciado<sup>18</sup> (como um acontecimento discursivo) com outros enunciados em dispersão, e mesmo em ordens e domínios diferentes e divergentes. Como salienta Foucault (1986), o discurso não tem apenas uma verdade ou um sentido, mas uma história. Uma história de coisas que foram ditas, escritas e materializadas, as quais, por assim dizer, foram muito bem ritualizadas para que fossem materializadas e tomadas como verdades sob certas circunstâncias específicas.

Essas verdades produzidas pelo e nos discursos de instituições, como, no caso deste estudo, o discurso produzido pela Igreja entre 1950 e 1980, se configuraram como instituição produtora de discursos, a qual se manifestou em todos os níveis de sua prática, atuando expressamente no processo educacional dos sujeitos surdos e não apenas neste último, pois a própria educação brasileira como um todo foi atravessada pelos discursos do catolicismo.

---

<sup>18</sup> Enunciado, conforme Charaudeau & Maingueneau (2016), é um termo empregado de modo bastante polissêmico e só tem verdadeiramente sentido no interior das oposições nas quais é inserido. Nesta pesquisa, o termo enunciado encontra-se empregado de acordo com o pensamento foucaultiano, principalmente a partir da obra *A arqueologia do saber*: “O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero que a frase, a proposição ou o ato de fala [...] em seu modo singular de existência (nem absolutamente linguístico nem exclusivamente matéria) ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de fala [...] Trata-se de uma função de existência que pertence intrinsecamente aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem sentido, ou não, segundo qual regra eles se sucedem ou se justapõem, de que eles são signo e qual espécie de ato de fala se efetua por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 1986, p.114-115).



Gerar saberes-verdades é assegurar poder. Os discursos em sociedade, sendo eles religiosos, judiciários, médicos ou políticos, não podem ser dissociados das relações de saber e poder que efetuam, porque, além das ideologias dispersadas e fixadas, determinam – para os sujeitos que falam – propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Além disso, esses mesmos discursos não se limitam ao número de indivíduos que falam, pois não obedecem a uma lógica de circularidade interna apenas, ao contrário, tendem a se expandir.

Assim, o arcabouço foucaultiano contribuiu significativamente para esta pesquisa na medida em que seus conceitos e entendimentos possibilitaram a compreensão dos sentidos desses discursos na educação de surdos, a sua inscrição na história, ou seja, as condições de produção desses discursos e sua significância para e por sujeitos.

### **3 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DISCURSIVAS INSTITUÍDAS PELA IGREJA CATÓLICA PARA COM OS SURDOS**

No decorrer da história, especificamente até a Idade Média, a Igreja cristã atuou junto às pessoas com deficiência numa perspectiva assistencialista e/ou segregacionista. Em tempos contemporâneos, o tema inclusão desafia essa mesma Igreja para novas práticas pastorais e a transmutação de seus discursos numa direção, dentro dos moldes do contexto sociocultural contemporâneo no que diz respeito à surdez.

Ao longo de um extenso período, o caráter filantrópico assistencialista da Igreja Católica em relação aos surdos foi evidente. Contudo, não é possível esquecer que essas incursões missionárias e catequéticas possibilitaram, ainda que não se possa afirmar ser um projeto educacional articulado para as pessoas com surdez, atuações que viabilizaram processos educativos no que diz respeito aos surdos.

Como salienta Silveira (2012), as ações pastorais, catequéticas e missionárias também são educativas, uma vez que, firmadas em um sistema de práticas e de representações: rituais formais religiosos, campanhas assistencialistas, encontros, congressos, catequeses, estratégias de ação, festividades, etc., sustentam esse mesmo sistema com base em processos socioeducativos.

A Igreja Católica se fundamenta na fé, que se constitui em um fenômeno suprarracional, porém, como toda instituição, ao produzir interesses, desenvolve estratégias para defendê-los. Como salienta Mainwaring (2004), o objetivo principal de qualquer igreja é propagar sua mensagem religiosa. Contudo, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses, tais como sua unidade e posição.

Interesses instrumentais podem entrar em conflito com a mensagem religiosa inicial, e a Igreja, como organização interessada na autopreservação e no ganho de poder, por vezes considera os conselhos da cruz “inconvenientes ou convenientes”, dependendo do contexto sócio-histórico (MAINWARING, 2004).

Conforme Forquin (1993), os processos de formação e socialização do indivíduo caracterizam a amplitude do conceito de educação. Ao se atentar para essa definição, percebe-se que a educação se situa para além do espaço estritamente escolar. Nessa perspectiva, pode-se empreender um deslocamento teórico da educação (concepção) para todos os espaços em que haja formação e socialização do indivíduo e assim estabelecer também uma conexão com outros territórios, como a religião.

De acordo com Couto (2016), a Igreja Católica passou por intensa reforma entre o século XIX e a terceira década do século XX. No Brasil, esse extenso período de mudanças possibilitou transformações significativas na sociedade. Essas transmutações perpassaram pelas diversas esferas do âmbito social no País. No início do Brasil republicano, por exemplo, as ideias de progresso, civilização e modernização, presentes no ideário político nacional, também influenciaram nas práticas da Instituição na sociedade.

No que diz respeito à Igreja Católica no Brasil, o catolicismo foi a religião oficial do País por muito tempo. Com o final do Império, com a liberdade de crença estabelecida e com as antigas ordens desgastadas, impedidas de reproduzir seus quadros, o catolicismo mostrou sua capacidade de reinvenção com a vinda de congregações estrangeiras para o Brasil. A Igreja, então, passou a atuar em vários setores nos quais a presença do Estado ainda não era efetiva, como foi o caso da educação.

As várias congregações estrangeiras que vieram para o Brasil, porém, não atuaram apenas na educação, pois ampliaram e expandiram suas ações na sociedade e na cultura de maneira capilar, e nas mais diversas frentes: editoras, impressos, no campo político e social que, por sua vez, espalharia valores católicos nos mais diversos campos de atuação, deixando seus efeitos e influências nas paisagens urbanas, nos espaços sociais, culturais, nas políticas públicas e nos sujeitos sociais (LEONARDI, 2016).

Como evidencia Brandão (2002), do mesmo modo que a educação, a religião se constitui em um território de trocas de bens, de serviços e de significados entre os sujeitos sociais. Assim, as agências culturais de trabalho religioso também envolvem hierarquias, distribuição desigual do poder, inclusões e exclusões, rotinas, programas de formação seriada de pessoal e diferentes estilos de serviços cotidianos.

No período republicano, a mobilização da Igreja expressou-se na forma de *resistência ativa*. Segundo Saviani (2015) essa mobilização não se limitou apenas a um caráter passivo, por haver críticas e discordâncias a respeito das relações conflitantes decorrentes do rompimento entre a Igreja e o Estado, principalmente quando da exclusão do ensino religioso das escolas públicas (questão que a Instituição jamais aceitara).

Mas, para além desse limite, o processo de mobilização da Igreja Católica preencheu duas condições que caracterizaram a resistência ativa: a primeira, a resistência não se manifestaram apenas num plano individual, mas por meio de organizações coletivas; e a segunda, em relação ao conteúdo e formulação de alternativas às medidas implantadas pelo Estado.

Ainda conforme o mesmo autor, a Santa Sé buscou reinserir-se na sociedade brasileira por via do restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e na difusão de seu ideário pedagógico a partir de várias frentes voltadas para diversos públicos: jovens, crianças, trabalhadores, pessoas com deficiência, professores, etc., e mediante o estímulo e a difusão de publicações de livros, livros didáticos, catequese, textos, artigos em jornais, revistas, etc.

Lançando um olhar sobre o panorama educacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que os rumos que a educação nacional adotaria estiveram no centro de discussões de vários setores da sociedade. Conforme, Andreotti (2006), a fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, com a função de promover debates em torno da questão educacional; a influência da Escola Nova com suas problematizações sobre o tradicionalismo pedagógico e os conflitos da Igreja e seus enfrentamentos com a organização e implantação de novos modelos para a educação tornaram axiomática a multiplicidade de interesses que abarcavam a educação escolarizada.

Ainda conforme a mesma autora, houve a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; a promulgação da Constituição de 1934, a qual organizou a construção de um Plano Nacional de Educação e designou a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, ocorrendo também as chamadas Reformas Educacionais dos anos de 1930 e 1940. Essas situações não podem ser destacadas do processo de desenvolvimento do modelo industrial, assim como da busca por uma educação que atingisse a maioria da população.

Essas décadas iniciais do século XX, especificamente nos anos 30, no que diz respeito ao contexto político e econômico do País, foram caracterizadas por uma hodierna modernização capitalista, a qual possibilitou o surgimento de novos grupos sociais e permitiu uma latente mobilidade social, principalmente devido à ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor.

Desse modo, diante desse contexto socioeconômico de expansão, a educação foi considerada como um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro. Por isso, às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso somou-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional.

Segundo Carvalho (1998), a Associação Brasileira de Educação, a qual congregava intelectuais diversos, como católicos e liberais, motivados em reformar a educação no País, trabalhou em prol de causas comuns com vistas a uma campanha cívico-educacional. Por meio da introdução da ciência e de técnicas modernas, buscava-se promover o sistema educacional rumo a um novo delineamento, uma nova civilização.

Foram iminentes as discussões em torno dos modelos educacionais. No que tange ao ideário liberalista, este influenciou as políticas educacionais e passou a substituir paulatinamente a ideologia educacional católica. No entanto, conforme Carvalho (1998) católicos e liberais nas décadas iniciais do século XX trabalharam objetivando causas comuns, em prol de um mesmo objetivo: uma campanha cívico-educacional comum aos dois grupos. Através da introdução da ciência e das técnicas modernas, todos buscavam redimensionar o sistema educacional para engendrar uma nova civilização.

As propostas de ambos grupos: liberais e católicos, no campo educacional traduziram-se em propostas, tais como:

valorização de medidas disciplinadoras e sanitárias avançadas, como dispositivos de fixação de hábitos e erradicação de vícios. Tendo como denominador comum a implementação de um modo de vida moralizado e sanitizado, em que o trabalho e a família eram modelados por uma série de dispositivos essas propostas funcionavam como os principais recursos de uma “profilaxia social” (CARVALHO, 1998, p. 314).

Católicos e liberais possuíam nesse momento o mesmo diálogo comum: a educação escolar, com vistas a uma reforma educacional com foco na formação de uma pretensa nacionalidade. Além disso, buscavam a legitimação de uma educação que colocasse o país dentro da perspectiva da Ordem e do Progresso, porém é importante ressaltar, que o grupo católico acreditava que esse ideal só poderia ser conquistado por meio de uma política sintonizada com os princípios cristãos.

Segundo Costa (2006) a publicação do Manifesto dos Pioneiros<sup>19</sup> assomou o conflito entre católicos e liberais. Estes últimos, através do manifesto construiu um documento em que eles defendiam uma escola pública laica, maneada pelos princípios de obrigatoriedade, gratuidade e coeducação, o que acirrou uma árdua disputa teórica e política em que os dois grupos buscavam exprimir legitimidade e competência para gerir o aparato educacional de um novo País.

O discurso pedagógico liberal se expressou na *escola nova*, a qual preconizava uma renovação escolar que no Brasil, especificamente a partir da década de 20, foi bem expressiva.

---

<sup>19</sup> O Manifesto dos Pioneiros refere-se a um documento escrito por 26 educadores no ano de 1932 cujo título era “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Esse documento circulou em âmbito nacional com o objetivo de oferecer diretrizes para uma política de educação. “O Manifesto reivindicava a direção do movimento de renovação educacional brasileiro, como se indicia em seu próprio título. Vinha a público no âmbito das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil efetuava a defesa de princípios gerais que, sob a rubrica de novos ideais de educação, pretendiam modernizar o sistema educativo e a sociedade brasileira.” (VIDAL, 2013, p. 579).

Este discurso de renovação era fruto das mudanças imanentes ao processo de desenvolvimento capitalista com seus novos valores.

Nesse contexto, os anos seguintes foram produtivos em relação à nova educação. O Manifesto dos Pioneiros trouxe novas propostas educacionais, e muitas destas, além de serem defendidas por educadores que ocuparam cargos na administração pública, foram implementadas. Na contramão dessa proposta, encontrava-se a tendência do pensamento conservador católico, o qual buscou impedir as inovações propostas pelos pioneiros e que, na opinião deles, encontravam-se ligadas à burguesia em ascensão.

Os católicos acreditavam que o movimento de renovação pedagógica representava ameaça, subordinação do sobrenatural ao terreno, aviltamento da Igreja Católica, perseguições religiosas, imoralidade e domínio dos comunistas (MATTOS, 1933). A presença desse movimento no Brasil sucederia na extinção da verdadeira educação e na descristianização da sociedade (VAN, 1930).

Os católicos viam o laicismo como o grande mal da República, o qual estava, segundo a visão da Igreja, adentrando cada vez no âmbito da educação escolar. E, essa situação se configurava como uma ameaça à Santa Sé, por isso ela desencadeou ações ferrenhas contra a Escola Nova. Para a Instituição a resolução para os problemas sociais centrava-se em uma instrução que seguisse estritamente os ensinamentos religiosos cristãos.

Nesse sentido, era necessário empreender forças contra o escolanivismo e a solução pensada pela Santa Sé foi uma política católica, através da qual eles preservariam o cristianismo católico e investiriam na retomada de sua posição como guia oficial da espiritualidade das elites e do povo. Na concepção da Igreja, a sociedade brasileira precisava ser formada dentro dos preceitos católicos, e a legitimação do campo educacional seria o instrumento fundamental para o êxito desta campanha (ERRERIAS, 2000).

No entanto, é importante ressaltar que a ideologia católica, em alguns aspectos, convergia com a da escola nova, principalmente no que se referia ao não questionamento do capitalismo dependente, à participação do Estado na educação e à importância da educação na reconstrução nacional. Contudo o pensamento conservador católico via a crise socioeconômica do País sob prisma diferente e as possíveis soluções só seriam encontradas nas alternativas cristãs.

Segundo Ribeiro (1993), a ideologia católica teve durante muito tempo prevalência sobre várias situações sociais no Brasil, inclusive no processo educacional. Nesse dado momento conjuntural, ela via o desmoronamento das instituições vigentes como consequência do afastamento do homem de Deus. Desse modo, a Igreja via na educação a possibilidade de

retomada e hegemonia de seu pensamento e delineamentos, assim, propunha uma filosofia pedagógica coerente com a visão cristã, defendendo um ensino com fundamentos nos princípios religiosos para a formação cristã e vendo os diversos sujeitos sociais como elementos centrais nesse processo.

A Igreja Católica defendia uma concepção religiosa e humanista do ensino, e até reivindicava financiamento público para suas escolas, tanto as regulares quanto às especiais. Conforme Romanelli (1991), a luta pela escola pública e laica foi um elemento importante das reformas educacionais defendido pelos educadores do movimento renovador da educação. A Igreja não concordava com essa situação defendida pelos escolanovistas, pois perderia várias prerrogativas. Por isso, os intelectuais católicos pregavam a religião cristã católica como suporte para o ensino, no que dizia respeito à ordem e à moral e a princípios sedimentados nos hábitos.

A Igreja, com seus símbolos e seus discursos, ajudou a moldar a identidade de diferentes sujeitos sociais no Brasil, e, no cenário educacional das pessoas com surdez, contribuiu efetivamente ao possibilitar práticas discursivas que produziram sentidos e significados na vida desses indivíduos. Como afirma Orlandi (2001 b), toda formação social tem formas de controle da interpretação dos discursos. As instituições, em suas produções discursivas, cuidam dessas formas de controle, e tais ações são historicamente determinadas.

Daí a necessidade de compreender as formações discursivas e seus sentidos na subjetividade dos diversos grupos sociais, porque ocorrem formas de administração dos sentidos pelas instituições, as quais produzem seus discursos estabelecendo divisões quanto ao que deve ser sujeito à interpretação por parte dos indivíduos:

[...] há aqueles que têm direito à interpretação e aqueles que não têm; há textos considerados instáveis (sujeito a equívoco) quanto aos sentidos e há aqueles que são tidos como estáveis (onde haveria interdição à interpretação) [...]. Essas divisões correspondem a formas de administração dos sentidos abundantemente praticadas pelas instituições: distribuídas pelas diferentes posições dos sujeitos [...]. (ORLANDI, 2001 b, p. 28).

Com vistas ao projeto de recristianização da nação brasileira, a Igreja assentiu em um diálogo estratégico com diversos grupos sociais, incluindo as pessoas com surdez (porque não apenas as suas ingerências atingiriam essas pessoas, mas seus familiares e os envolvidos com eles), ampliando sua influência e reconquistando espaços na esfera nacional.

Conforme Magalhães (2017), a Igreja Católica e também as Igrejas Protestantes se socorreram da escola e da educação enquanto meio de implantação e expansão, fomentando a

escola-instituição na articulação com o Estado, que relegou parte de suas obrigações educativas, as quais foram delegadas à religião.

Não raro, as instituições e as organizações confessionais utilizaram tal prerrogativa sob pretexto de proximidade e de representação dos interesses das famílias. Quer as autoridades católicas quer as autoridades protestantes acomodaram e adequaram-se para influírem e poderem retirar benefício da escolarização. Intervieram na alfabetização, na escolarização básica, na formação de professores, no ensino profissional. Interferiram na educação básica, na educação secundária, no ensino superior e, no plano pedagógico [...]. (MAGALHÃES, 2017, p. 9).

No que diz respeito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais<sup>20</sup> no Brasil, a Igreja também atuou, ainda que essa situação não seja de amplo conhecimento para o público em geral. Em território brasileiro, a inserção nessa esfera educacional se deu principalmente por meio da vinda de Congregações religiosas estrangeiras, as quais fundaram escolas e institutos educacionais especiais, por meio de associações e de religiosos.

A educação dessas pessoas no Brasil, conforme Jannuzzi (2004), estruturou-se numa feição diferenciada da educação geral. As vertentes pedagógicas buscavam partir das deficiências em si mesmas, do que diferia do normal, do que faltava, com vistas a proporcionar condições para a subsistência, o desenvolvimento de habilidades simples e a sistematização de conhecimentos que possibilitassem a inserção desses sujeitos no trabalho.

A Instituição, entre as décadas de 50 e 80, por meio de seus quadros, incentivou tanto uma pedagogia voltada para a oralidade quanto para a linguagem dos gestos. É importante salientar que o termo Linguagem de Sinais foi utilizado neste trabalho porque, entre as décadas de 50 e 80, era a expressão utilizada, não havendo ainda a constituição da Língua Brasileira de Sinais propriamente dita.

Essa mesma expressão, nas obras analisadas por esta pesquisa, também recebia o nome de *Linguagem Silenciosa* ou *Linguagem Manual*. A compreensão da constituição de estatuto de língua veio a ocorrer em 2002, por meio da Lei federal 10.436, a qual reconheceu a Língua de Sinais em todo o país. Essa lei foi regulamentada e seus fundamentos foram publicados através do Decreto governamental 5.626, de 22 de dezembro de 2005, tornando obrigatório o uso da Língua de Sinais não somente para os surdos, mas também para os professores que

---

<sup>20</sup> A nomenclatura refere-se aos termos utilizados nas produções bibliográficas atuais sobre a Educação Inclusiva. A concepção de necessidades educacionais especiais passou a ser mais evidenciada a partir das discussões do chamado Movimento pela Inclusão e das repercussões produzidas pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994. Nessa conferência, foi construído um documento denominado *Declaração de Salamanca*, através do qual foram levantados aspectos para a reforma de políticas e sistemas educacionais (MENEZES; SANTOS, 2001).



atendem esses alunos, além de disciplinar a presença de intérpretes de Libras (PERLIN; STROBEL, 2008).

Além dessas, a oralidade e a linguagem dos gestos, era também promovida uma pedagogia que contemplasse as duas formas de comunicação. Os grandes modelos (pedagogias ou filosofias educacionais) da Educação de Surdos, que se constituíram em práticas educativas para com os surdos em grande parte da sociedade mundial, podem ser agrupados, conforme Goldfeld (1997), em Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

O primeiro evidencia apenas o ensino da língua oral para os surdos. Essa filosofia educacional baseava-se na ideia da reabilitação da fala, sendo que, a partir do Congresso de Milão ocorrido em 1880, a adoção do Oralismo foi predominante na educação de surdos por um longo período.

Na Comunicação Total, a ênfase pragmática preconizava a utilização “do uso da fala dos gestos, da língua de sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital, ou seja, qualquer recurso que possibilitasse a comunicação para educandos com surdez” (BASTOS, 2013, p. 79). Ainda segundo essa autora, o aprendizado de uma língua não era objetivo principal da Comunicação Total.

Já no Bilinguismo, recomendava-se o ensino da Língua de Sinais e o ensino de uma segunda língua (da nação), na modalidade escrita de preferência. É importante salientar que o Bilinguismo não envolve apenas critérios puramente linguísticos – Língua Oral e Língua de Sinais –, mas também os aspectos socioculturais. Como evidencia Skliar (1999), a educação bilíngue deveria constituir-se como consciência política, para entender a educação de surdos como uma prática de direitos humanos concernentes aos surdos. Ainda segundo o mesmo autor, as línguas não devem ser utilizadas simultaneamente para que suas estruturas possam continuar preservadas.

Em relação às filosofias educacionais adotadas pela Igreja, o discurso do Padre Vicente de Paulo Penido Burnier<sup>21</sup> (1983, p.39) expressa bem os embates que pairavam na atmosfera contextual da época, do final da década de 70 ao início dos anos 80, sobre as linhas pedagógicas que eram trabalhadas com os surdos:

Entre as diversas escolas especializadas para surdos ainda existe a polêmica sobre a melhor utilidade entre a linguagem oral pura e linguagem silenciosa.

---

<sup>21</sup> Padre Vicente de Paulo Penido Burnier, primeiro sacerdote surdo do Brasil e da América Latina, e o religioso Padre Eugênio Oates desenvolveram trabalhos intensos com os surdos em todo o país. Foram os principais articuladores para a fundação da Pastoral dos Surdos no Brasil em 1950. Para esta pesquisa, as produções de Burnier, algumas realizadas em parceria com Eugênio Oates, constituem fontes documentais para a análise discursiva aqui empreendida.

Mas esta longa controvérsia, tanto antiga quanto nova, na defesa do método oral puro e na continuação do ensino da linguagem manual, tem uma tendência para chegar, cada vez mais, embora vagarosamente e com muita delicadeza, a uma aplicação simultânea dos dois sistemas, construindo assim, uma nova técnica de Burnier de linguagem humana dos deficientes da audição, atualmente classificada com o nome de Comunicação Total.

Essa incursão da Igreja não apenas na educação geral, mas também em relação a pessoas com necessidades educacionais especiais, como no caso da surdez, viabilizava a consolidação e a influência da religião católica no País. O viés educativo, por meio das instituições educativas, como ressalta Magalhães (2004), correspondia a totalidades orgânicas e ideológicas que serviram para o revigoramento do catolicismo em terras brasileiras.

Sob o influxo de práticas discursivas educativas, mescladas com práticas discursivas religiosas: catequéticas, ensino da linguagem dos gestos, a oralização, os preceitos doutrinários, etc. A Instituição garantiria seus interesses e estabeleceria estratégicas redes de influência de seu pensamento no ideário nacional.

Entretanto, na visão de Orlando (2008), apesar da Igreja ter contribuído, significativamente, para a educação brasileira, os estudos sobre essa temática e, principalmente, a respeito da Educação Especial, no campo da História da Educação, ainda são escassos. Como ressalta Orlando (2008, p.3): “As tensões, os conflitos, as disputas pelo campo religioso suscitaram uma série de iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento da educação no país”.

Uma das especificidades da Igreja Católica em relação às demais instituições religiosas é a sua proximidade com a educação dos sujeitos com surdez, “pois em grande medida a história da educação especial relativa à surdez se confunde com a missão católica para surdos-mudos, deficientes auditivos e surdos” (SILVA, C., 2011, p. 69).

Durante o século XX, diversas congregações católicas, de origem europeia – fundadas no século XIX e com interesse na educação relativa à surdez –, passaram a atuar no Brasil, estabelecendo uma série de escolas especiais (SILVA, C., 2012 b). Essa vinda para cá decorre do fato de que, na Europa, em meados do século XIX, a Igreja perdeu muitos territórios e espaços físicos simbólicos de sua influência devido às revoluções liberais.

Outras formas de organização como as congregações, as quais segundo Azzi (2008) se configuram em instituições marcadas por um carisma, e estas, representaram na história da Igreja Católica, a dinâmica da renovação, contrapondo-se, por vezes, ao poder hierárquico institucional, cuja tônica conservadora foi sempre mais patente. Assim sendo, enquanto através das dioceses e paróquias

havia a implantação da organização tradicional da Igreja, os religiosos estimulavam, com frequência, a abertura de novas frentes através do atendimento das necessidades sociais.

Na percepção da Instituição, essas congregações configuraram-se em um importante instrumento para a retomada de espaços, porque possibilitavam a sua internacionalização, assim a “ Igreja abriu espaço para elas e estimulou-as a ter a América Latina como campo de missão, com a intenção de constituir na região verdadeiras repúblicas católicas” (LEONARDI, 2016, p.12).

Discursos, literaturas e práticas pedagógicas foram construídas e institucionalizadas, estando voltadas, especificamente, para os sujeitos surdos e caracterizaram um processo de emergência de um novo discurso que se efetuou em relações de saber e poder do cristianismo católico para com as minorias, especificamente, no caso desta pesquisa, as relações discursivas de saber e poder da Igreja Católica para com a educação de surdos no Brasil.

De acordo com Foucault (1999), as relações de saber perpassam pelo regime de verdades, ou seja, uma verdade é produzida a partir de múltiplas coerções, estas não necessariamente ligadas à força ou violência, mas, ao se utilizar de formas por vezes sutis, produzem seus efeitos regulamentados pelo poder. Toda verdade é organizada e sancionada por instituições e encontra-se estreitamente ligada à formação de sujeitos.

Destarte, uma vez de posse de que os saberes são condicionantes para o exercício de poder, uma Instituição como a Igreja Católica busca colocar-se na posição de resistir ativamente, reorganizando-se a partir de vários mecanismos e estratégias para manter a sua influência no País. Além disso, procurou atuar em diversificadas frentes, abrindo diálogo com diferentes grupos sociais.

Como uma instituição inserida no processo de uma sociedade que se encontrava em constante mudança e com novas realidades sociais, a Igreja estabeleceu para seus quadros materialidades que propiciaram apropriações e desapropriações de saberes, comportamentos e crenças, as quais se encontravam conectadas a discursos normativos dos cenários que ora se apresentavam.

### 3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVAS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: RELAÇÕES POLÍTICAS CONTEXTUAIS DA IGREJA COM O BRASIL E SEUS SENTIDOS NA EDUCAÇÃO (1950-1980)

Ao se proceder a uma análise da história da educação brasileira, percebe-se uma evidente relação entre religião e educação, sobretudo quando se considera que o processo de

formação cultural e educacional no Brasil caracterizou-se pela presença marcante da Igreja Católica (ALBUQUERQUE; BARBOSA, 2016).

No Brasil, nenhuma instituição guarda relações de longa duração tão extensas com a surdez como a Igreja (SILVA, C., 2012 a). A partir do século XX, tornaram-se evidentes ações missionárias para com os surdos, que, além do caráter catequético, foram contundentes na formação e orientação educacional desses sujeitos. Muitas dessas ações missionárias aconteceram em escolas de orientação católica voltadas para a educação de surdos e, principalmente, nas diversas congregações católicas, as quais operaram e vêm atuando de maneira estruturada e metódica na educação de surdos, estando presentes em **todo o território nacional**.

Conforme Eliane Silva (2017), a separação entre Igreja e Estado no Brasil propiciou, principalmente após a Proclamação da República e durante o século XX, uma *nova* instituição. A Igreja assumiu o papel de articuladora e pacificadora de diversos grupos sociais: aproximou-se das forças armadas, preservou a sua importância entre os formadores de opinião, ampliou sua participação na educação em suas escolas e se manteve importantíssima na história cultural, política e religiosa do País.

Por conseguinte, diante desse novo contexto, a Igreja, ao se sentir ameaçada, empreendeu uma série de reformas internas, com vistas a restaurar o catolicismo e estabelecer um relacionamento de reaproximação com o Estado. Entretanto essa possível aproximação não deveria mais limitar a Igreja, mas ajudá-la na potencialização do seu poder na sociedade.

Com essa cisão entre Estado e Igreja nos anos posteriores, sem o financiamento do Estado, a Igreja Católica organizou sua estruturação, a partir da divisão federativa do País, sendo instaladas dioceses em vários Estados, esmerando-se na atuação em vários setores sociais.

Uma romanização do catolicismo deveria ocorrer de forma a defender seus interesses, de estender seu poder de influência sobre a sociedade. Segundo Pedro Oliveira (1985) a noção de romanização foi pensada inicialmente pelo historiador alemão Johann Joseph Ignatz von Döllinger (1799-1890), que, em sua obra *O Papa e o Concílio* (1869), expressou claramente sua oposição ao processo expansionista do poder centralizador da Cúria Romana e do dogma da infalibilidade papal, sendo excomungado em 1871, por causa de tais posições.

No Brasil, Ralph Della Cava cunha tal noção, e a partir do trabalho de Roger Bastide, que utilizou a definição de “Igreja romanizada”. Della Cava desenvolveu e difundiu tal concepção através do livro *Milagre em Joazeiro* (1976). Segundo esse mesmo autor, o conceito de romanização expressava:

1. A afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo *folk*; 2. O levante reformista, em meados do século XIX, por parte dos bispos, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3. A dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, do catolicismo tradicional e colonial *que deveria encaminhar-se para o* (grifo nosso) catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral; 4. A busca destes objetivos, independentemente ou mesmo contra os interesses políticos locais. A essas dimensões do processo de “romanização”, importava acrescentar um quinto item: 5. A integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma (DELLA CAVA, apud OLIVEIRA, P., 1976, p. 20 - 22).

A romanização não foi um processo endógeno do catolicismo brasileiro, mas pode ser inserida em um contexto mais amplo de transformação da Igreja Católica em escala mundial, tendo como um dos seus principais marcos o pontificado de Pio IX (1846-1878), o qual, por meio das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus*, sendo esta última complemento da primeira, condenava explicitamente o mundo moderno.

Muitos religiosos europeus foram enviados para outros lugares cristianizados, no sentido de reforçarem os movimentos de reforma religiosa. Quanto ao Brasil, a Santa Sé incitou os bispos, padres e freiras brasileiros a se ocuparem de atividades pastorais e sociais da Instituição,

[...] aumentando os efetivos de agentes romanizadores. Conventos foram fundados ou reabertos, seminários e santuários foram confiados a congregações religiosas europeias, muitas paróquias foram entregues a religiosos, muitas escolas, hospitais e obras beneficentes ficaram em mãos de religiosos [...] em todo lugar onde eles atuaram trataram de fundar associações piás ou caritativas para organizarem os fiéis sob sua orientação. Sendo esses religiosos e religiosas gente formada em espírito de obediência e imbuída do ideal romanizador. (OLIVEIRA, P., 1985, p. 293).

Esse espírito romanizador incidiu diretamente sobre o catolicismo brasileiro que, lentamente, passou a se reorganizar e se reestruturar, buscando constituir uma forma de vivência da fé católica dentro dos parâmetros do Concílio de Trento (COSTA, J., 2010). Especificamente, o processo de romanização no Brasil inicia-se a partir de uma reforma católica interna, a qual “[...] visava substituir o antigo modelo de Igreja como Cristandade pela concepção de Igreja como Sociedade Hierárquica” (SILVA, C. C.; AZZI, 1981, p.17).

Aliar-se aos representantes políticos da nação não seria de todo rejeitado, porque essa relação possibilitaria alianças que fortaleceriam a perspectiva da Instituição quanto à

sociedade brasileira. Por isso, vê-se uma aproximação mais evidente com os poderes constituídos, principalmente no primeiro período republicano da história do Brasil.

Segundo Fausto (2011, p. 186) uma importante base de apoio do final da Primeira República foi a Igreja Católica:

[...] a colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 20, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estreita. Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da Estátua do Cristo Redentor no Corcovado [...] A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este em troca tomou medidas importantes em seu favor, destacando um decreto que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.

Conforme Paulo Julião Silva (2012), na sequência da República, durante toda a Era Vargas<sup>22</sup>, Estado e Igreja Católica procuraram andar lado a lado no que diz respeito a uma possível união política. Tanto a Instituição quanto Getúlio Vargas objetivavam manter suas influências na sociedade. Enquanto a Igreja Católica dava amparo político ao governo, muitas vezes pedindo a seus fiéis que apoiassem o então presidente do País, Vargas, por sua vez, dava fortes indícios de que não iria abandonar a Instituição.

Como salienta Rodrigues (2005), no período do governo de Getúlio Vargas, a influência da Igreja Católica sobre a educação não se restringiu apenas à questão do ensino religioso, mas em toda a área educacional, assim como no seio familiar e na tomada de decisões em relação a reformas nos Ensinos Superior e Secundário, tanto na esfera pública quanto na privada<sup>23</sup>.

A partir do último governo Vargas (1950-1954) até o final da presidência de Juscelino Kubitschek (1955-1959), foi delineado um período de estruturação do País. A Instituição participou desse processo e dessa tendência de unidade nacional. Na década de 60, a Igreja, através de alguns setores dinâmicos, se fez presente nas atividades da sindicalização rural e de educação popular (SOUZA, L. A., 2004).

A fundação da CNBB, em 1952, constituiu um verdadeiro marco histórico para o catolicismo no Brasil. Ela alavancou uma influência mais expressiva da hierarquia católica sobre a sociedade brasileira, pois seus diversos pronunciamentos e publicações referentes à

---

<sup>22</sup> Conhecido na História do Brasil como o Período Getulista ou Era Vargas: Getúlio Vargas subiu ao poder em 1930 e nele permaneceu como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de 15 anos. Voltaria à Presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por suicidar-se em 1954. Para um maior aprofundamento sobre o período de governo da Era Vargas e suas ressonâncias na sociedade, ver Boris Fausto (2011).

<sup>23</sup> Para um maior aprofundamento sobre as relações entre a Igreja Católica e o governo de Getúlio Vargas principalmente no aspecto educacional, ver Paulo J. Silva (2012).

situação política, econômica, cultural, religiosa do País eram recebidos pela opinião pública com mais respeito e acatamento (AZZI, 2005).

A CNBB nasceu a partir de experiência da Ação Católica, movimento de leigos e com um núcleo organizativo constituído em sua maioria de mulheres. A Igreja, até meados da década de 50, encontrava-se espalhada e isolada localmente através das dioceses, que se ligavam diretamente a Roma. Com a implantação da CNBB, passou a ter uma estrutura nacional, e isso se “deu num contexto mais amplo da sociedade brasileira quando, a partir do último governo Vargas até o final da presidência de Juscelino Kubitschek, tivemos um período que podemos chamar de construção da nação” (SOUZA, L. A., 2004, p. 78).

No que diz respeito à educação voltada para a população em geral, a partir do convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo de Kubitschek através do Ministério da Educação, foi concebido o Movimento de Educação de Base (MEB), com escolas radiofônicas instaladas em várias regiões e com programas de alfabetização e de educação fundamental (SOUZA, L. A., 2004).

Conforme Lustosa (1991), a Era Kubitschek estabeleceu estreitas relações com a Igreja Católica brasileira. Durante esse período, a CNBB entabulou negociações com o governo, além de receber ajuda oficial financeira e técnica para os estudos e planejamentos, bem como para realizações de projetos.

Segundo Mainwaring (2004), no período de 1955 a 1964, aconteceram mudanças importantes na Igreja Católica Romana, tanto em nível internacional como no Brasil. Com o falecimento de Pio XII, João Paulo XXIII, que assumiu seu lugar, empreendeu uma série de reformas e, dentro dessa reorganização, foi implantada uma nova concepção da Igreja Católica, mais em sintonia com o mundo secular moderno e comprometida com as massas, os excluídos e as minorias.

As mudanças que estavam acontecendo na sociedade nacional e no cenário político brasileiro também ajudaram no processo de reforma da Igreja. Mainwaring (2004, p.64) afirma que “[...] o caráter democrático e participante da sociedade e da política encorajou a Igreja a se tornar mais democrática também, tanto nas relações internas quanto na orientação política”.

Conseqüentemente, no que diz respeito à educação, a Igreja buscou também, não apenas no campo teórico, mas com ações práticas, articular um movimento de renovação pedagógica e metodológica, com o intuito de legitimar sua posição como instância primeira para conduzir os meios e os fins da educação.

A CNBB, a partir do episcopado brasileiro, debruçou-se com mais atenção sobre a realidade social do País, buscando formas mais práticas de minorar as profundas desigualdades econômicas que existiam na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito às Regiões Norte e Nordeste e do Centro-Sul. Nesse sentido, para diminuir a distância da desigualdade social, foram criados instrumentos que promovessem a instrução popular por meio do projeto Educação de Base (AZZI, 2005).

A Santa Sé acreditava que a educação exercia uma influência vigorosa nas sociedades e, reputando sua força como uma área estratégica, se esmerou em organizar esse campo, fundando nas diversas unidades da Federação, entre outras organizações, Associações de Professores Católicos (APCs), as quais vieram a ser agrupadas na Confederação Católica no Brasil.

Conforme Azevedo (2004), o processo real de mudança de paradigmas na Igreja se aprofundou a partir dos anos 60, sob a influência do Concílio Vaticano II. Desse período em diante, a Igreja no Brasil priorizou a questão do desenvolvimento. Contrariamente à

[...] posição adotada diante do regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas, em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção, a CNBB desempenhou um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização. Durante o Concílio do Vaticano II, em 1964, a Assembleia Geral da CNBB, realizada em Roma, decidiu assumir o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação (denominado, na época, *aggiornamento*). (AZEVEDO, 2004, p.32)].

Com a aclamação e realização do Concílio do Vaticano, os objetivos priorizados foram a adaptação da Igreja ao mundo moderno e a reconstituição da unidade cristã. A busca pela justiça social e a inclusão dos marginalizados da sociedade constituíram duas questões trabalhadas pela Instituição, depois da criação da CNBB (1952) e, principalmente, após os concílios episcopais da América Latina, visando a reconquista das classes subalternas.

Destarte, como salienta Silva (2017), a Igreja, como instituição inserida no mundo, fazia parte da construção desse mesmo mundo e, nesse sentido, enquanto instituição mensageira dos “verdadeiros valores cristãos”, tinha a obrigação de amparar e fundamentar o estabelecimento desses valores entre as relações humanas, e, para tanto, estabeleceu mecanismos de organização do real por meio da produção de estratégias e de práticas, através das quais postulou uma circulação de um conjunto de saberes.



Os dispositivos utilizados pela Instituição, ao longo do século XX no Brasil, podem ser configuradas como operadores materiais do poder, técnicas, estratégias e formas de subjetivar os indivíduos, uma subjetividade que é produzida e objetivada em diferentes momentos, a partir de mecanismos de dominação intermediados pelos discursos e pelas práticas discursivas (FOUCAULT, 1993).

Como o poder<sup>24</sup> não se trata de uma entidade unitária pertencente a alguém ou que emana de algo ou alguém, isso ocorre porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, é nesse sistema de diferenças que o poder se põe em funcionamento. Destarte, percebe-se que a Entidade utilizou modalidades instrumentais de poder, como alianças, aproximações, produções, readaptações, para continuar a influir não através de um poder repressivo, mas produtivo de verdades, de subjetividades.

A Instituição desenvolveu um poder para além dos conceitos de força ou violência, mas um poder que organizou a trama social mediante o uso de saberes. “A coação, material ou simbólica, consciente ou não, é sem dúvida de importância capital na regulação social; mas as pessoas obedecem também por outras razões [...]” (CARDOSO, 2012 a, p. 41).

Como ainda salienta Cardoso (2012 a), o poder não é somente dominação, mas também constitui troca, a qual dependerá das crenças partilhadas na autoridade. Aquele que prescreve uma ordem acredita ter o poder e o direito de estabelecer e ordenar. Já aquele que recebe a ordem acredita ser seu dever atender aos ordenamentos. Daí, para que saberes, ideias, emblemas e símbolos sejam aceitos pelo meio social, uma dada instituição, a partir da socialização, interiorizará nos atores intervenientes determinados tipos de valores que produzam uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida, de um pensamento, ideal ou conceito.

A Igreja se utilizou desse expediente estratégico na sociedade brasileira. Conforme Mainwaring (2004), entre 1963 e 1968, ela esteve intimamente ligada ao movimento militar que depôs João Goulart, ainda que, anteriormente a esse acontecimento, tenha apoiado o reformismo de Goulart.

No início do período militar, temendo uma possível desordem social ou uma insurreição comunista, a Igreja inicialmente deu apoio ao regime. A CNBB, em pronunciamento de 27 de maio de 1964, declarou: “agradecemos aos militares, que com grave risco de suas vidas se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorreram

---

<sup>24</sup> Poder aqui nessa pesquisa é compreendido a luz da teoria de Michel Foucault que não trata o poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas como “relações de poder que supõe condições históricas de emergência, complexas, e implicam múltiplas consequências [...]” (FOUCAULT, 1993, p. 4).

para libertar-nos do abismo iminente”. Porém, posteriormente, se opuseram a esses mesmos militares, porque, contrariamente aos interesses da Instituição, a política social do regime militar que vigorou por vinte anos entrava em conflito com os princípios preconizados pela Igreja (LUSTOSA, 1991; MAINWARING, 2004).

Conforme Souza (2004), os conflitos sociais que atravessaram a sociedade naquele período não demarcaram uma posição única da Entidade em relação àqueles acontecimentos, por se constituir em uma instituição inserida na vida social e propensa às pressões de interesses, havendo lideranças católicas contrárias ao regime.

No entanto, nos vinte anos em que o regime militar vigorou no País (1964-1985), quando foram fechados lugares de articulação política, sindical e social, alguns setores da Igreja modificaram seu posicionamento, direcionando seu apoio às reivindicações de cunho mais social.

Nesses anos surgiram a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e se desenvolveram a pastoral operária e as pastorais de juventude. Mas a presença decisiva foi das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs), que foram brotando em diferentes igrejas locais [...] se reuniam para momentos de oração e de celebração de sua fé, mas também de reflexão sobre seus problemas concretos de trabalho, saúde, educação, direitos humanos etc. (SOUZA, L. A., 2004, p. 81).

Conforme Pucci (1984), a posição da CNBB, legítima representante da hierarquia da Igreja Católica no Brasil, mantinha-se vinculada, a partir de diferentes formas, à ordem instaurada,

[...] seja no início dos anos 1960 quando mesmo liderada por setores progressistas da hierarquia, a CNBB oscilava entre o apoio ao governo, na questão das reformas estruturais, e o pavor repentino do comunismo. Seja a partir de 1964, quando o grupo moderado assumiu a hegemonia, e então a CNBB tentou conciliar a defesa dos bispos, padres, religiosos e leigos, perseguidos pelo sistema, com as boas relações com o governo militar. (PUCCI, 1984, p 78-79).

Percebe-se que não houve um rompimento entre Igreja e Estado naquele período, porque esse fato não era interessante para nenhum dos dois. Os conflitos foram mais parciais e localizados. Dessa forma, à medida que a repressão se foi intensificando e atingindo um maior número de membros da Igreja e de outros setores da sociedade, a CNBB foi sendo conduzida a assumir a defesa dos Direitos Humanos, mas não de se colocar de todo contrária e opositora ao regime militar (PUCCI, 1984).

No que diz respeito à educação, o regime militar, conforme Oliveira (2015), intencionou formar uma força de trabalho condizente com o seu projeto econômico cujo objetivo era a produção acelerada. Dessa forma, passou a instaurar um projeto pedagógico em que um grande número de cidadãos fosse apto para a produção. O anseio por transformações econômicas em curto prazo foi deliberativo para a formação de um projeto educacional que se adequasse a esse objetivo.

O projeto político- militar, implantado pela força de um golpe de Estado em 1964, calcado no ideário nacionalista e desenvolvimentista, esboçava-se na ampliação dos níveis básicos de escolarização, com a diminuição dos altos índices de analfabetismo e a ampliação de uma formação escolar profissionalizante. Também aqui a escolarização era vista como aliada no processo de ordenação e “disciplinarização” da sociedade brasileira. (MARTINS, C. B., 2003, p.19).

O ideal tecnicista fundamentou o projeto educacional idealizado e implantado no País pelo regime militar, o qual apresentou características concernentes à garantia de estabilidade e hegemonia plena dos militares ao poder político.

A educação sempre atraiu a atenção da Igreja, pois “a hierarquia sempre atenta a esse setor importante para a sua influência, na formação das lideranças políticas no país, não perdia tempo nem subestimava meios” (LUSTOSA, 1991, p.65). Destarte, para além das práticas e discursos voltados para a educação formal, política e cultural na sociedade brasileira, a Igreja Católica também se voltou para a chamada Educação Especial, esta última no Brasil “figura na política educacional desde o final da década de 1950 até os dias atuais” (MAZZOTA, 2005, p.11).

De acordo com Mantoan (1997), o processo histórico da educação especial no Brasil inicia-se aproximadamente em meados do século XIX em que os serviços dedicados a essas pessoas foram inspirados por experiências norte-americanas e europeias. Tais serviços constituíram-se em ações isoladas e particulares para atender esse público.

Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação, pois apenas no século XX, mais precisamente em 1957, a educação especial passou a ser um dos componentes do sistema educacional brasileiro. Contudo, conforme Jannuzzi (2004), desde a década de 30 houve ações da esfera governamental visando às peculiaridades dos sujeitos com deficiências. O ensino emendativo foi uma dessas ações, constituindo-se em uma política de atendimento voltada para as pessoas “ditas anormais. A expressão emendativo, de emendare

(latim), significa corrigir falta, tirar defeito, [...] suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais” (JANNUZZI, 2004, p. 70).

O ensino emendativo considerou as deficiências com vistas a possibilitar a esses indivíduos capacitação para o trabalho, a necessidade de escrever e contar para ocupar os novos empregos na indústria ou morar nas cidades onde tais indústrias geralmente se localizavam era mister para aquele contexto social brasileiro. Por isso, a implementação de programas de ensino emendativos e centros de reabilitação foram evidentes nos governos de Vargas (1930-1945), Kubistschek (1956-1961) e Goulart (1961-1964), e suas propostas de atendimento às pessoas com deficiências pretendiam emendar o deficiente para que trabalhasse (JANNUZZI, 2004).

A denominação utilizada para essas pessoas e seu processo educacional era "educação dos excepcionais". Podendo-se

[...] afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 [...] – Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar. (MANTOAN, 1997, p.140).

A educação especial foi assumida definitivamente pelo poder público em 1957 com a criação das chamadas "Campanhas", que eram designadas para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida de outras campanhas similares como a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV) em 1958 e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe), em 1960. Conforme Bentes (2010), essas campanhas serviram como propaganda do Estado para o sistema de educação e reabilitação das pessoas com deficiências, de arrecimação de voluntários, de recolha de donativos e de incentivo à escolarização.

É importante ressaltar que, nesse contexto, a Igreja manteve-se atuante, principalmente a partir das escolas especiais ligadas às congregações religiosas estrangeiras e escolas especiais particulares. A chamada *reação católica*, a princípio mais tímida, atingiu a fase germinal na segunda metade do século XX, ao adotar o discurso do *aggiornamento*, ou seja, atualização, o que implicou a abertura do catolicismo às classes populares e aos diversos segmentos da população, pois era necessário, para a Instituição, estender sua influência e ideário a toda a sociedade brasileira (AZZI, 2005).

Percebe-se que a educação especial no Brasil trilhou um percurso em que, inicialmente, apresentou um caráter eminentemente assistencial, mas, em um segundo momento, destacaram-se ações mais centradas nos aspectos médico e psicológico e, em um terceiro momento, passou para uma fase mais institucional em que predominaram as instituições de educação escolar especializadas. A Igreja, diante desse cenário acima apresentado, adequando-se aos vários aspectos do meio social, econômico e político brasileiro, delineou diretrizes perpendiculares em relação à educação das pessoas com deficiências.

### 3.2 A EMERGÊNCIA DISCURSIVA DE UMA PASTORAL PARA OS SURDOS NO BRASIL: A PRESENÇA CATÓLICA NO PANORAMA EDUCATIVO DOS SURDOS

Em suas práticas discursivas com os surdos, a Instituição ora perpassou pelas concepções de assistência a essas pessoas, ora pelas de educação desses sujeitos. Nesse transcurso, em espaços não formais como nos seus templos e em escolas especiais, possibilitou processos de aprendizado de cunho educacional.

Para além de práticas para amenizar o sofrimento, a doença, o abandono, a Igreja instituiu práticas de letramento<sup>25</sup>, que também justificassem e adequassem a posição dos sujeitos surdos na estrutura social. Percebe-se que, ao longo do século XX, no que diz respeito à educação de pessoas com surdez no Brasil, ela procedeu a relações prático-discursivas, esmerando-se na fundação de escolas e institutos especiais (MAZZOTA, 2005), ligados a congregações empenhadas em sua maioria no ideal de educar e de prestar serviços humanitários.

De acordo com Silva (2012 a, p. 87-88), atuaram e atuam na educação de surdos as congregações católicas especificadas no Quadro 1 a seguir:

---

<sup>25</sup> Segundo Magda Soares (2004, p. 97) a alfabetização pode ser compreendida como a aquisição do sistema convencional de escrita, distinguindo-se de letramento que seria o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de exercício da leitura e da escrita em práticas sociais: “distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita”. Nesse sentido, a utilização do conceito de *letramento alfabetizando* por esta pesquisa implica ressaltar que as práticas educativas produzidas pela Igreja para com os surdos, no período estudado por este trabalho, aplicam-se ao letramento, porque, no exercício da leitura e da escrita para com esses sujeitos, a Instituição desenvolvia propostas de e por meio de interação com material escrito real em práticas sociais de leitura e de escrita. No entanto, é importante ressaltar que essa situação não implicava um processo em que esses indivíduos desenvolveriam habilidades e comportamentos de uso competente da língua, porque o objetivo maior não era o alfabetizar letrando, mas o letrando alfabetizar. Para um melhor aprofundamento sobre os conceitos de alfabetização e letramento, ver Soares (2004).

Quadro 1 – Congregações estrangeiras e escolas especiais no Brasil

CONGREGÇÕES E ORDENS EUROPEIAS	FUNDAÇÃO DE ESCOLAS ESPECIAIS E INSTITUTOS ESPECIAIS NO BRASIL
Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário encontra-se no Brasil desde 1906.	Instituto Santa Terezinha em 1929 (educação de surdos): foi implantado primeiramente em Campinas e depois foi transferido para São Paulo em 1933.
Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário.	O Instituto Nossa Senhora de Lourdes em 1959 (educação de surdos) no Rio de Janeiro.
Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário.	Instituto Nossa Senhora do Brasil em 1969 (educação de surdos) em Brasília.
Os Gualandianos da Pequena Missão para Surdos encontram-se no Brasil desde 1970.	Instituto Londrinense de Educação de Surdos fundado em 1973.
A Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações que está no Brasil desde 1972.	Instituto Felipe Smaldone em Belém (1977).
Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações.	Instituto Felipe Smaldone em Fortaleza (1988).
Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações.	Instituto Felipe Smaldone em Pouso Alegre – MG (1988).
Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações.	Instituto Felipe Smaldone em Manaus (1984).
Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria encontram-se no Brasil desde 1937.	A Escola de Educação Especial Ephetá em Curitiba (1950).
Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida.	Escola de Ensino Fundamental Frei Pacífico – Educação para Surdos em Porto Alegre (1956).
Associação das Obras Pavonianas de Assistência.	Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni, em Brasília (1974).
Congregação das Filhas da Providência: encontram-se no Brasil desde 1976.	Instituto Severino Fabrini para crianças surdas em São Paulo.

Fonte: Elaboração própria a partir de Pastoral dos Surdos (2006).

Embora a Instituição tenha destinado, em maior amplitude, sua atenção para a educação das elites, no Brasil, em grande parte do período republicano foram notórias as iniciativas do catolicismo, quanto ao processo educacional de pessoas com necessidades especiais (MAZZOTA, 2005; AZZI, 2008).

Além dessas instituições acima citadas, outros espaços voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais foram iniciados sob a influência católica, como o Instituto

de Cegos Padre Chico, a Escola da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e o Lar São Francisco para deficientes físicos não sensoriais (MAZZOTA, 2005; AZZI, 2008).

O Concílio Vaticano II, com suas diretrizes e orientações, possibilitou novas posturas no que diz respeito à educação. Ocorrido em 1962, pode ser configurado como um movimento que objetivou uma ampla reforma de ordem global da Igreja Católica. Convocado por João XXIII, eleito para o pontificado romano em 1959, o concílio possibilitou mudanças no pensamento e em ações da Instituição para com diversas esferas.

No entanto, é importante salientar que esse Concílio não ocorreu de uma hora para outra, houve um longo processo que foi gestado e articulado desde o Concílio Vaticano I. No Brasil, a repercussão do Concílio Vaticano II viabilizou múltiplas iniciativas por parte da CNBB e da AEC para levar adiante as diretrizes e orientações dessa renovação para além dos muros do catolicismo (AZZI, 2008).

A Igreja, a partir desse Concílio, estabeleceu uma maior aproximação com os grupos menos abastados e injustiçados da sociedade. Além disso, estabeleceu mecanismos e estratégias de aproximação para com esses sujeitos. A doutrina social da Igreja foi pensada, a partir desse Concílio, de forma a ser apresentada de modo acessível, assimilável, em linguagem clara e simples através dos conceitos e linguagens dos diversos povos.

A consequência maior do Concílio do Vaticano II foi uma atuação com práticas eclesiais no interior das igrejas locais e fora delas, no âmbito da sociedade, de forma a atender às situações originariamente contextuais locais, “sem negar a universalidade soteriológica da Igreja, e o papel da Igreja de Roma como mãe de todas as outras [...]” (SOUZA, N.; GONÇALVES, 2013, p.15).

Assim, as situações dos indígenas, das pessoas com necessidades especiais, negros, mulheres e movimentos sociais passaram a ter uma atenção maior por parte da Instituição, que buscava desse modo a edificação de uma Igreja *koinonia*, cumprindo a sua missão de reunir todo o gênero humano.

Esse caráter dialógico com a contemporaneidade envolveu agentes e sujeitos sociais com seus contextos históricos determinados. Assuntos como direito à propriedade, valorização do trabalho dos operários e sua justiça, dignidade humana, direitos humanos passaram a fazer parte de forma mais contundente das ações da Igreja (SOUZA, N.; GONÇALVES, 2013).

Documentos concebidos pela Igreja sobre Educação<sup>26</sup> evidenciaram discursos cujos enunciados<sup>27</sup> inserem-se numa discursividade mais ampla, condizente com o contexto sócio-histórico mundial, principalmente da América Latina. Nesse sentido, a Entidade buscava instituir uma nova espiritualidade imbuída de um caráter de abertura às questões locais contextuais e ao mundo moderno, mobilizando para isso os católicos em todo o país,

[...] tanto em relação ao propósito religioso de caracterizar a mensagem evangélica católica como verdadeiro caminho para a salvação, como em função das suas pretensões políticas, que consistiam, nesse período em recolocar-se ao lado do Estado na definição da ordem social... (CAES, 2002, p. 12).

O documento *Gaudium et Spes*<sup>28</sup>, de 1965, em sua materialidade histórica, exterioriza discursos consonantes com as situações histórico-contextuais do mundo daquela época, ou seja, as questões da dignidade humana, dos direitos fundamentais, das desigualdades sociais, do progresso das ciências, dos governos e suas políticas, como se pode notar em um dos trechos do documento:

[...] sem dúvida, os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião [...] Além disso, embora entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. (apud IGREJA CATÓLICA, 1965, p.3).

A Igreja elucida em seus discursos, a partir do documento *Gaudium et Spes*, a necessidade de acompanhar as transformações técnicas e sociais pelas quais a sociedade

---

<sup>26</sup> A presente pesquisa procedeu à análise dos documentos da Igreja sobre Educação, considerados neste trabalho como fontes históricas e/ou *corpus* analítico: a Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a educação do Concílio Vaticano II, o Documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica sobre a Escola Católica, as conclusões de Medellín sobre a Educação, o Documento sobre Educação do Departamento de Educação da Conferência do Episcopado Latino-Americano e o Estudo da CNBB sobre a Escola Católica no mundo de hoje. Esses documentos foram reunidos e publicados em 1978 pela AEC (Associação de Educação Católica do Brasil).

<sup>27</sup> Enunciado, nesta pesquisa, é pensado a partir do pensamento teórico de Michel Foucault (1926-1984): “O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero que a frase [...] trata-se de uma função de existência que pertence intrinsecamente aos signos e a partir da qual *são percebidos os sentidos* (grifos nossos) segundo qual regra eles sucedem ou se justapõem, de que eles são signo e qual espécie de ato de fala se efetua por sua formulação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p.195).

<sup>28</sup> Foi a última constituição pastoral promulgada no Concílio Vaticano II e constitui a base de toda a doutrina social da Igreja (ZANON, 2012).



mundial passava e intervir nessa mesma sociedade de forma a estar mais próxima e aberta aos sujeitos sociais.

Ao invés de estar voltada “para si mesma *ad intra* fosse também considerada a Igreja *ad extra*, voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto” (GUTIÉRREZ, 1971, p. 40). Nesse sentido, as relações práticas discursivas da Instituição, ao se voltar para os vários sujeitos e seus contextos sociais, possibilitaram ações mais práticas direcionadas à educação de grupos menos favorecidos, como os surdos, além de outras demandas sociais.

No que diz respeito à educação das pessoas com necessidades especiais, a Igreja Católica reflete um realismo que reflexionou sobre a pessoa com deficiência como “sujeito plenamente humano, com correspondentes direitos inatos, sagrados e invioláveis”, conforme espelha o *Documento da Santa Sé para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes*<sup>29</sup> (apud IGREJA CATÓLICA, 1981, p.2).

Destarte, essa abertura da Igreja para a diversidade humana propiciaria, no que diz respeito às pessoas surdas, práticas discursivas, por parte da Igreja, mais próximas de suas singularidades. Como, por exemplo, reconhecer que os surdos possuíam uma forma singular de comunicação ao inserir na catequese possibilidades de compreensão textual a partir da linguagem dos gestos, ou ainda, mediar os seus ensinamentos doutrinários a partir de linhames pedagógicos oriundos do oralismo e da linguagem manual que formavam a comunicação total.

A visão da Instituição, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em relação a esses sujeitos será, então, ressignificada. Em diversos discursos por ela produzidos, como em 1981, por ser considerado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi evidente essa mudança de pensamento:

---

<sup>29</sup> O ano de 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pelas Nações Unidas. O objetivo central desse movimento foi chamar as atenções para a criação de planos de ação na tentativa com vistas à reabilitação e prevenção de deficiências. O lema foi "Participação plena e igualdade", o qual foi definido como um direito das pessoas com deficiência, a fim de que elas pudessem viver de maneira ativa no desenvolvimento das suas sociedades. (ANO Internacional das Pessoas Deficientes, 1981). A Igreja Católica, consoante com esse movimento, também proclama esse ano como ano internacional das pessoas deficientes: “Desde o primeiro momento acolheu a Santa Sé com favor a iniciativa das Nações Unidas de proclamar 1981 ‘Ano Internacional das pessoas deficientes’ [...] Por isso, seguiu ela com grande atenção tudo quanto se foi até agora realizando em favor dos deficientes no plano legislativo, quer nacional quer internacional [...] A Igreja associa-se plenamente às iniciativas e aos louváveis esforços levados à prática a fim de melhorar a situação das pessoas deficientes e tenciona oferecer-lhes o seu contributo específico [...]” (apud IGREJA CATÓLICA, 1981, p.1-2).

É necessário afirmar com toda a clareza que a pessoa deficiente é um de nós, participante da nossa mesma humanidade [...] Como a pessoa portadora de deficiências é um sujeito com todos os seus direitos, deve encontrar facilidades para participar na vida da sociedade em todas as dimensões e a todos os níveis, que sejam acessíveis às suas possibilidades. O reconhecimento destes direitos e o dever da solidariedade humana constituem obrigação e encargo que requerem desempenho, criando-se condições e estruturas psicológicas, sociais, familiares, educativas e legislativas, idôneas para o acolhimento e o desenvolvimento integral da pessoa deficiente. (apud IGREJA CATÓLICA, 1981, p.2).

No entanto, mesmo com a ressignificação das suas relações discursivas não apenas para com as pessoas com deficiência, mas também para com outros sujeitos sociais que eram marginalizados, é mister ressaltar que um processo de sofisticação do poder foi atinente no tecido social daquele período por parte da Igreja.

Ora, para uma instituição cuja necessidade, naquele momento, era de transmutação diante do mundo moderno, era imprescindível reconfigurar suas ações de forma a não perder as redes de aliança e de apoio que não se reduzissem ao seu mundo interno. Por isso, capilarizar esse poder, nas mais diversas esferas e com os mais diferentes sujeitos, seria de importância vital para a articulação de sua influência, aumentando assim o poder de propagação e o alcance de sua mensagem.

Nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, as lideranças políticas não estabeleceram restrições à Igreja. No que diz respeito às ordens religiosas, não obstante o governo não auxiliasse economicamente a vinda de missionários para o País, não fazia restrições à entrada desses religiosos.

A Igreja, ainda que não tivesse o mesmo apoio que obteve no período imperial, encontrou espaço para trabalhar. Na reconquista desse espaço, buscou acomodar-se à realidade política e desenvolveu ações estratégicas no âmbito dos Estados brasileiros, centradas na ampliação do número de dioceses e no estabelecimento de congregações religiosas, as quais eram voltadas para o ensino primário e para as escolas especiais (AZZI, 2005; BOSCHILIA, 2005).

A vinda de congregações europeias para o Brasil, com a fundação de escolas e institutos educacionais de educação para surdos, principalmente nos primórdios da República, contribuiu para a consolidação da Pastoral dos Surdos na década de 50.

Oficialmente, na mesma data de 1950, embora anteriormente a esse período já houvesse começado esse trabalho, ocorre uma articulação de religiosos com trabalhos mais específicos voltados para os surdos.

Percebe-se que o estabelecimento dessas congregações no Brasil com a fundação de institutos e escolas de educação especial insere-se num processo mais amplo de transformações da Instituição numa escala mundial.

Oliveira (1985) evidencia que um processo fortemente de caráter hierárquico e reformador já fora iniciado com o pontificado de Pio IX (1846-1878), perpassando pela Primeira Guerra Mundial e atravessando os trópicos:

A reforma do clero (que se torna mais disciplinado, zeloso e piedoso), o extraordinário crescimento das ordens e congregações religiosas, o desenvolvimento das devoções e da vida espiritual, a expansão missionária e os primeiros ensaios de renovação litúrgica e do desenvolvimento das ciências religiosas em correspondência com os avanços das ciências profanas. (OLIVEIRA, P., 1985, p. 292).

A Santa Sé, nesse processo de romanização<sup>30</sup> do catolicismo, desempenhará um papel mais do que o de tomar simples ciência dos fatos ou de ser incentivadora destes, pois, ao mesmo tempo em que forneceu diretrizes estritas a serem seguidas pelos bispos brasileiros, a Entidade lhes deu os meios para torná-las efetivas.

As congregações religiosas como agentes religiosos foram enviadas para missões coloniais e também para reforçar os movimentos de reforma nos países cristianizados.

Assim é que a Santa Sé envia aos bispos brasileiros padres e freiras para se ocuparem das atividades pastorais e sociais da Igreja, aumentando os efetivos de agentes romanizadores. Conventos são fundados ou reabertos, seminários e santuários são confiados a congregações religiosas europeias [...] muitas escolas, hospitais beneficentes ficam em mãos de religiosas. (OLIVEIRA, P., 1985, p.293).

Consideradas como instituições marcadas por um carisma, as ordens e congregações religiosas representaram, na história da Igreja, a dinâmica da renovação da Instituição. Os religiosos incentivavam a abertura de novas frentes de apostolado para a Igreja a partir do atendimento das necessidades sociais que se apresentavam na sociedade (AZZI, 2008).

---

<sup>30</sup> É importante salientar que, para esta pesquisa, esse processo de romanização prevaleceu no território brasileiro por um tempo mais extenso, estendendo-se para além do século XIX, sendo evidente também ao longo das primeiras décadas do século XX. Por isso, neste trabalho, a partir das fontes históricas analisadas, percebeu-se uma *romanização tardia*. Para um aprofundamento sobre esse processo de romanização tardia, ver Costa (2013), em pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, *Campus de Santo Antônio de Jesus, Bahia*, que resultou em sua Dissertação de Mestrado em História Regional e Local.

O investimento em escolas confessionais, ao longo do segundo período republicano no Brasil, foi um fato notório. A educação, por compor um dos interesses centrais da Igreja Católica, era vista como um dos principais leques do processo de recatolização do País:

Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão [...] promove o sentido dos valores [...] constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte [...] os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa [...]. (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*, 1978, p. 10).

Por intermédio dos estabelecimentos de ensino confessionais e das frentes sociais desenvolvidas pelas diversas congregações religiosas, a presença da Igreja seria mais atuante na sociedade nacional. Para a Entidade,

[...] a presença da Igreja no terreno das escolas manifesta com especial evidência através da escola católica [...] Assim pois a escola católica, enquanto se abre como deve às condições de progresso da nova era, educa seus alunos a fazer avançar com eficiência o bem estar da cidade terrestre preparando-os para o serviço de expansão do reino de Deus. (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*..., 1978, p.12).

A chamada escola especial também fazia parte desse quadro de escolas confessionais, como é enunciado na Declaração *Gravissimum Educationis* (1978, p.13-14):

[...] por isso, embora se deva continuar estimulando as escolas de graus elementar e médio, que constituem o fundamento da educação, cerquem-se de grande estima aquelas que são reclamadas com especial insistência nas condições hodiernas, como acontece assim com as chamadas escolas profissionais e técnicas, com os institutos destinados à instrução de adultos, à assistência social e aos que por deficiência da natureza precisam de tratamento especial [...].

Percebe-se que dispositivos de poder<sup>31</sup> se efetivaram com diferentes estratégias: discursos, decisões regulamentares, propostas filantrópicas, educacionais, planejamentos de ordem política, estabelecimento de redes de apoio foram concebidos e fixados (FOUCAULT, 1993). Ao instituir a Pastoral dos Surdos, a ação da Igreja pôde centralizar suas decisões e diretrizes para com esses sujeitos e, por conseguinte, ter mais controle sobre as congregações com seus trabalhos e ministérios.

---

<sup>31</sup> Dispositivos de poder pensados neste trabalho a partir da teoria de Michel Foucault (1926-1984) quando em suas obras, como *Microfísica do poder* (1993) e as *Palavras e as coisas* (2000 a), concebe como operadores materiais de poder, instituições, práticas, técnicas e formas de assujeitamento desenvolvidas pelo poder. (REVEL, 2011).

Além disso, pôde operar significações as quais incidirão sobre os vários sujeitos, e não apenas os do seu quadro, mas aos demais indivíduos. A própria Pastoral enuncia isto: “e as pastorais estão aí, de portas abertas para os surdos. Aliás, não só para eles, mas também para seus familiares e amigos [...]” (PASTORAL DOS SURDOS..., 2006, p.8).

Essa rede de congregações estrangeiras (citadas anteriormente) instaladas no território brasileiro com suas instituições educacionais viabilizaria que religiosos, especificamente Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier e padre Eugenio Oates, instituíssem a Pastoral dos Surdos no Brasil.

Ambos foram considerados pela Igreja Católica como “dois bandeirantes da Pastoral dos Surdos” (PASTORAL DOS SURDOS..., 2006, p.18). O Padre Eugenio Oates foi um sacerdote redentorista, nascido nos Estados Unidos, que veio para o Brasil em 1946 desenvolvendo por aqui seu serviço missionário, inicialmente no Amazonas, e vivendo no País por 33 anos.

O religioso Monsenhor Vicente Penido Burnier era deficiente auditivo de nascença, natural de Minas Gerais, e recebeu as ordens sacerdotais em 1951, sendo considerado o primeiro sacerdote surdo do Brasil e o segundo na história da Igreja. Inicialmente, desenvolveu seus trabalhos missionários no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e, depois, em outros Estados brasileiros. O religioso fundou 18 Pastorais dos Surdos no Brasil e três pastorais fora do País (ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA, 2009).

Desse modo, as relações discursivas da Instituição se capilarizam e se multiplicam, interessando à produtividade desse poder, gerenciar os sujeitos de forma a se imiscuir em função de modelos normativos globais. Outro aspecto também a ser salientado é que esse poder capilarizado e, ao mesmo tempo, centralizado instala um sistema de individualização que modela cada indivíduo e gerencia sua existência (FOUCAULT, 2002).

A educação na Igreja ocupa uma posição de destaque, como se observa em muitos dos documentos publicados nas décadas de 50 e 60 sobre a temática. Ela evocava para si a “responsabilidade quanto ao progresso e expansão da educação, uma vez que, para cumprir o mandato recebido *deve* (grifo nosso) anunciar [...] salvação aos homens todos.” (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*..., 1978, p.4).

Nesse sentido, a Entidade afirma que todos os homens possuem direito à educação:

[...] os homens todos de qualquer raça, condição e idade, em virtude da dignidade de sua pessoa, gozam do direito inalienável à educação que corresponda à sua finalidade, à índole [...] e se acomode à cultura e as tradições nacionais [...] aos filhos da Igreja exorta a trabalharem com

generosidade em todo o campo da educação, sobretudo para obter que em todo o campo da educação, sobretudo com a intenção de que se possam estender o mais depressa possível a todos e em toda a parte os justos benefícios da educação e da instrução. (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS...*, 1978, p.4).

Nessa perspectiva, a condição de produção desse discurso estava relacionada com o projeto de afirmação da Instituição em relação à sociedade quanto ao ideal político e econômico do Estado que atrelava a educação ao desenvolvimento, ou seja, no final da década de 60 e, no decorrer dos anos 70 e 80 no Brasil, ocorre uma atenção maior ao pedagógico em que um dos princípios evocados era o de normalização (JANUZZI, 2004).

Nesse contexto, a concepção de normalização estabelecia relação do ser com o meio, ou seja, “um ser vivo *seria* (grifo nosso) normal num determinado meio na medida em que ele *seria* (grifo nosso) a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder às exigências do meio” (CANGUILHEM, 1995, p. 53). Dessa forma, do ser que vive com o meio que a necessidade do conceito de normalidade na vida humana seria expressa. Nesse caso, a patologia encontrava-se relacionada à vida e não à saúde propriamente, porque seria uma variação normativa da própria vida.

No entanto, é importante salientar que a medicina atuava influentemente sobre os padrões de normalidade, já que esta última é também oriunda da fisiologia, “ciência das situações e condições biológicas consideradas normais” (CANGUILHEM, 1995, p. 60).

Destarte, o princípio de integração era circular na sociedade da época, em que as pessoas com deficiência deveriam ser integradas na sociedade de modo a se ajustarem ao social. A concepção que havia naquele período era de que existiam mais semelhanças entre deficientes e não deficientes do que diferenças, daí a situação de “progressiva integração na corrente da vida com os considerados normais” (JANUZZI, 2004, p.180-181).

De acordo com as necessidades e com as realidades de cada local, são produzidas novas relações de poder. A Igreja Católica trabalhou uma mecânica de poder que se expandiu, “[...] assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos [...]” (MACHADO, 1982, p.168).

Com a Conferência Episcopal Latino-Americana que se realizou em Medellín Colômbia, em 1968, a qual foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A questão socioeconômica dos países da América Central e da América do Sul foi colocada em discussão durante a conferência. Por conseguinte, foi tomada a decisão pela Igreja de um

maior esforço e compromisso com vistas a minorar as desigualdades sociais existentes no continente americano.

Destarte, foram pensadas estratégias para auxiliar as camadas mais pobres a obterem seus direitos de cidadania. As temáticas da cultura e da educação popular passaram a integrar, de forma mais incisiva, os projetos eclesiais (AZZI, 2005).

O Documento de Medellín evidenciou uma atenção muito incisiva sobre a educação escolar “como um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente” (DOCUMENTO de Medellín sobre a Educação, 1968, apud AEC, 1978). A escola, para a Instituição, deveria desempenhar um papel de capacitação dos homens, de sua libertação.

As relações prático-discursivas da Instituição em relação à educação ganham uma amplitude maior, principalmente por defender uma proposta educacional em que, para todos os homens, sejam oferecidas “oportunidades educativas [...] a fim de que através delas, consigam alcançar, por si próprios, a sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural [...]” (AEC, 1978, p. 46).

As discussões geradas a partir de Medellín reordenam o pensamento da Instituição para uma educação em que grupos sociais excluídos da sociedade pudessem ter acesso a uma educação libertadora: “a educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda servidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas para condições mais humanas” (AEC, 1978, p. 44).

Nessa perspectiva, a Igreja, a partir dessa Conferência, conclama seus quadros educacionais a se adaptarem às novas recomendações e a postulá-las nas sociedades onde a Instituição estivesse presente. Esse discurso, no que diz respeito aos institutos e escolas especiais confessionais foi trabalhado numa perspectiva de que seus alunos pudessem ser integrados na sociedade.

Destarte, muitas dessas escolas dedicaram-se em seus quadros a trabalhar com a Abordagem Educacional Oralista. Conforme Goldfield (1997), o Oralismo ou filosofia oralista, visa a integração da pessoa com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). Para alguns defensores dessa filosofia, a linguagem restringe-se à língua oral sendo por isso mesmo esta, a única forma de comunicação dos surdos. Acreditam assim que, para que o sujeito surdo se comunique, é preciso que ele aprenda a oralizar (GOLDFELD, 1997).

Como afirma Silva (2012 a, p.90), “ainda hoje essas instituições educacionais relacionadas a essas congregações guardam proximidades com o oralismo, umas mais que outras”.

Esse discurso da Igreja se inseriu no discurso mais amplo da sociedade brasileira que, na primeira metade do século XX, começou a questionar a institucionalização das pessoas com deficiência em locais em que “a vida na instituição era desumanizadora, afetava a autoestima, tornava os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, os tratamentos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada”. (ROMERO; SOUZA, S., 2008, p. 7).

Conforme Aranha (2001), as discussões não apenas no Brasil, mas em âmbito mundial, pleiteavam sobre os direitos humanos, instaurando-se em várias partes do globo as discussões sobre o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Neste momento, caracteriza-se o paradigma: de serviços, que tem como ideia principal a integração.

Segundo Mantoan (1997), a noção de base em relação a integração é o princípio de normalização. A integração não é específica da vida escolar, ela atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida dos sujeitos sociais, sejam eles afetados ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. Nesse caso, a normalização alinhada com o paradigma da integração, visa tornar acessível às pessoas com deficiência condições e modelos de vida pariformes aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de indivíduos de um dado meio social. As pessoas com deficiência são instruídas e preparadas para se adaptarem a sociedade, e, não esta a elas.

As escolas especiais deixariam de ser locais de confinamento e deveriam passar a ter a função de preparar a pessoa com deficiência para o convívio em sociedade e, também, para o trabalho, desenvolvendo sua autossuficiência. Uma forma de poder mais sofisticado é legitimada pela Igreja Católica em que as ações disciplinares são transmutadas.

Parafraseando Foucault (1993, p.173), a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas como fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo, adquire uma nova roupagem: a disciplina-mecanismo, um dispositivo funcional que deveria melhorar o exercício do poder, tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que estaria por vir.

As relações discursivas da Instituição nas décadas de 50 a 80 se colocarão em um movimento que transcorrerá de um projeto ao outro, a partir de uma minuciosa tecnologia disciplinar. A educação, que antes era vista como objeto moral, no contexto pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), irá adquirir um valor econômico (ROMANELLI, 1978).

Diante disso, a Igreja reorientará suas ações estratégicas. Era mister adaptar-se aos constantes desafios que se apresentavam, e a Entidade percebeu que um dos caminhos para atingir um maior número de pessoas e ampliar sua influência político-religiosa na sociedade



não deveria apenas aplicar-se ao discurso religioso, mas também ao campo educacional e aos diversos sujeitos sociais dessa escola (BOSCHILIA, 2005).

Dentro dessa nova preocupação com o social, foi gestado um projeto educacional da Entidade para diversos grupos sociais, levando-a a ocupar vários espaços no tecido social. Enquanto instituição, a Igreja constituiu-se também em um espaço disciplinar e, através das tecnologias disciplinares desenvolvidas, ela moldou uma multiplicidade de corpos de acordo com uma determinada função (FOUCAULT, 1999).

No que diz respeito à educação para com os sujeitos surdos, um espaço bem demarcado pela Igreja foi ocupado, não apenas a partir dos institutos educacionais ou escolas especiais para surdos, mas na configuração de uma Pastoral específica para esses sujeitos sociais. Toda a ação pastoral da Igreja é educativa e missionária: educativa porque abrange itinerários, metodologias, pedagogias, objetivos, teorias, avaliação; missionária porque não deve deixar de perpetuar a missão fundante que a Igreja preconiza.

Conforme Hoornaert (1992), para a compreensão dos primeiros passos da ação pastoral no Brasil, é necessário situá-la a partir do estabelecimento do sistema colonial pelos portugueses em terras brasileiras. A constituição da Igreja Católica no território esteve ligada aos projetos trazidos pelos portugueses. Esse discurso estava pautado na evangelização para a consequente salvação dos povos e

[...] reafirmou a dominação colonial, junto aos mais diversos segmentos sociais: brancos, índios, negros. Nesse sentido, as ações pastorais associaram-se a regularidades que produziram e reproduziram as estruturas objetivas do sistema colonial e trouxeram para a Igreja Católica brasileira, ao longo de séculos, a aquisição de uma das mais extraordinárias formas de poder já adquirido ao longo de toda a nossa história. (HOORNAERT et al., 1992, p10).

Segundo Silva (2012 a), a Pastoral dos Surdos no Brasil se constituiu em uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, os quais vêm incidindo sobre a vida de surdos e de pessoas ligadas a esses sujeitos. Desde a década de 40 até os dias atuais, a Pastoral tem exercido um trabalho minucioso com esses sujeitos.

Partindo do pressuposto de que o fenômeno educacional não se insere e não apenas acontece num espaço estritamente escolar, e que não é um fenômeno independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico, ao se analisar a práxis da Igreja junto aos surdos, evidencia-se seu caráter educacional.

Além das atividades realizadas nas diversas congregações católicas brasileiras, de cunho pedagógico e evangelizador, a Igreja promoveu inúmeros encontros nacionais de várias naturezas envolvendo surdos, catequistas, intérpretes e comunidade em geral. A função desempenhada por essa Pastoral<sup>32</sup> e suas subdivisões no Brasil é ampla, transcendendo o caráter unicamente catequético.

Desde 1970 no Brasil, foram realizados diversificados eventos pela Igreja, para o processo de catequese e educação de surdos. Essas atividades foram reuniões de caráter nacional da Pastoral dos Surdos, especificamente voltados para a catequese e para trabalhos de caráter pedagógico e terapêutico com os surdos.

Desses encontros, participaram religiosos estrangeiros e alguns destes fixaram-se no Brasil e redimensionaram os trabalhos da Pastoral. O quadro a seguir demonstra essas atividades:

Quadro 2 – Encontros nacionais da Pastoral dos Surdos no Brasil décadas de 70 a 80

ANO	ATIVIDADE/LOCAL	TEMA	OBSERVAÇÃO
1970	I Simpósio de Catequese (Brasília – DF)	Catequese especial para surdos	Organizadores Pe Vicente Burnier, Pe Eugênio Oates e Pe Augustín Yanes (surdo da Espanha)
1974	Congresso de Terapia da Palavra (Curitiba – PR)	Palavra de Deus, melhor comunicação	Nasceu a ideia dos encontros nacionais de dois em dois anos pelos diretores das escolas católicas para surdos
1974	I Seminário Brasileiro sobre Deficiência Auditiva (Rio de Janeiro- RJ)	Atendimento ao DA e formação de pessoal especializado	Esse seminário ocorreu a partir da parceria estabelecida entre a Igreja Católica e o INES
1975	I Encontro das Escolas Católicas para deficientes auditivos (Brasília – DF)	Aprofundamento da formação cristã para deficientes auditivos	Esse encontro ocorreu no Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (CEAL) que tem como mantenedora a Associação das Obras Pavonianas de Assistência que é uma entidade particular, religiosa, de origem italiana, fundada pelo Padre Ludovico Pavoni (1784-1849).
1977	II Encontro das Escolas	Educação da Fé nos	Esse encontro ocorreu na

<sup>32</sup> A Pastoral dos Surdos no Brasil divide-se em Regionais conforme as Regiões do País, sendo que, dentro de uma mesma região, podem ainda encontrar-se outras regionais que são numeradas, ex: no Nordeste, existem 5, com as seguintes denominações: Regional Nordeste 1 (Ceará); Regional Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Fernando de Noronha); Regional Nordeste 3 (Bahia e Sergipe); Regional Nordeste 4 (Piauí); Regional Nordeste 5 (Maranhão) (PASTORAL DOS SURDOS..., 2006).

	Católicas para Deficientes Auditivos (Curitiba – PR)	Colégios de Surdos	Escola Épheta e presente nele estiveram representantes religiosos surdos e ouvintes de Porto Rico, Venezuela, Portugal, Uruguai e Espanha.
1985	III Simpósio de Escolas Católicas para Deficientes Auditivos (Brasília-DF)	As experiências dos trabalhos com DA e o Documento da Catequese Renovada	Esse encontro ocorreu no Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (CEAL).
1988	IV Seminário Nacional de Educação e Ensino Religioso aos DA (Londrina-PR)	Ensino religioso para os deficientes auditivos	Esse seminário ocorreu no ILES - Instituto Londrinense de Educação de Surdos. Este foi um dos primeiros e mais importante intituto educacioal do País voltado para a educação de surdos, funciona desde 1959 e foi fruto dos trabalhos missionários da Pequena Missão para Surdos, uma congregação religiosa católica dos padres gualandianos que surgiu na Itália.

Fonte: Elaboração própria a partir de Pastoral dos Surdos (2006)

Ao longo de um período extenso, um trabalho incisivo vem-se delineando em relação aos surdos por parte de ações da Igreja. A Pastoral dos Surdos, uma das ações da Instituição, exerce uma práxis que agrega trabalhos litúrgicos, catequéticos, educacionais, sociais, instrucionais, encontros, formações, relações, subjetividades que são significados a partir desse processo estabelecido pela Entidade para com os surdos e as pessoas ligadas a esse grupo.

Assim, percebe-se que um *habitus* foi gerado, um sistema de disposições foi socialmente elaborado, pois, enquanto estruturadas e estruturantes, essas disposições constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideias que ali foram estabelecidas (BOURDIEU, 1983).

No entanto, é importante salientar que esse *habitus* se constitui também na forma pela qual o sujeito aprecia e age no grupo do qual participa, fazendo-se presente nas ações e estratégias que este realiza para se manter ou transformar (MARTINS, C. B., 1990).

Percebe-se que esses sujeitos surdos participantes nos quadros da Pastoral e das diversas escolas católicas ressignificaram e reutilizaram criativamente as ofertas pedagógicas e catequéticas que lhes era mediado.

E isso como? Através da individuação de seus projetos em relação ao que lhes era ministrado, ou seja, utilizaram da chamada resistência criativa, a qual se deu na base de um

conjunto de valores simbólicos reagentes ao sistema preestabelecido reagindo às condições ditadas através da ressignificação dos usos e adaptando as suas necessidades específicas (CERTEAU, 1990).

Como salienta Certeau (1990) há nessas relações sociais as chamadas criações anônimas, ressignificações cotidianas, através das quais a consumação altera o objeto, concedendo um novo sentido a ele, acomodando-o a novos interesses. Dessa forma, os sujeitos surdos não foram espectadores passivos, guiados pela força disciplinar das regras estabelecidas pela Igreja. Essas pessoas não foram simplesmente agentes sem rosto, mas produtores ativos, “os poetas dos seus próprios assuntos, desbravadores nas selvas da racionalidade funcionalista” (CERTEAU, 1990, p. 57).

Como evidencia Certeau (1990), o consumo das ideias, valores e princípios pelos diversos sujeitos anônimos do cotidiano não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais. Pelo contrário, nas diversas relações discursivas, há sempre apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontroláveis, as quais são modificadoras de pretensões previstas na origem, no planejamento, na idealização das situações.

Sendo assim, é importante também salientar que, nas relações discursivas que ocorreram entre Igreja e surdos, essas pessoas se subjetivaram, aprenderam com os signos que foram enunciados, como afirma Deleuze (2010, p.20): “[...] aprender diz respeito essencialmente aos signos. Os signos são objetos de um aprendizado [...] Tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação”.

E, em todo processo de aprendizagem, o aprendiz está implicado, passando a intervir também, interpretando e construindo sentidos, e isso também é resistência. O sentido compreendido, como um efeito produzido, disparado por um cruzamento de inúmeros e variados elementos, modos de perceber, de fazer, de entender, enfim, o sentido

[...] instrumento de uma contestação absoluta, de uma crítica absoluta, e também de uma criação determinada: o sentido não é de modo algum um reservatório, nem um princípio ou uma origem, nem mesmo um fim: é um “efeito” um efeito produzido, do qual é preciso descobrir as leis de produção. (DELEUZE, 2010, p, 189).

Sob esse ponto de vista, o *habitus*, por ser regulado segundo a realidade da qual um sujeito faz parte, concorre para a participação em realidades objetivas das instituições com as quais se relaciona, permitindo mantê-las em atividade, mas também impor a elas certas revisões e transformações, de modo que continuem ativas (SETTON, 2002).

Embora o *habitus* possa ser visto como sistema engendrado no passado, ele orienta para uma ação no presente, e este sistema sempre se encontra em constante reformulação, implicando que diferentes estruturas sociais se adaptem segundo as circunstâncias da realidade (SETTON, 2002).

Dessa forma, a multiplicidade de discursos da Igreja constitui não uma relação assimétrica com esses sujeitos, mas uma relação bilateral. Nesta, as relações de saber e poder implicam tanto uma relação objetiva quanto subjetiva, em que o poder não poderá disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva (REVEL, 2011).

A Igreja Católica desencadeou diversas ações voltadas para diferentes grupos sociais, como as pessoas com deficiência, em que tais relações prático-discursivas desempenharam situações diversas, propiciando funções normativas e reguladoras e estabelecendo mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.

No que diz respeito às pessoas com surdez, as instituições educacionais confessionais e as pastorais católicas consistiram em locais de referência para a conformação de uma unidade simbólica integrativa, constituindo-se em locais centrais, em termos territoriais, para a associação dos sujeitos em questão, sendo que esses espaços não apenas desempenharam funções no campo educacional ou catequético evangelístico, mas também funções amplas e diversificadas, indo além da mera formação escolar (SILVA, C., 2012 a).

Nesse sentido, pode-se depreender que, por meio de mecanismos epistemológicos, saberes e poderes da Instituição, identidades relativas à surdez foram fixadas, organizadas, hierarquizadas e controladas, pois “ser identificado é ser objetivado duplamente: como objeto de discurso e como objeto de práticas, isto é, construído sob a forma paradoxal de um sujeito objetivado de saberes e dos poderes” (REVEL, 2011, p. 81).

Assim, as produções discursivas católicas, no que diz respeito à educação especial para com os surdos, propiciaram discursos, os quais, no decurso do seu processo, produziram efeitos e sentidos, intervindo materialmente, atingindo a realidade mais concreta desses sujeitos (surdos) e situando-se também no âmbito do próprio corpo social. Interpenetrados pela história e articulados através de diferentes contextos discursivos da Instituição, constituem-se em elementos coconstrutores de múltiplos focos de objetivação dos sujeitos com surdez.

#### **4 “ E OS SURDOS OUVIRÃO”: FORMAÇÕES DISCURSIVAS DA IGREJA E AS CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS DOS MODELOS SOCIOANTROPOLÓGICO E CLÍNICO-TERAPÊUTICO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Percebeu-se que os discursos da Igreja durante o período estudado por esta pesquisa foram moldados conforme a condição de emergência da sociedade que ora se apresentava. A partir dessa condição de emergência, a visão sobre a deficiência era conformada.

Sendo assim, a inscrição desses discursos deu-se a partir de dois grandes modelos educacionais voltados para a educação das pessoas com deficiência: o modelo clínico-terapêutico e o socioantropológico. Segundo Skliar (1998), esses modelos foram responsáveis em orientar tendências educacionais para com a educação de surdos. Em muitos momentos, essas tendências enfatizavam a questão da normalização e, em outros, a de defesa da aceitação das diferenças.

O cenário educacional brasileiro, a partir de 1960, passou por profundas mudanças estruturais. As questões pedagógicas e políticas se encontravam bastante ligadas. Em relação à educação especial, esta começa a ser tratada num aspecto mais legal, passando a configurar as políticas públicas educacionais. Segundo Jannuzzi (2004, p.13), a “readaptação política à continuidade socioeconômica do capitalismo internacional influenciou na modernização da educação no sentido de fazer crescer os apelos de organização tecnocrática”. Por conseguinte, o projeto de desenvolvimento que estava sendo gestado coloca a educação sob os condicionantes do setor produtivo, de forma a torná-la produtora de recursos humanos.

Nessa perspectiva, a educação das pessoas com deficiência será baseada na teoria normalização e da integração, sendo que o axioma ‘será mais barato educar um sujeito com deficiência do que sustentá-lo durante toda a sua existência’ será contundente para as ações e direcionamentos tomados pela sociedade em questão (JANNUZZI, 2004).

Nesse contexto e a partir das décadas seguintes e suas conjunturas, a Igreja moldará suas práticas discursivas para com os surdos de forma a se alinhar às premissas políticas sociais que se apresentaram. Essa asserção pode ser examinada no trecho do documento da Igreja a seguir:

[...] o projeto educativo da escola católica deve ter em conta os atuais condicionamentos culturais [...] a Igreja esforça-se por descobrir nos acontecimentos, nas exigências e nos desejos do nosso tempo quais sejam os apelos mais urgentes a que deve responder [...]. (A ESCOLA CATÓLICA, 1977, p.21).

Sendo assim, de 1950 ao início de 1981, o modelo clínico-terapêutico imperou no Brasil. A Igreja se ocupou, em seus quadros educativos, com o diagnóstico e a reabilitação dos surdos, reforçando a visão de educação como método reabilitador colocado em cena a partir do diagnóstico médico, orientando a atenção para a cura do problema auditivo, correção de defeitos de fala e treinamento de habilidades como leitura labial (SKLIAR, 1997).

A aprendizagem da língua oral, dirigida para a normalização do indivíduo com surdez e sua adaptação à sociedade, foi o principal objetivo das intervenções educacionais da Instituição naquele dado momento conjuntural. Esta situação pode ser validada no discurso da Igreja quando do Ano Internacional das Pessoas Deficientes<sup>33</sup> em que a Santa Sé validou seu compromisso com as pessoas com deficiência, estabelecendo linhas de ação para com esses sujeitos:

Por isso, seguiu ela (Igreja) com grande atenção tudo quanto se foi até agora realizando em favor dos deficientes no plano legislativo, quer nacional quer internacional: dignas de relevo, a este respeito, são a Declaração dos direitos dos deficientes por parte da ONU e a Declaração relativa aos direitos das pessoas mentalmente retardadas — como também as aquisições e as perspectivas da investigação científica e social, as propostas inovadoras e as obras de vários gêneros que se estão desenvolvendo neste sector. Tais iniciativas manifestam nova tomada de consciência do dever de solidariedade neste campo específico do sofrimento humano, tendo além disso presente que, nos Países do Terceiro Mundo, a sorte das pessoas deficientes é ainda mais grave e requer maior cuidado e mais solícita consideração. (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 1).

Nessa perspectiva, a Santa Sé se justapõe aos princípios de integração, normalização e personalização, princípios estes com ideais mais centrados no campo pedagógico, contudo não em contradição com a corrente clínico-terapêutica, supondo o atrelamento da educação ao desenvolvimento com vistas a possibilitar condições de vida para as pessoas com deficiência semelhantes, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que eles vivem. Essa ponderação pode ser ratificada na própria enunciação discursiva da Igreja no Documento referenciado:

---

<sup>3333</sup> O Documento da Santa Sé para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, proclamado para 1981, diz respeito à iniciativa que as Nações Unidas proclamaram em 1981, referente ao Ano Internacional dos sujeitos com alguma deficiência e a Igreja apoiou a proposta das Nações Unidas, redigindo um documento com linhas diretas ou de ações nesse campo da realidade humana. Nas palavras da própria Instituição: “Desde o primeiro momento acolheu a Santa Sé com favor a *iniciativa* das Nações Unidas de proclamar 1981 ‘Ano Internacional das pessoas deficientes’. Se, de facto; pelo seu número — calcula-se que ultrapassam 400 milhões — mas sobretudo pela sua particular condição humana e social, tais pessoas merecem o interesse prático da comunidade mundial, não pode faltar, nesta nobre empresa, a solicitude diligente e vigilante da Igreja, que — por sua natureza, vocação e missão — tem particularmente a peito a sorte dos irmãos mais débeis e provados” (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 1).

A orientação fundamental, ao considerar os problemas relativos à participação das pessoas deficientes na vida social, deve ser inspirada pelos princípios de integração, normalização e personalização. O princípio da integração opõe-se à tendência ao isolamento, à segregação e à marginalização da pessoa deficiente, mas vai ainda além de uma atitude de mera tolerância a seu respeito. Comporta o esforço para tornar a pessoa deficiente um sujeito de pleno direito, segundo as suas possibilidades, quer no âmbito da vida familiar, quer no da escola, do trabalho e, mais em geral, na comunidade social, política e religiosa. (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 2).

A partir dessa enunciação discursiva da Igreja, pode-se perceber que esta se configura em um regime discursivo que expressa em si a vontade de verdade-saber, fazendo-o em torno da questão do poder. Sendo assim, ao deter os procedimentos de conquista da pretensa verdade-saber, detém-se também o poder exercido por este mesmo regime de produção dessa verdade-saber (FOUCAULT, 2003).

Dessa forma, a Santa Sé possui mecanismos próprios de produção de “verdades” e, por conseguinte, modos de sujeição e, para além disso, um interesse profícuo de instituição de verdades e consequente produção dos sujeitos. Isso porque a detenção dos saberes a partir de regimes de verdade garante relações de poder e de afirmação desse mesmo poder.

Percebe-se daí o caráter muito concreto das práticas exercidas pela Instituição, de como seus discursos operam com as modalidades de existência na sociedade. Naquele dado momento histórico, a pessoa com surdez devia ser “normalizada”, pois tal discurso se encontra no centro das discussões sociais e a Igreja, como instituição de influência, adentra também esse cenário enfatizando e estabelecendo seu regime de verdade: que a normalização

[...] significa e implica o esforço tendente a reabilitar completamente as pessoas deficientes com todos os meios e as técnicas que estão hoje ao nosso dispor e, onde isto não se mostre possível, a realizar um quadro de vida e de actividades que se aproxime, o mais possível, do normal. (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 3).

Além disso, vai mais adiante nesse cenário discursivo ao imprimir o princípio de personalização, através do qual a Igreja salienta a necessidade de “considerar, proteger e promover, antes de tudo, a dignidade, o bem-estar e o desenvolvimento integral da pessoa deficiente, em todas as suas dimensões e faculdades físicas, morais e espirituais” (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 3).



E já que, naquela dada conjuntura social e econômica, os discursos sobre integração adentram o cenário educativo brasileiro, a Santa Sé participa também enunciando que,

[...] quando a deficiência, não obstante a aplicação responsável e rigorosa de todas as técnicas e dos cuidados hoje disponíveis, se revela irremediável e irreversível, dever-se-ão buscar e aplicar todas as outras possibilidades de crescimento humano e de integração social que estão disponíveis para quem esteja afectado por ela. (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 4).

Nessa perspectiva desse cenário de normalização do surdo e correção da surdez, a Santa Sé prossegue nesse processo de busca em capacitar o surdo na compreensão e na produção da linguagem oral, partindo do princípio de que, mesmo não possuindo a audição para receber os sons da fala, a pessoa com surdez poderia constituir-se como um interlocutor.

Ainda nessa perspectiva, a abordagem da comunicação total, a qual defendia a utilização de todos os recursos linguísticos, tanto orais quanto visuais, simultaneamente era também utilizado por algumas escolas ligadas à Igreja: a fala, a leitura orofacial, o treinamento auditivo, a expressão facial e corporal, a mímica, a leitura e escrita e os gestos eram também empregados pelos religiosos, mas isso, é importante ressaltar, ocorre a partir da década de 80. Além disso, o sinal, nessa abordagem, não era tratado como uma língua de sinais, e sim como mais um recurso.

Conforme Skliar (1998), não obstante tanto a abordagem da Comunicação Total quanto a Oralista pertencem a uma perspectiva ouvintista, esta pode ser compreendida dentro do conjunto de representações dos ouvintes, ou seja, o surdo deve se olhar e se ver dentro da perspectiva ouvinte.

Mais adiante, precisamente a partir dos anos 80, começam a surgir discussões sobre o reconhecimento de uma linguagem própria<sup>34</sup> que os surdos possuem, pela qual utilizam gestos, e de modalidade espacial adentrando os moldes do modelo socioantropológico, através do qual a surdez é vista como uma diferença cultural e linguística e que, portanto, os surdos possuem direito e acesso à linguagem de sinais e de serem reconhecidos como pertencentes a uma minoria linguística.

Destarte, adentra o contexto educacional brasileiro, a partir também dos anos 80, o modelo socioantropológico, que demove o conceito de surdez da ordem médica para uma visão mais epistemológica, defendendo o ponto de vista de que os sujeitos com surdez se

---

<sup>34</sup> Esse termo *linguagem* diz respeito a que, naquele dado momento histórico, a língua de sinais não possuía o *status* de língua, o que só veio a ocorrer oficialmente nos anos 2000.

localizam numa comunidade linguística minoritária, a qual lida com a natureza espaço-visual para proceder à comunicação (SKLIAR, 1999).

É importante ressaltar que a Santa Sé não andava na contramão da conjuntura educacional e social brasileira e, mesmo que anteriormente muitas das suas escolas especiais tenham utilizado mais os métodos oralistas, é importante enfatizar que havia religiosos, como Padre Eugênio Oates, Padre Vicente Penido Burnier, entre outros, que já reconheciam o modo de comunicação por via gestual e imprimiram esforços para a preservação e o dimensionamento dessa linguagem de sinais.

Por isso, práticas discursivas voltadas para essa perspectiva conviviam no seio educacional de alguns religiosos, nas palavras deles: “o interesse pela melhoria de vida dos surdos [...] graças as nossas instituições que estão se desenvolvendo no sentido da integração social [...]” (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 7).

No entanto, esse constante interesse por esse processo educacional dos surdos e, conseqüentemente, as mudanças adaptativas que ocorreram se alinham ao chamado discurso de ordem terapêutica, ou seja, a salvação deveria ocorrer no “aqui e agora” por meio da cura. Mas que cura seria essa? Uma cura em que o “problema” seria extirpado de uma só vez? Claro que não, mas uma cura em que os surdos “ouviriam” a partir de adaptações do *Efatá* (abre-te), ou seja, a religião nesse confronto com a modernidade se reorganizaria com um constante trabalho de mudanças de enfoques, bebendo nos diversos campos do conhecimento, com vistas à transformação da realidade daqueles sujeitos.

Assim, não estaria fugindo do seu compromisso eclesial de proclamar “salvação” aos sujeitos todos, e continuaria assim, como afirma Bourdieu (1999), no processo de efetividade histórico e social das ideias, pois o seu objetivo essencial era continuar como uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, de regular, com o maior êxito possível, as estruturas de pensamento por meio das quais os sujeitos aprendem e se relacionam com o mundo.

#### 4.1 MODELO CLÍNICO-TERAPÊUTICO E O DISCURSO RELIGIOSO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

O critério utilizado para asseverar e produzir uma singularidade educativa para certos e determinados sujeitos que possuem uma deficiência foi o modelo clínico-terapêutico. Este se ancorou na premissa da intervenção terapêutica, a qual acreditava que a deficiência “por si mesma, em si mesma, é o eixo que define e domina toda a vida pessoal e social dos sujeitos” (SKLIAR, 2001, p. 10).

A proposta educacional no modelo clínico-terapêutico, pensa a surdez, vinculada à patologia e ao déficit auditivo, por isso, ao longo de anos, cimentou proposições de correção do possível déficit. Sendo assim, nessa concepção, o desenvolvimento e a linguagem apenas acontecem por meio da língua oral.

Nesse sentido, a associação entre terapias de origem médica e o modelo clínico-terapêutico, no contexto da surdez, se realiza e se fundamenta no aspecto do déficit orgânico. O desvio embasa a questão das diferenças, ocorrendo a tendência de compreender a surdez dentro da homogeneidade, e esta, por sua vez, apresenta desvantagens maturativas inerentes à condição da deficiência (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2008).

A perspectiva educativa dentro do modelo clínico-terapêutico foi aliada do discurso da medicina e associada a uma pedagogia que adotou práticas terapêutico-pedagógicas com ascendência no paternalismo, reflexo do modelo econômico-político concêntrico, o qual exerce sua teoria e sua práxis de forma globalizante.

Dessa forma, o discurso da medicina se torna prosélito da concepção clínica, sendo que os esforços pedagógicos deverão submeter-se a um potencial – o da umbrática cura da deficiência. A proposição fundamental dessa concepção será: “se se tira ou se reduz o tamanho da deficiência, se tiram e se reduzem as consequências sociais *daí* (grifo nosso) reeducação e compensação” (SKLIAR, 2008, p. 12-13).

O discurso religioso para com os surdos operou, por muitos longos anos, dentro dessa modalidade educativa, porém imbuído do caráter missionário, proselitista e salvacionista. A esse respeito, o texto da AEC<sup>35</sup> do Brasil esclarece esta assertiva:

Para a AEC do Brasil, a Educação não é, pois, mero sinônimo de ensino. É apostolado. Nesta sua nobre missão, busca interpretar e traduzir em atos os ensinamentos pontifícios [...] a Educação é uma bandeira internacional, e o apostolado religioso que inspira os educadores católicos, um postulado missionário [...]. (CRUZ, 1966, p.13, 64).

Dessa forma, o discurso religioso sobre educação mantém o caráter fundante da Instituição, que é o missionário e, por sua vez, garante também processos de identificação dos sujeitos sociais. Através da instância institucional educativa, ela interpela esses mesmos sujeitos, atuando em suas necessidades mais específicas.

---

<sup>35</sup> A AEC do Brasil foi uma instituição ligada à Igreja Católica. Por anos, essa instituição congregou e direcionou os estabelecimentos de ensino de orientação católica. Foi uma associação de iniciativa particular que congregava diretamente, ou através das seções estaduais e diocesanas, os estabelecimentos de ensino católicos em todo território nacional, mantidos por Ordens ou Congregações religiosas ou ainda outros que confessassem a fé católica (Para um aprofundamento maior sobre a AEC, ver: CRUZ, Mariano. *AEC do Brasil: vinte anos a serviço da Educação 1945 -1965*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1966).

Essa cena enunciativa se repetirá em outros documentos da Igreja, como a Declaração *Gravissimum Educationis*, de 1965<sup>36</sup>, através da qual a Instituição declara:

A Santa mãe Igreja tem sua responsabilidade quanto ao progresso e expansão da educação, uma vez que, para cumprir o mandato de seu divino Fundador, a saber, o de anunciar o ministério da salvação aos homens todos e o de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem, também da terrena enquanto conexas com a vocação celeste. (DECLARAÇÃO..., 1978, p.04).

Nesse sentido, a Igreja Católica outorga seu discurso como autorizado pelo divino e legítimo, a ser propagado através da instância educativa. Por conseguinte, a conservação e a restauração do mercado simbólico a ser difundido e garantido deverão possibilitar uma ação homogênea e homogeneizante, não devendo ser plural, o que evitará o escape de seu controle (BOURDIEU, 1999).

Com esse propósito de evocação de autoridade e legitimidade, a Santa Sé se aproximará dos sujeitos sociais, indistintamente operando com um discurso de acolhimento, demarcando muito bem seu terreno de atuação através de vários campos aliados a seu discurso “central”. Este discurso deverá funcionar como matriz de sentido, sendo que os indivíduos deverão se reconhecer nessas significações, pois estas lhe parecerão naturais. O discurso a seguir, contido na Declaração *Gravissimus Educationis* (1965), denota bem essa assertiva:

Os homens todos de qualquer raça, condição e idade, em virtude da dignidade de sua pessoa, gozam do direito inalienável à educação [...] De acordo com os progressos da psicologia, pedagogia e didática há de dar-se assistência [...] para o desenvolvimento harmonioso [...] para adquirirem gradativamente um senso mais perfeito de responsabilidade que há de ser retamente desenvolvida na própria existência num contínuo esforço [...] Além disso sejam treinados de forma a participarem da vida social (DECLARAÇÃO..., 1978, p.06).

E, mais adiante, nesse mesmo documento, a Igreja exortará ao seu quadro para “trabalharem com generosidade em todo o campo da educação, sobretudo para obter os benefícios de uma educação conveniente” e que esta seja estendida “o mais depressa possível a todos...” *incluindo aqui os deficientes* (grifos nossos) (DECLARAÇÃO..., 1978, p.07).

---

<sup>36</sup> A Declaração *Gravissimum Educationis* é um documento da Igreja instituído pelo Papa Paulo VI em novembro de 1965. Esse documento trata da educação sob orientação cristã, a qual era entendida como uma educação integral promotora de humanização e defensora da presença cristã no mundo da educação (Para um aprofundamento maior sobre a *Gravissimum Educationis*, ver: AEC. Cadernos da AEC do Brasil: *Documentos da Igreja sobre Educação*. 2.ed. Rio de Janeiro, 1978. p.04-17).

Conforme Bourdieu (1999), a religião pode ser entendida como uma linguagem, instrumento de comunicação e conhecimento, isto é, um veículo simbólico-estruturante a possibilitar uma matriz de sentidos. Nesse sentido, os discursos da Igreja em relação aos surdos, naquele momento, procuraram se aproximar da realidade e singularidades deles, de forma a lhes possibilitar sentidos e significações.

E como ocorre essa aproximação que significa? A partir do discurso de acolhimento e de redenção da surdez. A atuação se dá no campo prático também, porque, como afirma (FOUCAULT, 1986), as coisas ditas não se afastam das dinâmicas de poder e saber de um tempo. Dessa forma, as práticas discursivas da Instituição para com a surdez, nesse momento contextual no Brasil das décadas de 50 a 70, fundamentalmente operarão na produção de positivities que tragam possibilidades de reversibilidade da surdez.

No entanto, essa reversibilidade se dará a partir da concepção da surdez como uma “deficiência” em relação à comunidade “ouvinte”. Decorrem daí os esforços no sentido de normalização que, no caso do surdo, será torná-lo “ouvinte”, ou ainda compensar seu déficit por meio de um treino sistemático da audição, da fala, da leitura labial, do uso de próteses, de implantes, de cirurgias, de audiometrias, de exercícios respiratórios, etc (LULKIN, 1998).

Essa assertiva pode ser bem evidenciada nos discursos das fontes levantadas por esta pesquisa, principalmente as voltadas para o carisma ligado à surdez. Aqui nos deteremos, especificamente, em duas instituições de ordem religiosa: a Escola Effeté em Curitiba e o Instituto Santa Terezinha em São Paulo, e ambas as escolas foram fundadas por religiosos com vistas ao atendimento de pessoas com surdez.

Ambas as instituições refletem as produções discursivas da Igreja em relação aos surdos, dentro do modelo clínico-terapêutico. O Instituto Santa Terezinha foi fundado oficialmente em 18 de março de 1933 em Campinas, depois foi transferido para São Paulo, permanecendo definitivamente nessa cidade até os dias atuais (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p.15). Na *Gazeta de Campinas*, de 11 de agosto de 1929, houve uma publicação relacionada à fundação do Instituto:

Acaba de ser legalizada perante a Directoria Geral da Instrução Pública, o Instituto Santa Therezinha, para meninas surdas mudas, installado nesta cidade em prédio confortável, a rua Luzitana, n.228. Está a testa do referido estabelecimento a Madre Luisa dos Anjos, coadjuvada pelas Irmãs Maria S. João, Magdalena da Cruz, e Suzana Maria. ... Dignas de todo apoio, da nossa philanthropica cidade, aquellas freiras, das quaes são filhas distinctas famílias campineiras, precisam ser auxiliadas pelo povo e pelos poderes publicos, no seu emprehendimento para levarem avante um instituto que virá prestar incalculáveis beneficios ás meninas surdas e as familias que tem a

infelicidade de possuir entre os seus, doentes daquela natureza (GAZETA DE CAMPINAS, 1929, p.4).

No discurso a seguir, do Jornal *Correio Popular* de Campinas (29 ago. 1929, p.03), quando da chegada das freiras brasileiras que foram estudar na França, pode ser percebido como era vista a surdez naquela época: a partir da perspectiva da anormalidade e de sanar o déficit auditivo.

Amanhan, deverão desembarcar em Santos quatro religiosas brasileiras pertencentes a Congregação de Nossa Senhora do Calvário e que estiveram na França especialmente para especializar-se na educação das surdas e mudas. Lá fizeram longo curso, tendo recebido o diploma official do governo francez para ministrar educação de anormaes daquela espécie (FUNDAÇÃO..., 1929, p. 3).

Naquele dado contexto histórico, os surdos eram considerados como um peso morto para a sociedade, sendo necessário buscar possibilidades de reverter essa situação por meios diversos. Esse fato ficou bem demarcado nos trechos do mesmo jornal referenciado:

[...] uma legião de infelizes, que geralmente se encontram em situação de não poder prover a própria subsistência, sendo, portanto, um peso morto, um ônus para a sociedade. Transformar essa gente, que actualmente só serve de entrave à economia social, pela educação e pelo ensino profissional, em elementos capazes de exercer uma função útil no meio em que vivem é um ideal digno de apoio de todas as pessoas esclarecidas (FREIRAS..., 1929, p. 3).

Nessa instituição, a Igreja, a partir do trabalho das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, evidenciou ações educacionais junto aos jovens surdos a partir da oralização e repetição. Segundo Skliar (2001), o modelo clínico-terapêutico, respaldado na proposta oralista, retrata uma representação implícita que a sociedade ouvinte construiu do surdo, ancorada na concepção relacionada com a patologia, entendendo que a educação para essas pessoas poderia possibilitar-lhes o que lhes faltava: a audição e a oralidade.

No Instituto Santa Teresinha, as atividades pedagógicas que eram realizadas internamente eram sempre publicizadas nos jornais locais, pois eram mostradas para o público e para as autoridades públicas. Na análise desses discursos, pode ser percebido que a concepção médica era bem evidente para a adoção das ações pedagógicas que balizaram as práticas discursivas da Igreja para com os surdos. É o que se verifica em reportagem da *Folha da Noite* (9 set. 1937, p. 7):

Hoje, as 20h30 horas realizar-se á no salão nobre do Gynnasio São Bento uma reunião onde serão feitas as autoridades do Estado e sociedade paulistana demonstrações praticas do ensino das crianças surdas-mudas do Instituto Santa Therezinha. Esta instituição que há muito vem prestando grande e precioso auxilio á assistência em São Paulo. A propósito dos methodos de ensino são adoptados, tivemos a oportunidade de ouvir o dr.Roberto Oliva. Foram as seguintes as expressões desse médico paulista: - Quem, como eu, teve a felicidade de transpor as portas do Instituto Santa Therezinha – a casa dos surdo-mudos – fundada em São Paulo pelas irmãs do Calvário sente-se possuído da mais forte emoção, ao presenciar os quadros verdadeiramente miraculosos, que a seus olhos se desvendam. É uma casa cheia de alegria, de ternura, de luz e de maravilhas, que regosijam os olhos e dilatam o coração. Sente-se que a vida, ahi, em vez de uma série de dias inúteis, ociosos e que deveriam decorrer atrás de muralhas pretas, expandem- se livremente á luz do sol, ao ar livre e vivificante, em meio de companhias felizes. Não mais aquella tristeza secreta e impossível de desabafo e de consolo, mas o prazer, que se derrama generosamente e communica-se, sem peias e sem limites entre os asylados e transborda pelo hábitos severos das professoras, attingindo, por fim, o visitante. Presencia-se o milagre da muralha negra, que envolvia a vida do surdo-mudo, abatida ante a vara de condão do estabelecimento, propiciando-lhe a mancheias, as delicias da vida, só possíveis a quem vê, ouve e compreende (O ENSINO..., 1937, p.07).

Nessa mesma publicação do Jornal *Folha da Noite* da Cidade de São Paulo, o conteúdo da reportagem explicita bem as propostas pedagógicas trabalhadas pelas irmãs do referido Instituto. Além disso, enaltece as ações pedagógicas dessas religiosas por proporcionarem um verdadeiro milagre na vida dos surdos, possibilitando sua integração social:

A sciencia, infelizmente, ainda não conseguiu o milagre total, que seria a restituição integral da audição, mas a arte, o devotamento, a applicação e sobretudo a piedade christã, muito já fiseram em beneficio desses infelizes, que órbita restricta: longe do mundo, nelle vivendo: longe da vida, nella vegetando. E agora são surdos que ouvem, são mudos que falam... E não só falam e compreendem o que lhes é dito, mas, ainda, instruídos, podem trabalhar e ser úteis á sociedade. Muitos delles conheço nos quaes só a muito custo, nota-se o defeito de que são portadores, que se entregam a vida commum de trabalho na industria e no commercio. Mas... o lado triste: quantos milhares de surdos há em nosso Estado, que não podem, por falta de estabelecimentos adequados, usufruir desses benefícios e que permanecem abandonados, senão perseguidos pela ignorancia de seus parentes, como dementes e endemoninhados? É esse o triste calvário de tantos infelizes, que devemos nos dar pressa em minorar (O ENSINO..., 1937, p. 8).

Ora, percebe-se que os pressupostos pedagógicos que eram contemplados pela Igreja para com os surdos encontravam-se ancorados no ouvintismo, o qual justificava práticas reabilitatórias. O atravessamento da religião atuou nas singularidades próprias desses sujeitos surdos, porém operando com formas de significação que, para esses indivíduos naquele dado

contexto social, era redentor, pois as formas de comunicação para aquelas pessoas eram “providas”.

Ainda que fossem providas dentro da ênfase que recaía sobre a patologia e sobre a necessidade de intervenção terapêutica, já que a língua oral deveria ser adquirida por ser a via de comunicação da comunidade ouvinte. Era o ideal da chamada educação moderna, traços do Iluminismo, que já trazia em seus preâmbulos os ideais de igualdade “**para e em todos**”, ou seja, todos sendo iguais, pois, ainda que se buscassem meios para igualar esses sujeitos, deveriam ser úteis. Daí, no caso dos surdos naquele dado contexto, era preciso prover-lhes uma educação capacitante, e a Santa Sé se alinhou muito bem nessa perspectiva.

No Jornal *Correio Popular* (4 abr. 1934, p.05), há uma descrição bem nítida do método empregado para educar os surdos do Instituto. Tal método fora oriundo dos trabalhos realizados pela Congregação de Nossa Senhora do Calvário:

As irmãs de Nossa Senhora do Calvário estudaram em Paris o methodo empregado pelo Abbé de l'Epée aos surdos-mudos. Quando a medicina falha, há o recurso da instrucção especial. Um terço dos surdos-mudos, submettidos a essa instrucção, chega a emitir voz. O ensino deve ser praticado nos primeiros annos de estudo, conseguem pronunciar muito bem. A mentalidade é perfeita; se não se educa esta se atrophia. O surdo-mudo de nascença também se cura, a mudez, bem entendido. Derramados no orbe terráqueo, encontram-se aos milhares, principalmente nos paizes montanhosos. D. Pedro Ponce, benedictino hespanhol, consagrou-se á cultura dessa fracção do gênero humano. O abbé de l'Epée e Heinicke inventaram methodos differentes. A dactylologia daquelle consiste nas differentes attitudes da mão, correspondentes ás diversas letras do alphabeto. Heinicke faz ler o surdo-mudo, sobre as posturas que tomam os lábios do interlocutor. A phonomimia é a combinação dos dois methodos. O Abbé de l'Epée, bem feitor da humanidade e grande conhecedor do Direito, educou e fez falar dois jovens surdos-mudos, fundando depois uma escola desse gênero em Paris, á custa, á qual Luiz XVI concedeu uma pensão. Seu methodo parte deste principio: “ A educação dos surdos-mudos consiste em fazer entrar pelos olhos no seu espírito o que entrou no nosso pelo ouvido” (METHODO..., 1934, p. 5).

Nesse contexto, as práticas desenvolvidas não apenas no Instituto, mas também em outras escolas ligadas à Igreja, encontravam-se arraigadas nas teorias oralistas, as quais buscavam, de todas as formas, comprovar a eficácia de um método que fazia da proficiência oral de uma língua a fonte de todos os investimentos e descobertas didáticas.

Na educação oralista, a fala era a estrutura e o meio mais importante para que os sujeitos surdos aprendessem qualquer tipo de conteúdo, além de aprender a conversar oralmente com outras pessoas. É importante ressaltar que, naquele dado momento histórico,



as escolas especiais ligadas à Igreja proibiam a utilização de gestos, porque estes eram considerados um tipo inferior de comunicação.

O Jornal *A Tribuna* (31 ago.1929, p.03) elucida, mais detidamente, o método utilizado pelas escolas especiais de orientação católica:

a) Exercício de atenção: Por meio de desenhos, quadros, figuras. Cortavam-se taes objectos em diversas partes, sendo depois separadas e embaralhadas, afim de serem novamente formados pelo discípulo. Este trabalho é o nosso: quebra-cabeça. b) Leitura intuitiva: São escriptos termos e phrases e indicados seus significados: objectos e acções. Por exemplo: escreve-se: Jesus e ao alumno é mostrada uma imagem de Jesus; escreve-se: eu ando e faz-se o movimento de andar; abro o livro e faz-se a acção correspondente. O discípulo aprende aquelle desenho de letras e a sua acção correspondente. Vendo-o, lembrase-se da acção ou do objecto. c) Leitura labial. Difficillima, porque exige uma atenção máxima, vista optima e muita pratica. São ensinadas primeiramente as letras pela contormação dos lábios, rosto etc., durante a pronunciação das letras, palavras e phrases. Em preparação para a palavra falada, faz-se sentir a sensação produzida pela sibilação das letras. Por exemplo, o educador toma a mão do discípulo e pronuncia a tal letra com os lábios perto da mão, percebendo assim o alumno a diferença do p, do t, do k, etc. Está o alumno em condições de poder formar as syllabas e as palavras. d) A PALAVRA FALADA. Depois de insanos trabalhos na applicação do exposto e dos altos segredos deste ensino, o alumno de posse dos sons ministrados como acima descripto, consegue não mais produzir sons sem sentidos e somente animaes, porem, orientado pelos sons já ensinados, articulando a palavra. Tanto no período da aprendizagem intuitiva como na labial e na falada, o alumno escreve a palavra. Nas duas primeiras é um simples desenho porque não tem ainda idéia das letras e na terceira, sim, porque já as conhece. O ensino da palavra falada e da leitura labial como comentado acima era a chave das praticas desenvolvidas pelas educadoras em sala de aula, pois de acordo com a irmã M “na época, eu, eu o ensino era... puro... era oral, oral. A gente ensinava as crianças a colocar os órgãos fonadores em posição conveniente à cada som. Através de sinais... imitação, espelho, um pequeno instrumento clínico chamado espátula para ajudar na colocação da língua que, teria que tomar posição conveniente por exemplo: î, a gente ensinava a colocar a ponta da língua atrás dos incisivos inferiores, 45 levantando na base para interceptar o ar volumoso e, uma vez conseguindo isso, é... elas entendiam que era necessário emitir o sopro sonoro, então dava o î (A TRIBUNA, 1929, p. 3).

Na educação dos surdos dentro dos quadros da Igreja, havia a preocupação em garantir a esses sujeitos os meios de subsistência, proporcionar-lhes capacitação para ocuparem certas ocupações. Por isso, a necessidade de instruí-los dentro dos moldes oralistas, pois era mister possibilitar que esses indivíduos pudessem falar. Nesse contexto, o princípio da normalização vem adentrar o processo educativo nos moldes religiosos, porque, tanto quanto possível, era importante adequar aqueles sujeitos às condições normais da sociedade em que viviam.

Por que esse interesse da Igreja para com os surdos naquele momento histórico? Nas palavras da própria instituição: porque, enquanto instituição terrena, ela deveria “continuar a ação de salvação de Jesus Cristo [...] e em ordem a esta missão, a Igreja instituía as suas próprias escolas, porque reconhecia nelas um meio privilegiado para a formação integral do homem” (A ESCOLA CATÓLICA, 1977, p.76).

No entanto, recatolizar o País era a meta estabelecida pelos eclesiásticos que advogavam a premissa de implantação de um Estado católico que, para eles, significava a expressão da verdadeira e incondicional fé católica, a qual deveria alcançar amplamente os diversos campos, tanto o social como o cultural, mas fundamentalmente o Estado brasileiro.

Assim, o catolicismo assumia definitivamente lutar pela sua reintegração ao cenário político brasileiro, tentando alçar uma posição que para ela seria de legítima representante na sociedade brasileira. Mas, para isso, seria mister vincular-se de formas diversas à ordem estabelecida.

O conjunto de práticas da Igreja voltadas para a educação se portava como instrumentos efetivos de controle social em que seus discursos desempenharam um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder se encontrava implicado, e para o qual o poder funcionaria (FOUCAULT, 2003).

O poder opera através de práticas discursivas, pois tais práticas constituem elementos essenciais em um dispositivo estratégico de relações de poder. Sendo assim, o discurso religioso determina, para os sujeitos, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. A Igreja, como uma das instituições que procura exercer influência nos campos social e político, procura, a partir da educação, a vigilância, o controle, o disciplinamento e o enquadramento dos sujeitos.

Daí pode surgir o questionamento: por que todo esse interesse nas pessoas com deficiência, já que não configuravam um número amplo de pessoas? Bem, essa indagação pode ser respondida pelas palavras da própria Instituição: “[...] partir dos filhos para chegar aos pais e à família; partir da educação escolar para chegar aos demais ambientes [...]” (CONCLUSÕES de Medellín<sup>37</sup> ..., 1968, p.46).

O discurso religioso não obedece a uma circularidade interna de indivíduos dentro dos seus quadros, pelo contrário, tende a difundir-se. Por isso, é “pela partilha de um só e mesmo

---

<sup>37</sup> A Conferência de Medellín contou com a presença dos Bispos do Continente Latino-Americano, e ocorreu em 1968 em Medellín, na Colômbia. Essa Conferência teve como objetivo colocar em prática as propostas oriundas do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) no Continente Latino-Americano. Além de tudo, foi um momento crucial para a Igreja Católica latino-americana, pois a partir desse congresso iniciam as ações sobre a criação de uma teologia para América Latina. Esta teologia deveria se adequar à Igreja Católica, aos moldes da sociedade (IGREJA CATÓLICA, 2018).

conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, que definem sua pertença recíproca” (FOUCAULT, 1999, p. 42).

Além disso, como a Igreja buscava, naquele dado momento histórico, se vincular à ordem estabelecida, procurou promover uma educação utilitarista aos surdos, não se limitando assim à manutenção do assistencialismo e da filantropia, porém redimensionou seu objetivo pedagógico, vinculando a educação oferecida a esses sujeitos sociais ao desenvolvimento econômico do País. A intenção seria de, pela educação, formar o surdo para os postos de trabalho existentes (JANNUZZI, 2004).

Percebe-se que suas premissas se centravam na manifestação orgânica da deficiência, porém a Santa Sé buscava, por meios diversos, capacitar esses indivíduos para a vida na sociedade. Era uma situação bem explícita em seus quadros educativos, tanto no Instituto Santa Teresinha quanto na Escola Epheta<sup>38</sup> em Curitiba. Os discursos das fontes transcritas a seguir – o primeiro discurso ligado ao Instituto Santa Teresinha e o segundo relacionado à Escola Epheta – evidenciam essa assertiva:

Está marcada para amanhã, as 20h30 horas no salão nobre do Gymnasio São Bento uma reunião patrocinada por distintas damas da sociedade paulista, com o fim de apresentar ás autoridades os eficientes methodos de ensino do Instituto Santa Terezinha que abriga e instrue com o mais desvelado carinho algumas dezenas de infelizes crianças surdas-mudas. Falará na reunião o illustre especialista sr. Mario Ottoni Rezende que discorrerá sobre a importância medico social e os resultados do ensino aos surdos-mudos ser acompanhando a demonstração. A iniciativa que tiveram as religiosas do Instituto Santa Therezinha de realizarem uma demonstração publica dos resultados obtidos pelo uso do systema belga de ensino dos surdos-mudos é das que merece despertar o maior interesse em todas as pessoas cultas e de coração bem formado. Até pouco tempo, nada ou quase nada tinha sido feito no Brasil, não só em relação ao amparo que merecem os surdos-mudos, como também em relação ao estudo estatístico, etiológico, prophylatico e social não foram jamais focalizados (DIÁRIO DA NOITE, 1937, p. 04.). A Escola Epheta desde 1950 trabalha com a reabilitação da pessoa com deficiência auditiva, seguindo a metodologia própria [...] com o trabalho para a aquisição da linguagem oral propõe o desenvolvimento da percepção auditiva e as experiências com a linguagem no sentido de promover o enriquecimento linguístico [...] o desenvolvimento da percepção auditiva acontece por meio da aquisição de habilidades auditivas (capacidade de detecção, discriminação, reconhecimento e compreensão auditiva), ou seja, ensinar o usuário a ouvir. (A ESCOLA EPHETA... 2013, p. 8)

---

<sup>38</sup> A Escola Epheta esteve relacionada à Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria e foi fundada em 1950 pela religiosa Nydia Garcez, que ficou surda aos 5 anos de idade. Inicialmente, foi chamada de Escola para Surdas-mudas, mais tarde, passou a se chamar Escola para Surdos Epheta, cuja sua denominação atual é "Escola de Educação Especial Epheta", mais conhecida como "Escola Epheta" (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 17).

Nesse contexto, a concepção de deficiência está ligada à questão da capacitação desse indivíduo, de ele ser útil para a sociedade. Assim, a Igreja empreendeu uma proposta pedagógica para as pessoas com surdez dentro de classes homogêneas com vistas a capacitá-las e, para isso, se aliou às concepções médico-terapêuticas, abraçando seus ideais, adaptando-os aos moldes da fé. Atuaria, assim, através de exercícios de poder que se articularam em potentes mecanismos que marcaram e classificaram aqueles sujeitos.

Pensar nesses processos como formas de exercícios de poder não é compreender o poder como aquele que se exerce como um sistema de dominação de um grupo sobre outro e cujos efeitos atravessam o corpo social inteiro; nem que o exercício desse poder ocorre sob a forma da repressão. Pelo contrário, através desses processos empreendidos pela Instituição muito mais que “sujeitar” através da repressão, ela constituiu, partindo de diferentes dispositivos de poder, esses e muitos outros sujeitos (FOUCAULT, 1990).

Essas meticulosas operações do poder exercido pela Entidade foram desde práticas de rejeição e “salvação”, marcadas por um fechamento, até esse esquema disciplinar que se baseou num policiamento meticuloso e em técnicas de bom treinamento. Nesse sentido, a surdez, para a Igreja naquele dado momento histórico, pode ser localizada numa rede de poder e saber que, ao ser exercida, através de práticas discursivas e não discursivas, colocou em funcionamento uma série de medidas de correção e reabilitação; portanto, estratégias de integração e normalização (FOUCAULT, 1990).

Essa asseveração pode ser notada nas orientações pastorais decorrentes do Congresso de Medellín: “[...] a Conferência Episcopal faz um apelo aos responsáveis pela educação para que ofereçam oportunidades educativas a todos os homens [...] a fim de que, através dela, consigam alcançar, por si próprios, a sua integração na sociedade” (CONCLUSÕES de Medellín..., 1968, p.46).

Dessa forma, percebe-se nessa fase que a perspectiva educacional oralista predomina nos quadros educativos das instituições especiais ligadas à Igreja. Esta, por sua vez, estabeleceu em suas escolas especiais uma abordagem educacional voltada para a filosofia do oralismo, precisando toda uma produção em torno da visão clínica da surdez, constituindo a fala uma necessidade de solução da inserção do surdo na sociedade.

Assim, vale pontuar que a Igreja construiu um conjunto de saberes político-pedagógicos para a constituição de seu corpo de *expertise*, a fim de que fossem garantidas práticas relacionadas à propagação da política por ela instituída. Dessa forma, os saberes da Instituição foram legitimados pelo seu corpo de *expertise*: suas escolas, seus religiosos, etc., refinando meticulosamente o investimento de seu poder, constituindo-se, nessa engrenagem, como uma estratégia de enquadramento dos sujeitos, especialmente em razão da necessidade de produzir indivíduos dóceis, maleáveis, administráveis.

Conforme Foucault (1999), essa disciplina de docilizar os corpos aumenta, ao mesmo tempo, a utilidade deles, pois dissocia o poder do corpo, fazendo dele, por um lado, uma “aptidão” e, por outro, submetendo-o, a partir dessa mesma disciplina, a uma sujeição estrita.

Assim, pode-se sopesar que os discursos enunciados da Igreja se adaptavam aos interesses e demandas dos ideais institucionais próprios e das nascentes mudanças sociopolíticas da sociedade brasileira, com vistas a um projeto eclesial maior de assegurar à doutrina cristã o privilégio de ser reconhecida como exclusiva fonte de orientação moral e redentora.

Nesse sentido, o episcopado trabalhava na perspectiva de fazer com que o Brasil fosse conduzido por uma ordem cristã, que reconquistasse o campo social para submetê-lo à sua própria influência. Como salienta Azzi (2008), a ingerência da Igreja na história social, política, econômica e cultural do País foi realizada de forma significativa, ainda que a sua hierarquia eclesial defendesse o ponto de vista de que sua missão principal fora de caráter estritamente religioso. O seu projeto de sacralização, porém, fora empreendido, transformando-se em variadas concretizações efetivas de influência católica, a partir de formas diversificadas de atuação.

#### 4.2 MODELO SOCIOANTROPOLÓGICO E DISCURSO RELIGIOSO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Em outra direção, a abordagem socioantropológica surgia no cenário educacional brasileiro e, com ela, outra visão era tecida sobre a surdez, pois esta fora compreendida como uma diferença cultural e não como uma patologia médica. Nessa perspectiva, a Igreja passa a desenvolver ideais relacionados à premissa de que os surdos vivenciavam um déficit de audição que os impedia de adquirir a língua oral-auditiva, mas que seria possível a “restauração” de sua audição, a partir da utilização de estratégias pautadas na linguagem espaço-visual, assim como comportamentos e valores culturais próprios dos surdos.

A visibilidade e as enunciações discursivas da surdez são transmutadas a partir da aceitação do uso dos gestos. A normalização desses sujeitos é vista sob a asserção enunciativa de uma cultura própria, a qual deve ser levada em consideração no processo do *efatá* desses indivíduos. Destarte, a modernização dos discursos e das técnicas de disciplinamento dos surdos é transmutada e sofisticada pelas Igreja.

Os discursos, enumerados abaixo, proferidos pela Santa Sé, denotam esse perfilhamento a posturas pedagógicas centradas na linguagem visual e nas singularidades próprias da surdez: a chamada cultura surda:

A Igreja, ao longo de sua história, sempre se preocupou com os que mais sofrem, com os marginalizados, com os excluídos. O surdo é excluído pela sua linguagem e pela sua cultura, que se diferencia do mundo ouvinte. A Pastoral quer enfatizar a igualdade de todos os seres humanos. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 24).

A cultura dos surdos como diferença cultural constitui uma atividade criadora. É composta de símbolos e práticas bem diferentes dos da cultura ouvinte. É disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Ela possibilita o surdo desenvolver sua autonomia [...] a Pastoral do surdo quer ultrapassar a exclusão e a normalização às quais o surdo está sujeito, afirmando uma concepção dos direitos que possibilita a compreensão de sua existência como sujeito diferente. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 32).

[...] o surdo tem uma cultura visual elaborada, enquanto o ouvinte tem uma cultura auditiva. Para interagir com ele, é preciso conhecer ou usar sua forma de comunicação [...]. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 32).

Essas enunciações da Instituição, de um modo geral, se redefinem e se ressignificam a partir do contexto sociopolítico que se delineia no País. Observa-se que, nessa nova configuração contextual, a readaptação política à continuidade socioeconômica do capitalismo internacional é bem evidente. Isso, por sua vez, influenciou nos modos de proceder à educação, incidindo em ações de ordem tecnocrática no processo educativo.

Além disso, vários movimentos surgem a partir dos anos 80, requerendo a participação plena e a igualdade das pessoas com deficiência.

Em relação aos deficientes, essa década foi significativa para o movimento, surgindo em 1984 a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (Febec), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (Morhan). Em dezembro do mesmo ano foi fundado o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes, que reuniu as quatro entidades e substituiu a Coalisão Nacional

organizada em Brasília em 1980, no primeiro encontro nacional acima referido. (JANNUZZI, 2004, p. 09).

Começa a haver, na sociedade, a luta pelo reconhecimento da legitimidade cultural e política de diversos grupos sociais e, nessa conjuntura, a Igreja se apresenta, imprimindo sua participação nesses processos de legitimação das demandas relacionadas aos direitos individuais, atuando material e simbolicamente na concepção de um conjunto de direitos. A Santa Sé, por ocasião do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, emitiu um Documento que expõe:

A criança e o jovem deficientes têm evidentemente o direito à instrução. Esta ser-lhes-á assegurada, quanto possível, por meio de uma escolaridade normal, ou também mediante escolas especializadas segundo a natureza dos deficientes. Quando vier a ser precisa escolarização domiciliar, é para desejar que as Autoridades competentes forneçam os meios necessários às famílias. Deverá igualmente ser tornado possível e facilitado o acesso ao ensino superior e uma oportuna assistência pós-escolar. (IGREJA CATÓLICA, 1981, p. 05).

Percebe-se que esse discurso acima foi eminentemente reformulado, pois anteriormente à década de 80, havia enunciações circunscritas ao acolhimento, ao elemento médico-terapêutico e à caridade. A Igreja muda, então, suas orientações e centra-se em um discurso pautado na integração, em direitos, em particularidades específicas desses sujeitos sociais. Há a evidência de um novo tratamento e a legitimação de novas ações.

As condições de produção desse discurso, ainda que este tenha sido reestruturado, são ainda determinadas por posições ideológicas centradas nas relações de verdade e poder da Instituição. Esta, com vistas a manter sua influência na sociedade e a dependência dos sujeitos em relação a ela, tece uma verdade sobre a deficiência, e esta verdade é composta pelo poder, sendo geradora de efeitos de poder na sociedade. Não pode, entretanto, ser dissociada dos domínios de saber e das condições políticas que a constituem.

Tal processo atua de forma molecular na sociedade, nos saberes instituídos sobre a deficiência, na família, em outros sujeitos, ou seja, na constituição dos vários modos de subjetivação e também de formas de pensar e de agir no social (FOUCAULT, 2003). Daí o readaptar-se da Santa Sé às novas posições da sociedade brasileira em relação à educação de vários grupos sociais. Nas palavras da Igreja:

As mesmas palavras pronunciadas pelo Cristo se tornam agora [...], motivo de celebração e festa. O mesmo Effatá continua pelos séculos dos séculos a

ecoar na vida dos surdos e surdas do mundo inteiro, que revivem e atualizam o milagre perto da Galiléia [...]. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 5).

O *Efatá*, aqui nessa conjuntura, é professado de forma a se alinhar com os novos elementos referentes à vida das pessoas com surdez no cenário nacional: o reconhecimento de uma linguagem própria dos surdos e de suas particularidades. A partir de um trabalho cotidiano, a Igreja e suas escolas católicas vão promovendo uma articulação maior entre a fé e os novos delineamentos sociopolíticos, na perspectiva de avigorar sua presença na sociedade.

Nesse exercício, o poder é operado, um exercício que permite construir uma lógica em que, ao se incluir o surdo, se estaria proporcionando a esse sujeito certa seguridade, proteção e salvação, circunstância que, ao mesmo tempo, despertaria, nos outros sujeitos não surdos, empatia e inclinação aos parâmetros da Santa Sé.

Nessa perspectiva, desperta o modelo socioantropológico no cenário educacional dos sujeitos com surdez, e esse modelo irá atentar para a surdez como uma diferença cultural e com situações linguísticas específicas. Desse modo, a questão da surdez encontrará suporte na visão de não ver a deficiência como uma doença a ser medicalizada, mas como uma possível diferença a ser considerada.

Pode-se afirmar que esse momento na conjuntura educacional brasileira não foi apenas possibilitada pelas novas inclinações políticas e econômicas que figuravam no País. Mas, quando os surdos passaram a se organizar em associações e outros meios, eles começam a demonstrar resistência aos modelos dos saberes e à própria ordem dos discursos oficiais (LOPES, 2011).

O que é contundente nesse momento é a adequação dos discursos da Igreja às novas configurações que se apresentavam. E, no tocante não apenas à surdez, mas também a outras deficiências, a Santa Sé, nessa nova conjuntura, tece um discurso, o qual se deve tornar essencial como fundamento para a elaboração de saberes. Estes, por sua vez, viram a possibilidade de novos caminhos de intervenção, não só na surdez, como também na educação em geral (LOPES, 2011).

O discurso inserido logo abaixo evidencia essa transmutação discursiva da Igreja:

Desde o início, a Pastoral do Surdo se move pela palavra de Jesus: *Efatá*. A mensagem que Jesus de Nazaré transmite significa colocar os surdos em contato com outros surdos, para encontrar não somente a cultura surda, sua identidade e história, mas também o valor da vida [...] em Pentecostes, cada um escutou na sua própria língua. É a prova não só da fidelidade cultural ao interlocutor, mas especialmente, da consideração particular de cada um [...] a Pastoral dos Surdos se preocupa com os direitos dos Surdos desde o acesso à



educação até a aposentadoria. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 26; 28).

Percebe-se, primeiramente, que a enunciação discursiva acima evidencia e atesta uma verdade atemporal provinda do divino, que é o *efatá*, através do qual os surdos em contato com outros surdos encontrarão significado para suas vidas, pois vivenciarão sua identidade, sua cultura e sua própria vida. Pode-se observar, nessa enunciação discursiva, que a Igreja através da Pastoral se erige em intérprete do surdo, modificando seu discurso para a ótica da diferença cultural.

No entanto, é importante ressaltar que a Instituição não apenas se erige como intérprete do surdo na população envolvente, como do surdo com o outro surdo, e do surdo com ele mesmo, na medida em que enuncia o *efatá* como obra divina salvadora, portanto pertencente à porta-voz do divino que é a Igreja e, como mediadora, ela adentra as especificidade dos surdos, contempla essas mesmas singularidades e, por tal ação, ela tece verdades e saberes e realiza funções próprias do Estado (como a promoção econômica, da saúde e da educação). Por tudo isso e, principalmente, por seu discurso se constituir na própria voz do Divino, através de seus intermediários, a Igreja se erige como uma referência a ser considerada e respeitada pelos surdos e por outras pessoas envolvidas com a surdez.

Ainda se colocando como intérprete do surdo, a Igreja forma em seus quadros intérpretes, salientando que estes “tornam-se com o surdo um outro surdo” (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 49), utilizando a linguagem própria dos surdos, pois “o intérprete exerce uma função de inestimável valor, dando audição ao surdo através do bailar de suas mãos” e, assim, “organizando sua presença viva e atuando significativamente na Igreja, a Pastoral dos Surdos do Brasil *segue trabalhando*” (grifos nossos) (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 49).

Essa agilidade de se mostrar como estando no lugar do outro, sendo ele próprio (o outro), facilita a sua estratégia de se mostrar necessária e de manter sua permanência na sociedade. Além disso, os saberes que são legitimados dessa relação da Santa Sé com a surdez perpassam pela ciência, ou seja, a Igreja estabelece relações com a ciência (linguística descritiva, antropologia, educação) para garantir seriedade, sendo imperativa essa relação. Daí, muitas vezes, a instrumentalização dos conhecimentos, pois a ciência é um instrumento e a finalidade é religiosa.

Além disso, para a Igreja, os intérpretes de surdos devem exercer sua função de forma apostolar, pois esta prescinde de abnegação e sacrifício, pois eles, assim como os apóstolos,

“são os missionários que falam em nome de Jesus e darão a salvação e libertação de Jesus Cristo” (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 54).

Essa configuração discursiva adentra uma mecânica de poder que põe em funcionamento, na sociedade, o ideário científico-religioso acerca da surdez, investindo capilarmente no domínio do território da surdez: intérpretes, surdos, ouvintes envolvidos, etc., de forma a instaurar dispositivos disciplinares e, para isso, outorga sua prática para com os surdos como porta-voz do divino. Dessa forma, faz com que se mostre como necessária e a sua permanência no meio social como fundamental para gerir vidas.

Percebe-se que a Instituição instaura discursos sobre a surdez colocando-se como um agente exclusivo do discurso. Ela procura apagar sua relação com o interlocutor contendo a polissemia da linguagem, e, nesse constante cercamento do objeto, seus discursos sobre a surdez produzem uma imposição à paráfrase, que encaminha para o que já foi dito, para a repetição, para a contenção.

Essa é uma tentativa do sujeito de fazer com que o discurso não tenha seus sentidos múltiplos, polissêmicos, pois o agente procura impedir que o interlocutor se aproxime do referente. Os sentidos veiculados devem ser tomados como o único sentido e, por conseguinte, como verdadeiro (ORLANDI, 1996).

O discurso religioso possui características próprias que o configuram como monossêmico, ou seja, os sentidos não podem ser quaisquer sentidos, pois a assimetria que o caracteriza outorga-lhe propriedade e veracidade porque ora, e a voz de Deus se fala nos seus representantes religiosos, orientados pelo livro sagrado, a *Bíblia*. E essa relação simbólica não altera o poder do dizer divino.

Por isso, observa-se, nos discursos da Igreja proferidos em relação à surdez, esse caráter autoritário, mas ao mesmo tempo imbuído de uma natureza altruística, o qual se integra completamente aos anseios e aspirações de seus interlocutores. O discurso, a seguir, demonstra essa asserção:

A pedagogia da revelação é uma pedagogia da palavra *bíblia* (grifo nosso). Em Pentecostes, cada um escutou na sua própria língua. É a prova não só da fidelidade cultural ao interlocutor, mas, especialmente, da consideração particular de cada um. A pedagogia da fé é uma pedagogia do dialeto, dos dialetos da língua de sinais, são os vestígios de Deus. A comunicação é um sistema de relações humanas, profundamente humanas. Deus é o inventor das linguagens de sinais, é o criador dos significados. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 26).

Nesse discurso, pode ser observada a assimetria, ou seja, ele reflete a voz de Deus, enquanto o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o leitor ou “ouvinte” é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Isto é, há um desnivelamento fundamental na relação entre a voz de Deus (falada através de autoridades religiosas) e o “ouvinte”/leitor. Estes pertencem a duas ordens de mundo diferentes e marcadas por um valor hierárquico em que o mundo espiritual é superior ao temporal (ORLANDI, 1996).

E essa situação, ao ser percebida numa análise discursiva, evidenciará que, dessa assimetria original, irá decorrer várias outras, as quais demonstraram o processo ideológico da constituição discursiva e como esse processo ocorre mediante uma transposição desse fenômeno para as relações de poder que dessas práticas discursivas decorrem.

E de como essas mesmas práticas discursivas atuam nas subjetividades e objetividades dos sujeitos, pautando e orientando o modo de vida deles envolvido nessas teias discursivas. Assim, em relação ao discurso acima esboçado, ele estrutura a percepção de que os surdos devem ter em relação ao mundo, à linguagem, à comunicação a partir dos sinais, em relação ao divino e como eles devem se relacionar com o mundo temporal.

A relação simbólica que a Instituição vivencia com a surdez atua diretamente nas suas necessidades mais essenciais, como pode ser observado no discurso a seguir:

A Pastoral dos Surdos quer ultrapassar a exclusão e a normalização às quais o surdo está sujeito, afirmando uma concepção dos direitos que possibilita a compreensão de sua existência como sujeito diferente. (PASTORAL DOS SURDOS, 2006, p. 32).

Conforme Bourdieu (2004), em sua definição acerca do *habitus*, ele salienta que este último se configura como um sistema de disposições, esquemas básicos de percepção, compreensão e ação. Por conseguinte, o *habitus* é estruturado (pelas condições sociais) e estruturante (gerando práticas e esquemas de percepção e apreciação); e a união destas duas capacidades do *habitus* constitui “estilo de vida”, de onde surgem as práticas sociais e onde o discurso se coloca como lugar das formas de se compreender e perceber o mundo.

Dessa forma, o discurso não tem apenas a função de informar, ou seja, de conduzir de forma neutra mensagens de um emissor a um receptor, já que o processo não pode ser apreendido somente por esse viés. Ele expressa também a posição que o falante ocupa e se constitui, portanto, em uma arena de jogos onde se travam disputas ideológicas, onde se exercem formas de poder.

Nesse sentido, os discursos da Igreja Católica podem ser configurados dentro de um mecanismo de poder simbólico de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem de conhecimento e apreensão e, por conseguinte, uma visão de mundo, agindo assim sobre esse mesmo mundo. Daí essa aproximação com diversos setores e sujeitos sociais em vários momentos históricos, pois o discurso se exerce na sua ação comunicativa, ele veicula valores, significados, ideologias que se entornam no cotidiano dos vários sujeitos sociais e, desse modo, se configura como forma de dominação e exercício de poder (BOURDIEU, 2004).

Conforme Foucault (1999), esse poder se imiscui de forma muito meticulosa operando a partir de necessidades reais e específicas dos sujeitos, sendo ele exercido pela ótica de que seja reconhecido por parte dos que a ele estão submetidos, tornando natural o processo de legitimação e de autoridade. Assim, a Igreja se mantém como uma instituição que procura se adaptar aos momentos históricos e aos vários sujeitos sociais, porque dotada de carisma, de excelência nos seus saberes, de legitimidade de sua autoridade como autêntica instância representativa dos valores sociais humanos.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo ocorrendo essas relações metulosas da Igreja em relação aos surdos, relações estas, de saber e de poder, através das quais foram desenvolvidos mecanismos de controle e domínio, ocorreu resistência desse grupo social.

É só atentar para os aspectos simbólicos: insistência de se comunicar utilizando gestos, produção de materiais escritos, como livros, em que a linguagem gestual foi contemplada, religiosos surdos que se tornaram mediadores entre seus pares, etc. Estas situações representaram marcas de resistência nessa relação discursiva da Santa Sé para com os surdos. E esses artefatos, ações, reações, discursos serviram para a formação de um espaço permeado por táticas espaciais e não espaciais, dando voz às suas artes.

Nesse caminho relacional entre Igreja e surdos, as práticas sociais destes últimos, naquele dado momento conjuntural, emergiram e estabeleceram táticas de consumo do que lhes era oferecido, e, estas táticas foram capazes de compor uma antidisciplina na qual o 'fraco' usa o 'forte' para resistir à disciplina (CERTEAU, 1990).

Foram utilizadas maneiras de fazer constituindo-se em estratégias e táticas cotidianas, as quais foram realizadas a partir de um cálculo das relações de força, ou seja, uma instituição ou um sujeito de desejo e poder, na posição de 'próprio', diferencia-se de um alvo, o 'outro'. Esse 'outro' mesmo não tendo um lugar privilegiado de poder para se abrigar, utiliza da tática, a qual se configura em um cálculo realizado desprovido de domínio sobre o tempo, e, baseado em uma astúcia significativa para a sobrevivência e resistência dos sujeitos comuns,

envolvidos em relações de poder capazes de desorganizar situações a partir dos usos transgressivos de elementos que fazem parte dessa própria situação (CERTEAU, 1990).

## **5 “MILAGRE DO EFATÁ”: “ABRE-TE”: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO DISCURSO DA IGREJA PARA COM A SURDEZ**

Conforme escrito no capítulo anterior, percebeu-se que os discursos da Igreja em relação à surdez entre os anos de 1950 e 1980 conformaram-se consoante a condição de emergência em que a sociedade se apresentava. Dessa forma, os vestígios históricos de constituição e produção discursiva da Instituição foram determinantes para a formulação, circulação e manutenção dos discursos sobre a surdez, assim como de outras deficiências, sustentando-a como uma das autoridades sociais de saberes acerca da surdez.

Nessa relação discursiva, os sujeitos sociais encontraram-se expostos à ideologia, construíram um saber que não foi ensinado, mas que se encontrava em constante andamento, produzindo assim seus efeitos. E isso, mediante a constituição subjetiva de uma pedagogia muito bem articulada e que foi acessível aos diversos sujeitos sociais de forma a conquistá-los, a persuadi-los, etc.

Por isso, a Igreja Católica se articulou de forma a continuar falando do lugar que sempre ocupou, porque o lugar de onde se fala é regulador de sentidos. As práticas discursivas e não discursivas foram marcadas por formas e por sentidos que não foram aleatórios, tampouco estanques; eles se delinearão tendendo a formular-se, dar-se corpo (ORLANDI, 2001b).

A partir dessa relação discursiva e da formulação de sentidos imersos no objeto de estudo desta pesquisa, com as obras analisadas a seguir, buscou-se descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas e sua tentativa de controle por princípios relacionados ao poder (FOUCAULT, 2003).

Todo discurso encontra-se em uma abertura com o simbólico, concebido em uma rede formada por um processo cultural, histórico e político de produção. Nesse sentido, a compreensão da produção e do modo de interpretação refere que há um processo em uma temporalidade histórica que são marcas para além da sua materialidade (ORLANDI, 2001b).

Constitui-se em um movimento historicizado cujos discursos foram adaptados para a atualidade daquele dado momento histórico. Por isso, os dizeres se atualizaram de acordo com uma necessidade de manutenção e busca de novos lugares no espaço de continuidade social, mostrando-se necessário e indispensável, por isso, a sua reatualização. Há um embate entre o formal e o histórico, o social, o ideológico, e “as relações de poder estão simbolizadas em relações de força presentes no jogo de sentidos. Entra em cena o desejo de clareza (certeza):

faz parte, da encenação retórica do poder, advogar a clareza, a transparência, praticando assim o apagamento, o silenciamento dos outros sentidos possíveis” (ORLANDI, 2001b, p. 144).

Dessa forma, na condição de produção desses discursos, houve um trabalho meticuloso com os sentidos que procuraram se repetir, mas que se readaptaram aos novos tempos que ora se apresentavam. Evidenciou-se, assim, que os discursos da Instituição não apenas em relação a surdez, mas, em outros assuntos, tanto se fez fonte de poder quanto passou a representar instrumento para seu exercício efetivo no âmbito social.

A sua produção discursiva procurou se sustentar na égide das novas necessidades sociais, econômicas e políticas que se apresentavam na sociedade brasileira. Porém seu escopo maior foi perseguido e se definiu na continuação de manter a mensagem evangélica católica como o verdadeiro caminho e verdade suprema, além, é claro, em função de suas pretensões, de se recolocar ao lado do Estado na definição da ordem social e das políticas públicas (MAINWARING, 2004).

No que tange aos discursos sobre os sujeitos surdos, a Igreja empreende um novo *efatá*, ou seja, anteriormente era proposto, em seus quadros, um trabalho com os surdos centrado na filosofia oralista em que a competência oral era da maior importância para integração desses sujeitos na sociedade. Agora, o *efatá* será transmutado, repensado a partir da filosofia educacional da Comunicação Total em que a linguagem dos gestos também será contemplada.

O *abre-te* será o novo milagre de abertura dos ouvidos dos surdos, passando primordialmente essa abertura pelo filtro do Evangelho e, depois, seguindo no processo de vivência na sociedade, mas perpetuando a mensagem salvífica da Igreja e miraculosa para o mundo. Nas palavras do Padre Eugênio Oates sobre o milagre de Jesus para com o surdo:

Voltou Jesus novamente do território de Tiro, atravessando a Sidônia, até junto ao mar da Galileia, no território da Décapole. Conduziram-lhe então um surdo-mudo e lhe suplicavam que impusesse a mão sobre ele. Levando-o à parte, afastado da turba, colocou os dedos nos ouvidos dele, e pôs da própria saliva na língua dele, e, olhando para o céu, suspirou e disse-lhe: *Efatá!* Que significa abre-te no mesmo instante seus ouvidos se abriram soltou-se a prisão da língua e falava corretamente (Marcos 7: 31-37). Aqui vemos Jesus Cristo, o Deus homem, o Bom Pastor parando por uns minutos para se comunicar com um pobre surdo-mudo. Parece que o Nosso Senhor deixa o resto do universo cuidar de si mesmo enquanto ele acolhe e cura este filho de Deus. Na última ceia Jesus disse: “Eu vos dei o exemplo, como eu fiz vós outros deveis fazer” (João 13:15) Será que nós podemos fazer um milagre? Sim, podemos! É o milagre de abrir a mente e o coração dos surdos aos tesouros infinitos de Deus. Oxalá tudo que façamos seja como um eco distante da voz do Divino Mestre: *Efatá!* (OATES, 1983, p. 58).

O discurso milagroso do *efatá* se dará na perspectiva do possibilitar a comunicação desses surdos atuando naquilo que é próprio deles, a linguagem dos sinais, e outros meios que viabilizem a comunicação. Será, nesse momento, um processo de recuperação, contudo uma recuperação do falar e do ouvir (de modos singulares) fundamentado em Deus primeiramente e, depois, que sirva para a sociedade em questão, ou seja, serão da máxima importância, a integração social e a adaptação ao que é útil para essa mesma sociedade. O próprio discurso a seguir confirma essa asserção:

O que adianta a recuperação do surdo na fala ou que ele seja bem educado nas ciências, artes e técnicas se não é recuperado pela fé em Jesus Cristo e se não vibra com amor de Deus e aos outros? Qualquer recuperação sem Cristo é vã. Se desejarmos a felicidade verdadeira para os surdos devemos nos lembrar que é muito mais importante esforçar-nos na formação do seu coração como um cristão praticante do que encher sua cabeça com fatos e dados. (OATES, 1983, p. 55).

O milagre e a cura serão representados pela utilização do gesto e outros meios possíveis de comunicação. Esse *efatá* será atravessado pelo controle, pelo exercício de poder incurso pela mensagem de salvação, de iluminação, possibilitada pela Igreja. É legitimada, nesse momento, uma forma de linguagem para os surdos, também representada pela linguagem escrita referente à língua portuguesa, pois, naquele dado contexto social, a língua majoritária deveria perpassar a educação dos surdos, pois eles necessitavam se adequar à sociedade que lhes seria apresentada.

Observa-se que o surdo na sociedade brasileira foi significado por práticas discursivas que os atravessavam com verdades estabelecidas em relação à sua linguagem, que ora deveria ser oralizada, ora poderia ser gestualizada e ora poderia ser constituída pelas diversas formas de comunicação: oral, gestual e escrita, desde que esta última incluísse a língua portuguesa. E a Igreja, dentro desse quadro, abraçou todos esses meandros incursivos adotados na educação dos surdos, e, nesses aspectos, é que se pode asseverar a transmutação do *efatá* no trabalho da Instituição para com os surdos.

Daí as análises das obras que se seguem: a sua materialidade e discursividade (não acontecendo este estudo de forma linear quanto aos anos das publicações) apresentaram um discurso que se foi estabelecendo conformando-se com as novas perspectivas estruturais dos novos tempos, mas sem perder de vista a mensagem central da Igreja.



### 5.1 ANÁLISE ENUNCIATIVA DAS OBRAS: *LINGUAGEM DAS MÃOS, NO SILÊNCIO DA FÉ E LINGUAGEM DE SINAIS DO BRASIL*, DO PADRE EUGÊNIO OATES, E *E OS SURDOS OUVIRÃO*, DE NYDIA GARCEZ

- **Livro** *Linguagem das mãos*

A primeira obra analisada foi o livro *Linguagem das mãos*, publicado pela primeira vez em 1969, tendo vinte edições relançadas. O autor Eugênio Oates, oriundo dos Estados Unidos, foi um padre da Ordem Redentorista enviado para o Brasil nos anos 40 para a realização de trabalhos missionários. Iniciou sua vida missionária na Amazônia, viajando por todo o território nacional.

No ano de 1946, dedicou-se ao exercício catequético com os surdos, realizando um trabalho metucioso de compilação do repertório lexicográfico da linguagem de sinais brasileira, por várias regiões do Brasil. Esse religioso passou a estudar o que ele chamou, inicialmente, de linguagem mímica, considerando-a como um meio natural de comunicação. Por isso, através desse livro, ele construiu um dicionário que, para a época, era considerada uma técnica moderna de agrupamento de palavras por campos semânticos.

A obra possui 325 páginas, e observa-se a distribuição das palavras/sinais em áreas: cores, nomes, homem, família, alimentos, bebidas, animais, o mundo e a natureza, tempo, regiões do mundo, etc. Além disso, há a classificação de verbos, substantivos, preposições, etc. Os sinais são representados através de fotografias tiradas pelo próprio padre na realização do sinal. A confecção do dicionário também é inovadora para a época, pois o religioso, através de suas viagens pelo território nacional e observando a importância do regionalismo, buscou elaborar um dicionário que contemplasse essas particularidades da *linguagem mímica* de cada região.

O livro apresenta, introdutoriamente, três textos, antes de proceder à compilação lexicográfica. O primeiro, denominado “Palavras do Exmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos”, é subscrito pelo diretor do INES, Dr. Murillo Rodrigues Campello, que apresenta o autor e a relevância da obra. O segundo texto, intitulado “Apresentação”, apresenta a assinatura do Pe. Vicente de Paulo Penido Burnier, Chanceler e Secretário da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Juiz de Fora-MG.

O Padre Vicente Penido Burnier tece comentários sobre o autor, apresentando o modo como o dicionário foi organizado, notadamente em relação à seleção dos sinais a partir de coleta em todo o território nacional. No terceiro texto, intitulado “Prefácio do autor”, observamos uma preocupação em explicitar o modo como se devem compreender os sinais,

chamando a atenção para a expressão facial, o tempo de realização do sinal, a diferença entre um enunciado da língua de sinais e um enunciado em língua portuguesa, a relação sinonímica entre sinais, os sinais que são regionais.

O autor afirma também que o objetivo da obra é ajudar os surdos-mudos<sup>39</sup> brasileiros a terem um “melhor entrosamento” com a sociedade e com os que têm contato com eles, esperando que a obra os “aproxime de Deus”.

Figura 1 – Capa do Livro *Linguagem das mãos*



Fonte: Oates (1969).

<sup>39</sup> Termo ainda utilizado nos anos 60 e 70 para designar os surdos.

Em relação à representação imagética na capa vê-se a figura do alfabeto de língua de sinais sinalizado a partir das mãos. O título vem expresso na cor vermelha e com letras maiores do que o restante que compõe a capa. Além da mensagem literal ou denotada, evidenciada pela descrição, existe marcadamente uma mensagem simbólica ou conotada vinculada ao saber preexistente e compartilhada pelo público leitor.

Para a época, a sinalização do alfabeto manual representado em uma capa de livro pode ser considerada um importante marco para situar a chamada linguagem de sinais diante do processo de oralização que ainda era majoritário no ensino para com os surdos. Apesar de o próprio Padre Eugênio Oates salientar “que o melhor meio de comunicação entre os surdos deveria ser a linguagem oral, ensinada pelos professores do Instituto Nacional de Educação de Surdos” (apud CAMPELLO, 1969, p. 1).

Ele salientava que, em virtude de muitos surdos ainda não terem tido a oportunidade de frequentar uma escola, uma promissora alternativa seria viabilizar a linguagem de sinais como meio de comunicação para que se fizessem entender (CAMPELLO, 1969).

Segundo Costa (2010), a partir de 1925, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, vislumbrando a possibilidade de profissionalização destes, institui em seus quadros um plano pedagógico que compreendia duas áreas a serem trabalhadas, chamadas de oral e silenciosa. Esta última é responsável pela linguagem escrita e, para tanto, deveria tentar substituir a mímica pela datilologia, que designava a representação do alfabeto por meio das mãos.

Referência na educação de surdos no Brasil, essa instituição tem sido responsável por balizar orientações de cunho didático-pedagógico na educação desses sujeitos sociais no país desde o ano de 1857<sup>40</sup>. A representação do alfabeto manual na capa da obra analisada correspondia a essa realidade contextual brasileira: dada a necessidade de profissionalizar esses indivíduos, era mister a aprendizagem da linguagem escrita, daí a importância de mediar esse aprendizado através do aprendizado do alfabeto manual e, conseqüentemente, da datilologia de palavras, assim como da representação gestual, pois, para aqueles religiosos e outros profissionais que exerciam trabalhos com os surdos, seriam uma ponte para o aprendizado da língua dos ouvintes (COSTA, J., 2010).

No que tange às enunciações discursivas da obra, percebe-se que tais discursos se constituíram em verdades que definiram a vida de muitos daqueles sujeitos surdos, pois os dispositivos ali presentes podem ser percebidos como arranjos de poder em relações dispersas

---

<sup>40</sup> Para um aprofundamento maior sobre o histórico do INES, ver Rocha (2007).

no cotidiano, possibilitando afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdade em torno do que seria ideal para a vivência daqueles indivíduos em sociedade (FOUCAULT, 1986). O discurso a seguir elucida essa asserção:

No mundo silencioso dos surdos vemos a necessidade e utilidade da linguagem-mímica. Por meio de gestos e mímica uma criança surda começa a compreender as coisas. É o início do caminho longo e árduo para tal criança ser finalmente surda falante [...] o objetivo deste manual é simplesmente o de ajudar os surdos-mudos brasileiros a terem um melhor entrosamento na sociedade e que haja um melhoramento contínuo na sua vida social, educacional, recreativa, econômica e religiosa. (OATES, 1969, p.11-12).

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), durante um longo tempo, realizou um trabalho para com os surdos com a presença de religiosos em seus quadros, inclusive havia uma disciplina relacionada a Doutrina Cristã. O Pe. Eugênio Oates foi um desses religiosos que estabeleceram uma relação bastante próxima com o Instituto (ROCHA, 2007). Segundo Silva (2008), a experiência católica forjou no Brasil uma base geográfica formada por uma rede de escolas e associações que permitiram a reintrodução da chamada Linguagem de Sinais na educação de surdos. Além disso, através de suas práticas, levaram suas ideias para além dos domínios de suas instituições, influenciando outras instituições religiosas ou mesmo políticas pedagógicas relativas à surdez no espaço público.

Nesse sentido, as produções discursivas da Igreja a partir da década de 60, no Brasil, começam a se voltar para a linguagem de sinais, porém esta seria um elemento somativo a outros meios para viabilizar a comunicação dos surdos e sua integração no meio social. Percebe-se que a educação desses sujeitos se foi deslocando de foco quanto à posição que eles poderiam assumir na sociedade, a chamada normalização do corpo, bem mais aliada à ideologia de uniformização, disciplinarização e homogeneidade dos indivíduos (FOUCAULT, 2001).

No texto de abertura da obra, o autor, Dr. Murillo R. Campello, na época diretor do INES, salienta que a ideia do livro surgiu da sensibilidade do padre Oates em relação ao problema dos surdos. Mesmo considerando que a linguagem oral era a mais importante para a integração e comunicação do surdo na sociedade, Oates ressaltava a linguagem de sinais como o meio de comunicação natural dos surdos (BURNIER, V., 1969) e, por conseguinte, um meio que deveria receber uma atenção maior para o seu aprendizado e ensino.

Por isso, o religioso pensou na construção de uma obra que reunisse o código de mímica dos surdos. Nela, Oates reuniu sinais de todo o território nacional por onde ele havia

feito missões e organizou um dicionário de mímica. Há ainda conversas de que o religioso teria adicionado alguns sinais não existentes na linguagem de sinais da época.

No livro, o religioso fornece instruções e explicações introdutórias sobre a estrutura e organização da linguagem mímica. Orienta sobre a utilização adequada no uso das expressões faciais, estas últimas atualmente denominados "sinais não manuais", ressaltando que essas expressões possuíam propriedades de mudança do sentido, de acordo com o ritmo da sua realização.

Além disso, evidenciou a distinção do movimento, mostrando que, a depender da intensidade da realização, poderia ocorrer mudança de sentido do sinal como, por exemplo: de forma lenta, o dedo indicador quando colocado em frente à boca expressa "silêncio", e a mesma ação com movimento rápido expressa "cale a boca!" (OATES, 1969). O religioso deu orientações também sobre a direção do olhar, este podendo incorrer em funções de expressão de sentido.

Assim, percebe-se, conforme Foucault (1999 a), que esses discursos da Igreja integram relações de saber e poder, visando conduzir numa certa direção: a homogeneização, a disciplinarização, o domínio, a influência e como tudo isso pode se tornar uma generalidade, uma recorrência, não sendo uma coisa em si, mas um efeito que seu funcionamento pode alcançar. Formam-se, então, regimes de verdade que se inscrevem no social e se estabelecem na separação entre o verdadeiro e o falso. Esses discursos ocuparam uma função estratégica concreta, inscrevendo-se em uma relação de poder.

Dessa forma, esses regimes de verdade funcionam na medida em que eles veicularam representações, isto é, na medida em que as práticas discursivas e não discursivas produzidas foram reverberadas na consciência e na prática dos sujeitos sociais. Veiculando representações, a Instituição agiu sobre a consciência, a vontade, os sentimentos dos indivíduos e grupos, de modo a guiar suas ações e tomadas de decisão. Exerceu, assim, uma direção intelectual, moral sobre os grupos sociais, atuando pela convicção e pela adesão da vontade, e não pela força ou pela repressão física.

- **Livro** *No silêncio da fé*

A segunda investida analítica incidiu sobre a obra *No silêncio da fé*, publicada em 1961 pela Editora Santuário de Aparecida e permitida pela Ordem dos Superiores Redentoristas. O livro foi escrito pelo Pe Eugênio Oates com a colaboração do também padre Vicente Penido

Burnier, primeiro padre “deficiente auditivo” brasileiro, e o segundo na história da Igreja Católica (PASTORAL DOS SURDOS, 2006).

A obra possui 75 páginas e traz as principais orações e doutrinas católicas: Pai-Nosso; Ave-Maria; Ato de Fé; Ato de Esperança; Ato de Caridade; Ato de Contrição; Os Sete Sacramentos; Os Dez Mandamentos, todos expressos em português e acompanhados pela chamada linguagem das mãos.

Figura 2 – Capa do Livro *No silêncio da fé*



Fonte: Oates (1961).

A língua de sinais, apesar de não receber este nome na época, encontra-se presente na obra. Aqui, ela é denominada de linguagem mímica, já concebida nesse contexto histórico como meio de comunicação espontâneo, porém rudimentar, mas potencialmente vista pelos

religiosos como uma maneira de comunicação que aconteceria via ouvinte-surdo, fundamentada e mediada principalmente pela língua portuguesa.

No que tange à discursividade imagética referente à capa, percebe-se que parte da significação global das mensagens veiculadas no livro está ligada à própria natureza de seu suporte: imagem de síntese, cores, desenhos. A retórica da imagem, como bem salienta Barthes (1980), o seu modo de persuasão e argumentação e a especificidade da conotação, isto é, a faculdade de provocar uma significação segunda a partir de uma significação primeira de um signo pleno, encontram-se bem perceptíveis no livro em pauta.

A imagem da capa pretende dizer algo a mais do que representa no primeiro grau. Como bem afirma Barthes (1980), as imagens não são propriamente as coisas que representam, elas se servem das coisas para falar de outras. Pode-se dizer que o discurso presente na capa juntamente com o título escrito evoca que a fé pode ser vivenciada e perpetuada a partir da linguagem dos gestos. Para a época, foi um acontecimento marcante em que a linguagem das mãos seria utilizada e ensinada para a ministração e perpetuação do Evangelho.

Por muito tempo, a forma de comunicação visual-gestual era proibida. Os surdos não poderiam utilizar as mãos para se comunicar, apenas o código oral poderia ser usado. As mímicas e os gestos eram vistos como não civilizados e não podendo realizar abstrações, devendo ser, portanto, preteridos pela comunicação oral. É desse contexto religioso católico que surge a primeira experiência que pode ser vista como o germe da cessão dessa experiência religiosa pedagógica oralista (SILVA, 2008).

O *efatá* realizado por Jesus no Novo Testamento no Evangelho de Marcos (7:34) aqui é reproduzido e transmutado, através do qual o *abre-te* se realiza a partir da linguagem das mãos, e esse milagre é proporcionado pela Igreja que, como porta-voz do Divino, continua praticando a boa obra do *efatá*. A obra *No silêncio da fé* é um eco que ressoa desse *efatá*. O discurso a seguir evidencia essa asserção:

Porque a eles também deve ser apregoada a palavra do Senhor, pois, embora não possam captá-la pela audição, podem captá-la pelos olhos, seja mediante a leitura labial, seja mediante a mímica. Então sim, eles também podem dar sua adesão à fé. (BURNIER, M., 1961, p. 11).

A Instituição reconhece os “deficientes da audição” e lhes concede, como remédio, os sacramentos, e isso na própria linguagem dos surdos. Esses sacramentos foram instituídos por Jesus e confiados à Igreja, e eles, na concepção católica, purificam, fortificam e santificam os indivíduos, reconduzindo-os ao estado da cura e da normalidade.

Segundo Oliveira (1985), essa doutrina da salvação, presente em muitos discursos da Santa Sé a partir de 1916, encontrava-se desvinculada da prática religiosa cotidiana, era a chamada letra morta. Com o processo de romanização, essa doutrina deveria ser difundida de modo sistemático e eficaz para todos os grupos sociais. Por isso, a relevância de investir em produções discursivas em que a comunicação por sinais passava a ocupar um lugar importante no seio do trabalho missionário para com os surdos.

Percebe-se, através da análise discursiva do livro, como se foram produzindo um processo e uma narrativa em que a surdez começa a ser afirmada em termos de particularidade linguística e cultural. O discurso abaixo elucida bem essa assertiva:

[...] o presente livrinho que une a linguagem escrita à linguagem gesticulada para que os rudimentos da fé cheguem até aquele que só podem “ouvir” a mensagem pelos olhos, seja através das letras do texto, seja através das imagens dos gestos. E é a razão porque certas fórmulas tradicionais da mensagem bíblica tiveram de ser adaptadas ao linguajar típico das mãos, sem contudo perder a autenticidade de sua significação. (BURNIER, M., 1961, p. 11).

De qualquer forma, percebe-se que esses discursos da Igreja em relação à surdez compõem um dispositivo que postula a emergência, naquele dado contexto, do reconhecimento da linguagem gestual como meio de integração daqueles sujeitos sociais na sociedade. Isso foi resultado de uma urgência histórica que possibilitou o seu surgimento, seus efeitos, suas contingências sociais, culturais e econômicas, partindo da configuração de uma nova governamentalidade de controle de grupos sociais (FOUCAULT, 1980).

Ainda parafraseando Foucault (1980), pode-se falar que a emergência desse discurso da surdez, naquele dado momento conjuntural, encontra-se vinculada ao chamado biopoder. Esse poder vai além do poder disciplinar e objetiva gerir a vida dos corpos vivos, múltiplos e multifacetados.

Constitui-se em uma forma de poder que se exerce sobre a vida e categoriza os indivíduos, ligada à sua própria individualidade e identidade, impondo-lhes uma lei da verdade. Assim, esse biopoder configura-se em uma forma de poder que rastreia, interpreta, assimila, reformula, regendo e regulando a vida social no seu próprio interior.

O discurso do *efatá*, nessa perspectiva, se insere como uma matriz de sentido com coesões para que esse sentido seja perpetuado, e os surdos se reconhecessem nele, na possibilidade de abertura que ele poderia proporcionar-lhes. Nesse contexto histórico, as



formas de dizer, os enunciados, são muito singulares, dão oportunidades a esses indivíduos. O discurso a seguir deslinda esse asserto:

No silêncio da fé de Padre Eugênio Oates em colaboração com o Padre Vicente é o verdadeiro eco, no século XX, daquele miraculoso ephata que abriu os ouvidos e desprende os laços da língua do surdo-gago da Decápole: ele permitirá que os surdos ouçam [...]. (BURNIER, M., 1961, p. 11).

Dessa forma, caracterizou-se o discurso da Igreja em relação à surdez, nesse momento histórico, como uma regularidade de práticas discursivas amarradas por um feixe complexo de relações que funcionavam como regra para se chegar até os sujeitos surdos e, concomitantemente, aos outros sujeitos sociais envolvidos com eles. O objetivo era “colocar a palavra de Deus em gestos, *esperando* (grifo nosso) que os corações dos surdos *fossem* (grifo nosso) como terra boa para recebê-la” (OATES, 1961, p. 13).

Para além disso, o discurso de assistência e de acolhimento atesta a eficiência e a dependência das pessoas em relação à Instituição, pois há estratégias discursivas que recaem no seguinte fundamento: enquanto mediadora, mais do que mediar, ela se dará a posição de estar no lugar de, ou melhor, ocupar o lugar de intérprete, de educadora, de assistente social, de mediadora entre Deus e os homens, etc., tornando-se apta a atender às mais diversas demandas, tanto as espirituais quanto as condições materiais de existência (ORLANDI, 1987).

Assim, essas enunciações discursivas se inscrevem naquele momento contextual com especificidades em que as práticas e os discursos encontravam-se imersos em relações de saber e amarrados às relações de poder.

- **Livro** *Linguagem de Sinais do Brasil*

A terceira obra analisada foi o livro *Linguagem de Sinais do Brasil* publicado em 1983. Trata-se de um manual de Linguagem de Sinais fruto de uma pesquisa realizada no Brasil, com versão em inglês – *The Sign Language of Brazil* – publicada em 1981. Três organizações se responsabilizaram pela programação e pelo apoio financeiro: Os Amigos Luteranos dos Surdos, Mill Neck Foundation e Mil Neck Manor.

Os organizadores da obra foram: o Dr. Harry W. Hoemann, professor de psicologia na Bowling Green State University – Ohio e autor de várias obras relativas à linguagem de sinais americana; a pesquisadora Shirley A. Hoemann, que também estudava a linguagem de sinais americana; e o Padre Eugênio Oates, sacerdote redentorista americano da Igreja Católica, que

se dedicou, durante trinta anos, a trabalhos missionários com os surdos no Brasil, realizando estudos na área da linguagem de sinais brasileira.

O livro possui 200 páginas e encontra-se dividido em cinco partes. A primeira parte traz textos de vários autores pesquisadores e versam sobre a estrutura da linguagem de sinais e seu uso pelos surdos. A segunda contém textos relativos a aplicações religiosas da linguagem de sinais do Brasil e reflexões cristãs catequéticas relativas aos surdos, familiares e outros sujeitos envolvidos com os surdos.

A terceira parte traz textos sobre as aplicações educacionais da linguagem de sinais do Brasil. A quarta parte apresenta os dados de quatro entrevistas registradas em videoteipes e com sua transcrição em glosas na língua portuguesa. A quinta e última parte apresenta um repertório lexicográfico da linguagem de sinais do Brasil. Nesse último capítulo, é inserido um quadro com o alfabeto manual através do desenho das letras, conjunto de numerais manuais, conjunto de 337 sinais e uma sucinta biografia de cada autor e colaboradores da pesquisa.

Figura 3 – Capa do Livro *Linguagem de Sinais do Brasil*



Fonte: W. Hoemann, S. Hoemann e Oates (1983).

Lançando um olhar analítico sobre a obra, primeiramente no que tange a sua prospecção imagética vê-se a imagem de dois jovens se comunicando utilizando o gesto. Naquele dado momento histórico, no Brasil, a linguagem dos sinais encontrava-se em um processo de aceitação nos centros educacionais e na sociedade (COSTA, J., 2010).

Daí a representação exposta na capa retratar o novo momento na educação de surdos, a língua de sinais, que naquela época ainda não tinha *status* de língua, mas de linguagem. A liberdade expressa na comunicação dos jovens evidencia que a linguagem de sinais já se encontrava gozando de uma certa manumissão no meio social, porém é importante ressaltar que essa autonomia não era plena, pois ela deveria ser utilizada como meio para se chegar à linguagem aprovada.

A mensagem visual denotada na capa é assente com o conteúdo presente na obra, em que a Comunicação Total é ressaltada como importante alternativa para a educação de surdos. E nessa filosofia educacional a linguagem gestual é permitida e assegurada.

Atentando-se para o momento histórico do Brasil do final dos anos 70 e início dos anos 80, períodos de construção e publicação da obra, conforme analisa Mainwaring (2004), após o ano de 1978 no Brasil, a abertura política já se encontrava mais equilibrada, e as relações entre Igreja e Estado melhoraram gradualmente, já que, nos anos anteriores, principalmente entre os anos de 1974 e 1978, a relação entre ambos era fundamentalmente conflituosa.

Então, após 1978, a CNBB emitiu uma série de documentos mais progressistas, os ataques contra a Igreja haviam diminuído. A administração de João Figueiredo<sup>41</sup> (1979-1985) buscou criar um regime mais aberto e evitar conflitos com a Instituição, que passou a se concentrar em questões religiosas relacionadas aos direitos humanos e a apoiar iniciativas do governo ligadas ao maior respeito pelas liberdades civis básicas, salientando um discurso, nesse momento histórico, que enfatizasse um sistema mais aberto, participativo e igualitário centrado na inclusão das massas nos benefícios do desenvolvimento e da justiça social (MAINWARING, 2004).

Sendo assim, a Santa Sé estabeleceria um discurso para com as minorias, no caso do objeto desta pesquisa, os surdos, mais próximo de sua realidade de forma a integrá-los no meio social. E, no que diz respeito à educação dessas pessoas, será reconhecida e contemplada a linguagem gestual como meio de comunicação e mais uma oportunidade para a aprendizagem da língua portuguesa. A Instituição buscou, naquele dado momento histórico,

---

<sup>41</sup> João Figueiredo foi o último presidente da República do regime militar (1979-1985). Foi um general que deu continuidade ao projeto iniciado no governo anterior de abertura do regime, como designado pelos militares, de maneira “*lenta, gradual e segura*” (MENDONÇA; FONTES, 2001).

estabelecer práticas discursivas fundamentadas na concepção de que ela é defensora dos direitos humanos e que sua imagem, a de uma Igreja aliada aos poderosos, deveria ser modificada para a de uma entidade que defende os direitos humanos e se compromete com uma real promoção social (PUCCI, 1985).

Essa asserção será bem evidenciada nas enunciações discursivas da obra. Logo na Introdução, observa-se nas palavras de um dos autores:

Quando a linguagem de sinais é considerada um recurso valioso para a comunidade dos surdos é mais provável que também seja encarada como instrumento útil para educadores e outros profissionais [...] Onde quer que as pessoas surdas tiverem a oportunidade de se associar em clubes, igrejas e nas casas umas das outras elas desenvolveram uma herança cultural rica e um meio de comunicação visual complexo conhecido como linguagem de sinais [...] e a linguagem de sinais do Brasil é uma das importantes linguagens de sinais do mundo (HOEMANN, W., 1983, p. 18-19).

Dessa forma, a linguagem de sinais é inserida nas práticas educacionais da Igreja e é reconhecida como uma rica herança e um meio de aprendizagem e de desenvolvimento desses sujeitos sociais. Por isso, o discurso evidenciado nesse momento prioriza a filosofia da Comunicação Total que, em substituição ao método puramente oral, seria considerada como uma possibilidade mais promissora para os surdos. Nas enunciações a seguir, percebe-se esse acontecimento discursivo:

[...] se conhecer a linguagem de sinais não é nenhuma desvantagem para a criança surda pequena, por que não deixar as crianças surdas terem o benefício de um meio eficaz de comunicação desde pequenas? Por que não usar um meio manual de comunicação na sala de aula? [...] uma filosofia alternativa de educação de surdos conhecida popularmente como Comunicação Total [...] todos os meios de comunicação são enfatizados, inclusive fala, leitura labial, leitura escrita, linguagem de sinais e soletração manual. (HOEMANN, W., 1983, p. 21).

A emergência de um novo discurso relativo à surdez é construída pela Instituição, e essa situação pode ser pensada, conforme Foucault (1999 a), como inscrita num jogo de poder e ligada a uma configuração de saber, tratando-se de estratégias de relações de força que sustentam tipos de saber e sendo sustentadas por eles. Além disso, como afirma Veyne (2011), essa emergência discursiva que desponta nesse cenário se configura em um dispositivo<sup>42</sup>, o qual

---

<sup>42</sup> Dispositivo, segundo Foucault (1999 a) pode ser abalizado como uma prática mais geral do que a *epistème* e pode ser ponderado como arranjos de poder em relações dispersas no cotidiano, viabilizando afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdade, que podem ser apresentados nas práticas discursivas.

empreende o saber relacionando-o a todo um conjunto de leis, direitos, regulamentos, práticas, e institucionaliza esse conjunto, revestindo-o com um estatuto de verdade.

A linguagem de sinais se configura aqui em um estatuto de verdade autorizado pela Igreja Católica e que também tem o crivo científico, pois de maneira nenhuma, nesse dado contexto histórico, a Instituição se afastaria do viés científico, pelo contrário, ela estabeleceu liames com esse saber, imiscuindo-o no divino.

Na enunciação discursiva a seguir, pode ser conferida esse asserto:

[...] como resultado de seus estudos, linguistas estão convencidos que a linguagem de sinais são línguas no sentido pleno do termo. Pessoas surdas que usam uma linguagem de sinais são capazes de desempenhar todas as funções sociais normais de comunicação que são associadas com o uso de uma língua. O que já foi considerado uma vez um sistema rude, deficiente, icônico e uma influência negativa sobre o desenvolvimento linguístico da criança surda é agora considerado um importante recurso da comunidade de surdos para a integração social dos membros e para compartilhar seus valores e ideais coletivos com a geração seguinte de pessoas surdas. (HOEMANN, W., 1983, p. 22).

Foucault (1999 b) salienta que essa verdade que é estabelecida representa uma construção discursiva, sendo que há duas formas de produção da verdade: uma que é exclusivamente discursiva e a outra que também é discursiva, mas revestida de comprovação científica, e, acrescentando uma ponderação a essa assertiva de Foucault, esse revestimento científico, no caso do discurso religioso, é também munido do caráter divino, não sendo apenas para transmitir informações, mas já se construindo com vistas a uma estruturação ou, mais precisamente, uma ação que envolva os sujeitos sociais, sendo que a corresponsabilidade deverá ser atribuída a todos, pretendo alcançar o maior número possível de pessoas (DIAS, 1987).

Dessa forma, percebe-se nos textos que se sucedem na obra *Linguagem de Sinais do Brasil*, desde a primeira até a quinta parte, discursos que robustecem a imagem de um saber autorizado a circular, o saber sobre os surdos, sobre a educação de surdos. As práticas discursivas da Santa Sé em relação à surdez, com suas mudanças estruturais relacionadas ao melhor método para o trabalho educativo com os surdos, correspondem a um gesto de atualização dos sentidos da Instituição, que deve continuar a ser referência na educação de surdos.

É uma instituição de tradição: tradição em ensinar, tradição em formar, tradição em não marginalizar os surdos, tradição histórica de acolhimento e amparo aos surdos, tradição em possibilitar a educação para esses sujeitos através ou do método oral puro, da linguagem de

sinais, ou de ambos os processos juntos e, além de tudo isso, é porta-voz do divino e, como tal, “deve ajudar o surdo a encontrar Cristo na sua vida [...] somente com Cristo alguém pode se realizar totalmente como pessoa humana [...]” (OATES, 1983, p. 55).

Na conjuntura discursiva que a obra produz, ela incita e ensina como atuar na educação de surdos, sem perder de vista a mensagem evangélica:

[...] o ensino religioso: mais instrutores, catequistas, religiosos e leigos, mais pastores e sacerdotes que saibam comunicar-se bem com os surdos; escolaridade: mais escolas, especialmente para a formação profissional. Com a devida assistência o surdo pode resolver muitos de seus problemas e descobrir que ele tem valor como pessoa humana e que tem apenas uma deficiência sensorial que pode ser superada. Deus que não marginaliza ninguém, bem pode nos ajudar. (OATES, 1983, p. 43; 55).

No âmbito dessa intervenção e dessa assistência, a “educação bilíngue” é o atestado que a Igreja evidencia de que é eficiente e necessária, não apenas nesse campo, mas também em outros, pois seu discurso é fundado na competência científica e na autoridade divina, criando um consenso de eficácia do seu método e de suas ações e produzindo, assim, uma visão utilitária da religião e utilitarista da sua educação para com os surdos.

Esses dispositivos discursivos produzidos pela Instituição, segundo Deleuze (1996), encontram-se relacionados às práticas, atuando como aparelho ou ferramenta que constitui e organiza os sujeitos. Formam uma grade multilinear que está fundada em três alicerces: o saber, o poder e os modos de subjetivação.

Essa ideia de nutrir os sujeitos surdos com a instrução religiosa cingida a educação dessas pessoas, a partir de sua linguagem singular, perpassa toda a obra. Daí, parafraseando Chartieu (2003), percebe-se que esses discursos instauram uma ordem: seja a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual eles devem ser compreendidos ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que proferiu ou possibilitou a sua veiculação. Esses discursos são enunciações cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos.

O livro *Linguagem de Sinais do Brasil*, ao mesmo tempo que aborda o processo educativo para com os surdos, a partir do trabalho com a filosofia da Comunicação Total, também evidencia discursos pautados na catequese desses sujeitos sociais. Catecismos e orientações pastorais são essenciais à missão catequizadora da Igreja Católica, e isso veio a ocorrer de forma mais intensiva após o Concílio Vaticano II. Os documentos do Concílio constituem a base da renovação catequética dos últimos anos.

Por isso, livros, textos e outros trabalhos que tiverem esse viés deveriam enfatizar a catequese como missão primordial. Na enunciação discursiva abaixo, é possível perceber esse direcionamento:

A motivação e a necessidade da educação religiosa da criança surda não diferem da criança ouvinte. Variam a técnica e a programação da aprendizagem [...] É preciso encontrar o estilo da pedagogia da catequese [...] aproveitando as características próprias da criança deficiente auditiva para levá-las a descobrir um Deus grande que é nosso pai bondoso [...] ajudemos a criança deficiente auditiva a sair do seu mundo de silêncio, do seu egocentrismo, iniciando-a na doação de si, nos pequenos sacrifícios feitos por amor ao próximo. (IRMÃ CAMANA, 1983, p.71-72).

Além das orientações de cunho teórico a respeito da catequese, há também na obra textos com ensinamentos de cunho didático-pedagógico de como mediar esses ensinamentos catequéticos a esses sujeitos sociais:

Para se comunicar bem com a maioria dos surdos há uma necessidade indispensável de usar a Comunicação Total – isto é de acompanhar a palavra falada com sinais que ajudam a esclarecer a mensagem transmitida [...] No ensino da religião aos surdos podem-se usar os quadros e as fotos que tem uma mensagem [...] há pinturas, gravuras, slides, film-strips e filmes que são ótimos para a transmissão da mensagem evangélica aos surdos. Muitos surdos são atores naturais e gostam imensamente de dramatizar ao comunicar um incidente [...]. Muitas histórias da Bíblia, especialmente, as parábolas de Nosso Senhor podem ser dramatizadas de tal maneira que os surdos jamais esquecerão [...] sempre pode recorrer à soletração de uma palavra usando o alfabeto manual. É muito aconselhável soletrar devagar formando as letras com nitidez com a mão parada à altura do peito. Entre as palavras soletradas é melhor fazer uma pausa curta ou mover a mão direita para o lado esquerdo como se estivesse empurrando a palavra soletrada para o lado. A palavra escrita no papel ou no quadro negro também pode ser utilizada [...]. (OATES, 1983, p. 56-57).

Para a Santa Sé, a educação ocupou um papel fundamental no seu processo de rearticulação política e social na sociedade brasileira. A educação, através do trabalho catequético, sempre exerceu um papel importante na difusão de ideias, princípios e valores católicos, estando estes inseridos na missão maior: “Ide, pois e ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mateus, 28.19-20).

Dessa forma, o processo educativo catequético para com os surdos estaria incluso na missão docente da Igreja, assim como relacionado com a sua missão salvífica. As obras, as publicações e outros materiais se configuravam orientados pela premissa de mostrar o

caminho que conduz à Jesus Cristo, sendo, além disso, fundamentais para o projeto educacional e político da Instituição.

Outros discursos presentes na obra dizem respeito à promoção e ao investimento na Comunicação Total. E essa situação é incentivada, devendo ocorrer mediante a missão maior da Igreja através do chamado amor ágape:

O amor ágape aceita o surdo como pessoa de elevada dignidade e se entrega a ele de tal forma que está disposto a aprender sua linguagem de sinais valorizando o esforço que o surdo precisa fazer para se adaptar ao mundo dos ouvintes. O amor ágape não discrimina pela função, mas valoriza a pessoa por sua dignidade conferida por Deus. Desta forma, o amor ágape do cristão aceita a diferença da surdez e busca os melhores meios da comunicação total para servir o surdo na sua comunicação com a sociedade [...]. (WARTH, 1983, p. 76).

Essas enunciações presentes no livro se configuram como forma de resistência ou pura alienação? A verdade é que essa representação discursiva se aproxima de singularidades próprias do surdo, recriando, à maneira de um teatro, os temas centrais de sua existência e, como forma de poder que se exerce sobre a vida e categoriza os indivíduos, fixando a sua própria individualidade e identidade, impondo-lhes uma lei de verdade. Um olhar superficial sobre essa relação entre Igreja e surdos, poderia supor que não haveria assim, um sujeito que poderia resistir, mas que se marcaria pela submissão propiciada por múltiplas espécies de manipulação (FOUCAULT, 1980).

No entanto, conforme Certeau (1990), os sujeitos sociais empreendem as chamadas táticas que se configuram em ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às leis de verdade que visam produzir, mapear e impor, as táticas resultam em múltiplas maneiras de fazer. Dessa forma, sucedem das astúcias dos indivíduos e de suas capacidades inventivas, possibilitando a essas pessoas escaparem às empresas de controle e tomarem parte no jogo em questão.

No caso do objeto desta pesquisa, pode-se salientar que esses surdos que foram participantes desses quadros da Santa Sé em seu cotidiano, em sua cultura ordinária, desenvolveram táticas, as quais como bricolagens possibilitaram sutis vitórias em relação às múltiplas espécies de manipulação desencadeadas pelas chamadas leis de verdade, impostas pela Igreja.

Foram os pequenos sucessos ou golpes frutos das apropriações culturais que, através das práticas cotidianas, empreenderam múltiplas possibilidades de apropriação do que lhes era oferecido. Um exemplo disso foi a fundação da (FENEIS) Federação Nacional de Educação e



Integração de Surdos em 1987. Segundo Silva (2012 b) essa instituição, que foi fundada a partir da dissolução da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA) teve não apenas a presença de agentes religiosos católicos, quando da sua constituição<sup>43</sup>, mas na própria direção e gerenciamento dela vários sujeitos sociais resultantes dos quadros educacionais e paroquiais católicos participaram ativamente.

O livro *Linguagem de Sinais do Brasil*, finaliza disponibilizando, na última parte, a coleta de dados das entrevistas de surdos, chamados de "modelos surdos". As entrevistas foram registradas em videotapes e traduzidas para a língua portuguesa. A documentação desse repertório léxico foi feita a partir da filmagem de conversação e entrevistas de surdos registradas, e as conversas foram traduzidas em português e transcritas na forma de glosas.

- **Livro *E os surdos ouvirão***

O livro *E os surdos ouvirão* é de autoria de Nydia Moreira Garcez, religiosa dedicada ao ensino e catequese com os surdos. Aos 5 anos de idade, sofreu uma enfermidade que a levou à perda total de sua audição. Seus pais investiram em uma educação especializada, a qual auxiliou no seu processo educacional. Estudou em colégios católicos especializados na educação de surdos, sendo oralizada e aprendendo a realizar leitura labial, além de outros idiomas, como o francês.

No ano de 1947, seguiu vocação religiosa ingressando na Sociedade das Filhas do Coração de Maria. Como sempre manteve contato com adolescentes e jovens estudantes do Instituto Nacional dos Surdos no Rio de Janeiro e no Instituto Pestalozzi com deficiência auditiva que não haviam desenvolvido a fala e se comunicavam por intermédio de gestos, buscou desenvolver um trabalho voltado para a catequese e educação de surdos, fundando a Escola Especial Efheta em Curitiba no ano de 1950, dedicando-se ao mesmo trabalho nos quadros da Igreja Católica (A ESCOLA EPHETA..., 2013).

---

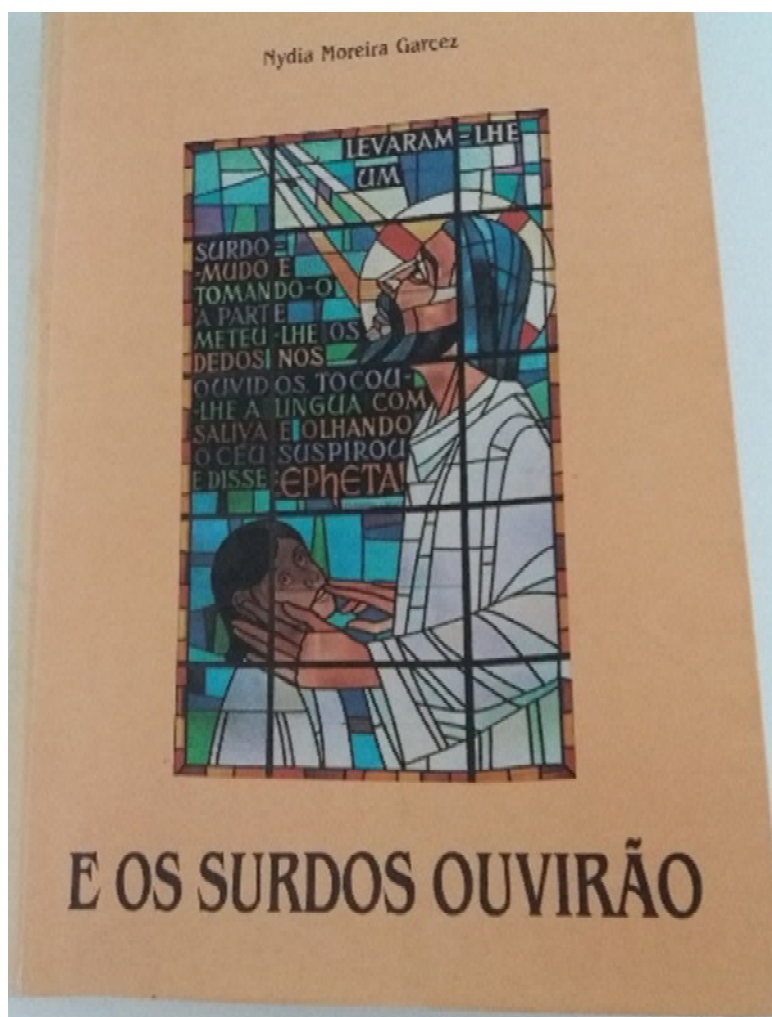
<sup>43</sup> Representantes de instituições que se configuravam instâncias fundamentais para os processos associativos na surdez e que estiveram e contribuíram para a formação da FENEIS, conforme SILVA (2012) participaram o “ Instituto Nossa Senhora de Lourdes (RJ), da Congregação das Irmãs Nossa Senhora do Calvário, estava presente a irmã Maria Lúcia Pinto Marques (surda). Representando o Centro Educacional de Educação e Linguagem CEAL e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (DF) estava o padre José Rimoldi, da Associação das Obras Pavonianas de Assistência. Em nome do Instituto Londrinense de Educação para Surdos (ILES), o padre Salvador Stragapede, que é o primeiro missionário vindo da Itália da congregação Missionários Gualandianos da Pequena Missão para Surdos. Por fim, estava também presente Rejane Assumpção, que também se afirma surda, atuante na Pastoral dos Adolescentes Surdos da Igreja Católica de Curitiba (PR), possuindo vínculos com a Escola Epheta” (SILVA, 2012 b, p. 30).

A obra de Garcez é de viés catequético-pedagógico voltada para professores e catequistas que trabalham com surdos. Possui 148 páginas e encontra-se dividida em três partes: a primeira dedica-se à temática sobre orientações aos catequistas quanto ao problema do deficiente auditivo; a segunda diz respeito a como ministrar a catequese aos deficientes auditivos; e a terceira e última parte traz orientações gerais sobre o planejamento de uma catequese para os deficientes auditivos.

No que tange à representação imagética da capa, esta retrata o milagre do *efatá* relatado no Evangelho de Marcos. O título é bem sugestivo: *E os surdos ouvirão*, encontrando-se a plasticidade, a iconicidade e a linguística imagética, bem elucidativas das enunciações discursivas presentes na obra. A imagem representada na capa apresenta um aspecto naturalizado, ou seja, imagens figurativas, traços registrados da realidade do milagre do *efatá*.

Tal elemento é intencionalmente escolhido de forma a propiciar aos leitores projeções e imaginações acerca da figura, “levando o espectador a construir imaginariamente o que não se vê no campo visual da representação, mas que o completa: o fora de campo” (JOLY, 1996, p. 94).

Figura 4 – Capa do Livro *E os surdos ouvirão*



Fonte: Garcez (1984).

Além disso, percebe-se que as cores e a iluminação podem provocar no leitor um estado que se assemelha ao de uma experiência primordial e divina, jogando com o não dito, com o subentendido, criando assim um sentimento transcendente de acessibilidade ao divino.

A evocação do milagre do *efatá* retratado na capa é também colocado intencionalmente de forma a incitar, nos leitores, a percepção do significado do tocar nos ouvidos e o tocar na língua do surdo com a saliva de Cristo. Nas palavras do Pe Vicente Masip (1980), esse ato significa cura e purificação, porque a saliva é água, e esta é de grande significado, pois representa o símbolo da vida e, também, porque a água é desinfetante por causa dos sais minerais que contém.

Além do mais, aquele ato pode rememorar a tipologia batismal. E aquele ato de cura não parou ali; na concepção religiosa. Cristo dispôs-se a um aprofundamento com uma linguagem pedagógica gestual, explorando o outro sentido do surdo-mudo: a visão, em que se

deve investir, pois os surdos, segundo o autor, ouve com os olhos. Assim como Jesus começou a boa obra, as pessoas devem continuar nesse propósito.

Se a representação imagética contém significações, estas são engranzadas com as enunciações discursivas da obra. *E os surdos ouvirão* se configura como uma possibilidade prática da repetição do milagre do *efatá*, naquela atualidade, através do processo educativo. Na verdade, a educação é a realização miraculosa do *abre-te*, porém, fundamentalmente alicerçada no prisma evangelístico da fé.

Nydia Garcez, ao escrever o livro, objetivou colaborar na escrita catequética voltada para surdos, principalmente auxiliando na formação de catequistas, com seus escritos construídos à luz de sua longa experiência como educadora e catequista de surdos, pois, em sua concepção, havia uma grande lacuna nos livros sobre catequese no Brasil com relação aos surdos.

A produção bibliográfica de Garcez insere-se na estratégia de ordem global da Igreja de difusão do pensamento católico que deveria, naquele dado momento conjuntural, de atingir diferentes grupos sociais tentando fazer com que todos assumissem a sua doutrina. Tendo em vista a formação de uma nação católica, o cuidado deveria ser voltado para todos, e isso deveria ocorrer de forma urgente, de maneira a suprir o povo com instrução religiosa, dando ênfase ao ensino do catecismo (MAINWARING, 2004).

Esses livros de orientação catequética tinham a função essencial de atender a um público maior, e seu caráter tornou-se eminentemente pedagógico. Por isso, os católicos podem ser colocados na posição de protagonistas nos projetos de remodelação escolar da educação de surdos. A obra *E os surdos ouvirão*, diferentemente dos livros de Oates, aposta na filosofia oralista, pois, nas palavras de Garcez (1984, p.42) sobre o oralismo: “A minha preocupação é que os surdos aprendam uma boa leitura labial, tenham boa comunicação que, contribua para o desenvolvimento da capacidade para aprender uma profissão para o trabalho”.

Nesse discurso, vê-se presente o atrelamento da educação das pessoas com necessidades especiais ao desenvolvimento, ou seja, uma premissa central no Brasil da década de 70 e nos anos iniciais da década de 80 (JANUZZI, 2004). A Instituição, em seus quadros educacionais, investia nas filosofias educacionais oralista, comunicação total, linguagem das mãos, enfim, no que realmente proporcionasse a integração do surdo na sociedade e sua preparação para o trabalho, pois um dos princípios evocados naquela conjuntura era o de normalização. Mas esse normalizar significava que a esses sujeitos fossem oferecidas condições de vida idênticas às que as outras pessoas recebiam, eles deveriam se tornar úteis. Dessa forma, a Igreja

associava a sua missão evangélica ao projeto nacional de desenvolvimento (MAINWARING, 2004).

Na primeira parte, Nydia Garcez fornece orientações aos catequistas sobre o problema do deficiente auditivo, enfocando o conceito de deficiência auditiva, a psicologia voltada para esse público, o problema da linguagem no deficiente auditivo e a inteligência desses sujeitos. Percebe-se que, nesse momento da obra, a autora se utiliza de vários teóricos e também religiosos que estudavam sobre a temática para fundamentar seus escritos.

As enunciações discursivas dessa primeira parte do livro circulam em torno da premissa da recuperação da fala dos sujeitos surdos, ou seja, eles deveriam aprender a falar e se comunicar pela leitura labial mediados pela pedagogia da fé. Conforme Garcez (1984), a linguagem oral era um fator de grande esperança para o surdo, e a catequese deveria mirar nessa perspectiva para ser efetuada:

Para que a catequese seja bem sucedida, os catequistas, além de esforçar-se em conhecer a psicologia do deficiente auditivo, devem procurar o meio em que ele vive, seus relacionamentos, suas reações, seus condicionamentos etc. Melhor do em livros de psicologia, é na convivência dinâmica com seus catequizandos que os catequistas irão encontrar o ponto sensível para comunicar-lhes a mensagem evangélica. (GARCEZ, 1984, p. 27).

Pode-se afirmar que o discurso ativista da Igreja não apenas na educação geral, mas também no processo educativo para com os surdos, era constante. Conforme Orlando (2008), os estudos sobre a Escola Nova<sup>44</sup> têm mostrado a face regional da educação no Brasil e a existência de formas católicas de apropriação dos seus saberes. As propostas pedagógicas escolanovistas foram implementadas pela Igreja em seus quadros, atualizando a organização pedagógica de seu ensino para com os surdos em que o ler e o escrever passaram a ser associados e racionalizados, e o conhecimento deveria ser adquirido através da experiência, ou seja, a observação de fatos e objetos deveria ser constante com o intuito do conhecimento, por isso o investimento no processo comunicacional desses sujeitos sociais.

Conforme Foucault (1999), existem diversas ações que perfazem o poder, ações estas que se realizam por diversos meios. As instituições podem desenvolver técnicas centradas no corpo, as quais produzem efeitos individualizantes, manipulando os corpos com vistas a

---

<sup>44</sup> A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no país sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. Para esse movimento, a educação seria o exclusivo elemento eficaz para o desenvolvimento da nação brasileira. O escolanovismo levava em consideração as diversidades, porém esses indivíduos deveriam ser aptos para serem inseridos na sociedade (VIDAL, 2003).

torná-los úteis e dóceis, pois a docilização do corpo tem uma vantagem social e política: a prescrição de comportamentos humanos estabelecidos e homogêneos.

Ao lançar luz sobre as enunciações discursivas da obra de Garcez nessa primeira parte, a partir dessa premissa foucaultiana, percebe-se que esse trabalho pedagógico catequético, pautado na recuperação da fala e focado na oralização do surdo, coaduna-se com a ideia da docilização dos corpos dos sujeitos surdos, com vistas a sua utilidade no meio social, ou seja, uma coerção disciplinar, que estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1999).

Na segunda parte da obra, há uma ênfase de Garcez sobre como deveria ser ministrada a catequese para os surdos e salienta sobre a fala do papa daquela época, João Paulo II, que ressalta “que os grandes progressos da ciência da linguagem deveriam ser postos ao serviço da catequese” (PAULO II, 1983, p.69). Nesse sentido, a catequese para os surdos deveria utilizar dos progressos científicos sobre o desenvolvimento da linguagem e, fundamentalmente, estar arraigada no conteúdo doutrinal evangelístico.

Segundo Passos (1999), a Igreja, no início do século XX, desenvolveu um ativo trabalho com vistas à recristianização do Brasil. Desse modo, empreendeu estratégias para reconstruir a cristandade brasileira e promover a civilização cristã, e, dentro dos eixos norteadores para a efetivação desse projeto, encontrava-se a catequese, através da qual objetivavam a conformação do campo pedagógico como ferramentas utilizadas para forjar uma cultura cristã.

A ressignificação da catequese albergava uma formação voltada para a vida religiosa na prática. Dessa forma, deveria se ensinar a doutrina sem perder de vista o aspecto formativo da educação religiosa, mas de forma atraente, interessante, para os sujeitos sociais e, conseqüentemente, produtiva para o objetivo ao qual se propôs (ORLANDO; DANTAS, 2008).

No caso da catequese voltada para surdos, esta deveria ser adaptada e atraente à realidade desses sujeitos. A obra de Garcez não fugiu desse estratagema global da Igreja, nas palavras da autora:

Convém não nos esqueçamos de que o deficiente auditivo normal (isto é, o que não possui outras deficiências além da surdez) é uma pessoa igual as outras, tem um coração para amar, sensibilidade, vontade, inteligência [...]. Na pedagogia da fé é necessário que os catequistas levem em conta a dificuldade que o deficiente auditivo tem para compreender os termos abstratos, os conceitos, os símbolos. Os catequistas devem ter igualmente boa informação sobre o nível de escolaridade em que se encontra a criança

ou adolescente deficiente auditivo, seu desenvolvimento ou atraso na linguagem. Usar apenas as palavras acessíveis à compreensão da criança ou do adolescente [...]. Por isso, faz-se necessário levar em conta suas capacidades, potencialidades, para desenvolvê-las. A pedagogia da fé supõe um grande respeito pela liberdade do deficiente auditivo [...]. (GARCEZ, 1984, p. 30; 37).

Esse discurso constitui uma trama que ultrapassa o meramente linguístico e obedece a uma lógica que não se limita a um determinado número de indivíduos apenas, não obedecendo também a uma lógica de circularidade interna e, pelo contrário, tendeu a se difundir. Essa enunciação discursiva a respeito do surdo o “igualar” aos outros sujeitos sociais, propugna por uma pedagogia específica a ser trabalhada com esses indivíduos e, ao mesmo tempo, sustenta o carisma do amor incondicional ao outro.

Observa-se que, por um lado, há uma legitimação das normas tradicionais, com as marcas típicas de um discurso religioso: a estrutura rígida das posições dos interlocutores e os dogmas sagrados como a fé, Deus e o amor sendo intocáveis, não passíveis de modificação. Tudo isso leva à percepção de uma aparência estática, cristalizada. Por outro lado, há um processo de mudança aparente na exploração de novos sentidos, pois os postulados são modificáveis: o surdo é igual ao outro, possui capacidades, devendo-se levar em conta essas capacidades, etc., assim como a ordem social também é modificável.

Dessa forma, percebe-se que a Instituição se apresentava permeável aos novos discursos que despontavam no cenário econômico e social brasileiro, adequando-se ativamente à nova paisagem política que se estabelecia no País com o processo de modernização, rumo à civilização da nação. Ocorre, por conseguinte, uma crescente aproximação entre a Igreja Católica e os diversos grupos sociais no País.

Segundo Orlando (2008), a formação com fins civilizatórios concordava com os interesses da Igreja. A catequese feita de forma orgânica e sistemática seria o mecanismo pedagógico ideal para a formação disciplinada do comportamento, atendendo às necessidades da formação do homem civilizado, capacitando-o para a vida em sociedade.

Conforme Foucault (2003), essa situação acima evocada se encontra dentro da perspectiva das relações entre saber e poder. Emergem, então, a tática e a estratégia a partir das práticas discursivas desenvolvidas pela lógica de múltiplas técnicas de sujeição que submetem corpos, dirigem gestos, regem comportamentos, constituindo sujeitos como produtos de uma multiplicidade de forças, por um conjunto de instâncias materiais.

De acordo com Passos (1999), a catequese através de impressos consistia na educação da fé dos diversos sujeitos sociais sob o ideal de iniciá-los na plenitude da vida cristã, sendo

utilizada também como um mecanismo de civilização adotado pela Igreja. Os textos dos catecismos tinham a função de sistematizar a ação catequética através do ensino, adequando a metodologia utilizada à idade e às circunstâncias em que seriam aplicados.

No caso dos surdos, nas palavras de Garcez (1984, p. 44):

O objetivo da catequese é anunciar. Também os surdos têm necessidade da palavra de Deus, tanto quanto os que escutam [...] os catequistas dos deficientes auditivos têm, pois, de anunciar-lhes a palavra de Deus através dos meios aptos à sua compreensão, quer com palavras adequadas, quer com o uso da mímica, etc. Esse anúncio será, pois feito de maneira tal que esteja dentro dos objetivos da catequese: um cristianismo autêntico.

Ao atentar para essa enunciação discursiva, percebe-se como a Instituição, com vistas a se manter como potencial influenciadora, modifica suas estratégias discursivas em que o ato de mandar foi acedido universalmente, não mais se reproduzindo em frágeis e autoritárias estratégias de dominação típicas da soberania. A flexibilidade discursiva adequou-se à variabilidade de situações encontradas na modernidade, proporcionando uma tecnologia de poder com estratégias de controle diferenciadas (FOUCAULT, 2003).

Garcez finaliza a segunda parte de sua obra, enfocando as estratégias a serem trabalhadas dentro da pedagogia da fé para com os surdos, assim como métodos apropriados para a catequese com esses sujeitos de forma a obter “uma coerente integração no mundo dos ouvintes” (GARCEZ, 1984, p. 60). O preceito de integração do surdo à sociedade era o ideal a ser perseguido, fato este presente nas enunciações discursivas da obra, ou seja, o anseio de uniformização e homogeneidade não deveria ser descartado da obra missionária catequética para com os surdos.

Na terceira e última parte de *E os surdos ouvirão*, a autora fornece orientações gerais sobre o planejamento de uma catequese aos deficientes auditivos, advertindo que, inicialmente, os educadores catequistas devem estar atentos ao nível em que se encontra o deficiente auditivo para, depois dessa etapa, iniciar o processo com esses indivíduos.

Para tanto, a autora ensina o passo a passo para a execução da catequese, possibilitando aos leitores da obra a construção e a execução de um projeto de desenvolvimento da linguagem de deficiente auditivo. A enunciação a seguir assevera esse asserto:

[...] o mestre mais experiente concluirá que o problema mais agudo que de fato necessita de mais atenção é o da deficiência da linguagem. Tudo o que precisa fazer, então, é utilizar a melhor técnica de comunicação, a fim de emergir no deficiente o vocabulário do estudante surdo, ensinar-lhe a sintaxe e fortalecer o surdo para que possa dominar com mais eficiência os conceitos



abstratos das realidades espirituais. (PADRE RUSSO, apud GARCEZ, 1984, p.102).

Dessa forma, percebe-se que, em seu discurso, Garcez sustenta uma das premissas básicas da educação oralista, que é a abordagem natural, a qual propõe reproduzir para o surdo as mesmas condições em que o ouvinte adquire a linguagem. Significa, assim, que o educador deve utilizar, na comunicação e no ensino, a linguagem oral, com algumas adaptações.

Daí vê-se o quanto os catequistas educativos da Instituição sustentam, mesmo com as adequações às filosofias educacionais de surdos, um discurso em favor da igualdade dos surdos aos ouvintes, o que, muito frequentemente, encobriu a ideologia de assimilação de uma hegemonia linguística e de pensamento, valendo-se do conceito de natural quando, na verdade, a homogeneização imperava.

A autora finaliza convocando os educadores catequistas, afirmando que a “messe é grande. Faltam os operários!” Como o lema da Campanha da Fraternidade de 1984 foi “Para que todos tenham vida”, ela ressalta que, para aqueles que foram privados da audição e da fala terem direito à vida, é necessário o empenho dos bispos, sacerdotes, religiosas, seminaristas, leigos, “para que se interessem pelo problema do surdo e busquem, com empenho, uma solução válida para que ele não fique tão esquecido!” (GARCEZ, 1984, p. 135-136).

Assim, percebe-se que, nos discursos das obras analisadas, o surdo era significado por uma verdade estabelecida em relação à sua linguagem e como esta se adequaria às situações contextuais que ora se apresentavam. Os saberes pedagógicos, morais e religiosos deveriam ser vistos como milagres oriundos do *efatá*, que se configuravam em remédio ou cura. Para tanto, esses saberes perpassavam por relações de poder, porque, como estratégia para mantê-los na sociedade, houve uma constante readaptação de práticas discursivas para com os surdos.

Dessa forma, essas práticas discursivas, conforme Bourdieu (1999), não só cumpriram o papel de legitimador da ordem política que levaria à reafirmação da importância dos valores espirituais, que passaram a ser requeridos pela sociedade como intrínsecos e fundamentais para a formação do ser humano, como também poderiam levar muitos outros sujeitos sociais a buscarem a Igreja como um elo da manutenção da ordem política e simbólica.

Tais práticas não atuavam, contudo, sobre uma ordem política institucional (parlamentar, partidária e de interesses particulares), mas no campo ideológico, unindo a fé e a vida por meio de uma articulação entre os conceitos intrínsecos à subjetividade e as ações

desencadeadas, ainda que, para isso, tenha de se adaptar aos moldes das novas configurações, em busca do limite seguro e estável de seu sistema de crenças historicamente hegemônico, transformando a mensagem estritamente teológica em uma proposta de malhas largas de ética pública (MARTELLI, 1995).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica brasileira, nutrida pela ideia de recristianização da sociedade, compreendia-se como representante legítima do verdadeiro Deus e única portadora da mensagem capaz de salvar o ser humano. Nesse sentido, empreendeu uma série de estratégias visando materializar seu papel de intervenção e decisão no contexto religioso, político e social no País.

As estratégias utilizadas consubstanciaram-se em uma espiritualidade militante, a qual respondia às condições históricas que se apresentavam naquele dado momento conjuntural. Dessa forma, a partir de variados artifícios, objetivando defender os seus propósitos religiosos e políticos, os quais se encontravam voltados para a ampliação do seu poder de influência sobre as estruturas da sociedade brasileira.

As estratégias discursivas do catolicismo na educação de surdos foram contundentes nas produções de sentidos e significados no que diz respeito à surdez. As técnicas e as tecnologias sociais utilizadas para terapêutica, para a integração e para a estimulação da comunicação desses sujeitos sociais estiveram relacionadas com as regras que permitiram a sua emergência naquele momento conjuntural com medidas e categorizadas de acordo com práticas diferentes.

O discurso, a partir dos artefatos e quadros educacionais voltados para a educação de surdos, foi construído e mediado legitimando um modelo discursivo a ser divulgado e fixado. Tal discurso não foi produzido apenas para transmitir informações, mas o seu processo de construção já foi estruturado de forma a envolver um grande número de sujeitos a fim de assentar ideologias na sociedade.

Assim, as práticas discursivas centradas ora na filosofia oralista, ora na comunicação total, ora na linguagem dos gestos estiveram assentadas em relações de poder, em cadeias interconectadas de genealogias de formas históricas, expressas em linguagens, discursos, espaços e práticas que definiram caminhos na educação desses indivíduos sociais (FOUCAULT, 2003).

Os discursos produzidos operaram no campo das significações daqueles sujeitos, ou seja, funcionaram como uma matriz de sentidos, e os surdos neles envolvidos se reconheceram, porque as significações ali lhes pareceram naturais. Em decorrência disso, a

compreensão dos sentidos e dos discursos produzidos pela Igreja Católica para com a surdez possibilitou identificar materialidades propiciadoras da apropriação/desapropriação de saberes e atitudes, ou seja, de uma cultura educacional, com suas práticas e metodologias, no que diz respeito à educação de surdos no Brasil.

Essa cultura educacional foi tornada “ensinável” pela Instituição, e tais práticas foram conectadas a discursos normativos e sociopolíticos presentes na sociedade brasileira da época. Tais discursos se entreteceram desde as trocas dialéticas entre os sujeitos nos espaços educativos católicos até os documentos, livros e outros materiais produzidos pela Igreja.

Esses discursos se configuraram em regimes de verdade, organizados e convencionados pela Igreja Católica, e encontraram-se estreitamente ligados à formação do pensamento social e, conseqüentemente, aos sujeitos bem como à sua linguagem. Os discursos, como regimes de verdade, instituídos e distribuídos pelas práticas discursivas, geraram sentidos, fazendo-se circular e se tornando referentes sociais que exerceram um poder de ação.

Dessa forma, os discursos centrados na habilitação, integração e assistencialismo propiciaram uma educação de caráter técnico-pedagógico. Sendo que, foram tecidas práticas discursivas, concepções de verdades, relações de saber e poder, os quais foram determinantes na educação de surdos no País.

A Santa Sé buscou desenvolver e adaptar vertentes pedagógicas que partia da deficiência auditiva em si mesma, do que se distinguia do normal, do que faltava, de forma a proporcionar o desenvolvimento de habilidades simples, de possibilitar condições para a subsistência e a inserção dessas pessoas. Essa investida no campo educacional não apenas dos surdos, mas em outros campos propiciou a consolidação e a influência da religião católica no País, o que garantiu seus interesses e estabeleceu estratégicas redes de influência de seu pensamento na sociedade brasileira.

Os discursos, as literaturas e as práticas institucionalizadas configuraram-se como um processo de emergência de um novo discurso em que os aspectos doença, miséria, maldição e castigo foram reconfiguradas e incorporadas ao campo da possibilidade, da educação e da integração. Nessa nova configuração discursiva, o milagre do *Efatá* incidiu no processo de normalização do surdo e da correção da surdez, ou seja, na busca pela capacitação do surdo na compreensão e na produção da linguagem oral. Assim, os pressupostos pedagógicos que foram admitidos pela Igreja encontravam-se fundamentados no ouvintismo e na reabilitação.

Esse atravessamento da religião agiu nas singularidades próprias desses sujeitos sociais e operou com formas de significação, proporcionando-lhes o “falar”, que, naquele dado

contexto social, era redentor, pois as formas de comunicação para aquelas pessoas eram essenciais em suas vivências na sociedade.

Os sentidos desse processo discursivo entre Igreja e surdos podem ser compreendidos não como um sentido, único, originário, verdadeiro, mas vários sentidos estavam presentes naquelas relações prático-discursivas. Dessa forma, não é possível enumerar os sentidos, pois estes emitiram uma variedades de signos, os quais explicitaram uma multiplicidade de significados: as maneiras de viver as mediações pedagógicas e religiosas, de aprendê-las, de significá-las e ressignificá-las.

Os signos, como instâncias que se efetuam ora nas imagens, ora nas funções, ora nos conceitos, não possuindo significações explícitas, nem ideias claras, e, como só existem sentidos implicados nos signos, estes foram vários e não nomináveis (DELEUZE, 2010). Assim, as intervenções e elaborações religiosas no campo da surdez viabilizaram aprendizagens, programações de comportamento, didáticas, pensamentos, propostas educacionais, e, nessa relação, aqueles sujeitos sociais puderam aprender, alterando, e porque não identificando-se?!

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; BARBOSA, Rafael Grigório Reis. A religião como educação. *Rev. educ.*, Campinas, PUC-Campinas, v.21, n.1, p.127-137, jan./abr. 2016.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, ano 11, n. 21, p.160-173, mar. 2001.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, um arquegenealogista do saber, do poder e da ética. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n° 35, p. 37-55, abr. 2004.
- ARDENGI, Luen Maraucci Rubião. *Análise do discurso e ensino de história: trajetória e sentidos*. 126 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências)-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2013.
- ASSIS, Raquel Martins de. *Psicologia, educação e reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p.109-120, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pic](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pic). Acesso em: 25 jul., 2017.
- AZZI, Riolando. *História da Educação Católica no Brasil*. São Paulo: SIMAR, 2005.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Tomo II/3-2: terceira época – 1930-1964.
- BARONA, Roberto Leiser. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas, 5, 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2011. p.80-100.
- BARROS, Alessandra Santana Soares e. *A deficiência relativizada: entre discursos e a prática política*. 2005. 199 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 6.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 7.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BARTHES, Roland. *La chambre claire*. Paris: Gallimard, 1980.
- BASTOS, Ednalma Rosa Oliveira. *Experiências culturais de alunos surdos em contextos socioeducacionais: o que é revelado?*. 2013. 262f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- BISOL, Cláudia A., SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, São Paulo, v.21, n.3, p.392-400, 2008.
- BLANCO, Juliana. Formação discursiva em textos sobre educação. *Revista On-line Linguagem*, São Carlos, n.8, p.70-85, 2015. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao08/JulianaBlanco.php>. Acesso em: 20 dez. 2017.

- BOSCHILIA, Roseli. Igreja e educação: estratégias de resistência. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 92-105, 2008.
- BOSCHILIA, Roseli. Juventude, ultramontanismo e educação católica. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 43, p. 87-102, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- BURKE, Peter. *O que é História cultural*. Trad: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CABANEL, Patrick; DURAND, Jean-Dominique. *Le grand exil des congrégations religieuses françaises: 1901-1914*. Paris: Les Éditions du CERF, 2005.
- CAES, Luiz André. *As portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja: a espiritualidade católica como estratégia política*. 2002. 211f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et al. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap.2, p.37-54.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et al. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.60-75.
- CARVALHO, M. M. C. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924- 1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes. 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARTIER, Roger. *Formas e Sentidos*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas/SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- COSTA, Bianca Silva Lopes. *Cidade de devoção festejo e reza: sentidos e significados da festa de Nossa Senhora do Rosário em Itaberaba-BA (1926-1960)*. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2013.
- COSTA, Célio Juvenal. Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do Santo Concílio de Trento. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano 2, n. 6, p. 2-3, fev. 2010.
- COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. *A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010.
- COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu. *Paideia*. Araraquara - SP, n 33, p. 09-17, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/paideia>. Acesso: 15 ago. 2019.

- COUTO, Edilece S. O arcebispo reformador e os irmãos leigos: notas da biografia de Dom Jerônimo Tomé da Silva. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 9, p. 85-100, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: \_\_\_\_\_. *O mistério de Ariana*. Trad. e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Veja: Ed. Passagens, 1996. p.1-6. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20pdf> . Acesso em: 6 jun. 2019.
- DELLA CAVA, R. Miracle at Joazeiro [1970]. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do Catolicismo brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 36, n. 41, p. 136-149, mar. 1976. Originalmente publicado em Nova York e Londres, pela Columbia University Press, 1970. p. 20-22; 216-217.
- DIAS, Romualdo. De Deus ao seu povo. In: ORLANDI, Eni. *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes, 1987. p.43-52.
- DOMESI, Maria Cecília. *A devoção nas CEBs: entre o catolicismo tradicional popular e a Teologia da libertação*. 2006. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DOSSE, François. *A História e Ciências Sociais*. Bauru-SP: Edusc, 2004.
- DOUETTES, Brenno Barros. *A tradução na criação de sinais-termos religiosos em Libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue*. 2015. 440 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- ERRERIAS, C. A. C. *Catolicismo e educação na década de 1930: o escolanovismo de Everardo Backheuser*. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- FERNANDES, Elaine Botelho Corte. “Aqui é o lugar do surdo. E põe essa imagem mais pra lá”: línguas, representações e territórios em práticas de letramento de uma comunidade surda em contexto religioso ouvinte. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.
- FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/591/589>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.



- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. v.1.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber: ditos & escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p.45-60.
- FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatim: hacia una crítica de la razón*. In: \_\_\_\_\_. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1990. p.45-90.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Truth and power. In: GORDON, C. *Power/knowledge: selected interviews and other writings*. New York: Pantheon Books, 1980. p.30-42.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FREITAS, Marissandra Silva do Rosário. *Religião e inclusão social: uma análise sobre o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte*. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Uma reflexão sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa*. Campo Grande: UFMS, 2015. Disponível em: file:///d:/user/downloads/uma%20reflexo%20sobre%20alguns%20conceitos%20da%20anlise%20do%20(5).pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.
- GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. *Veredas: Análise do Discurso*, PPG Linguística/UFJ, p. 119-129, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- GIORDANI, Rosselane. As relações de poder exercidas através do discurso. *Veredas: Análise do Discurso*, PPG Linguística/UFJ, p. 02-19, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/04/artigo>. Acesso em: 1º maio 2019.
- GOLDFELD, M. *A criança surda*. São Paulo: Plexus, 1997.
- GOLDFELD, M. *Fundamentos de Fonoaudiologia*. Rio de Janeiro: Guabara Koogan, 1998.
- GRANTHAM, Marilei Resmini. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas, São Paulo: RG, 2009.
- GREGOLIN, Maria do Rosário V. *As fadas tinham ideias: estratégias discursivas e produção de sentidos*. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, São Paulo, 1988.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant, la sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976.

GRIMM, Luciana Volcato Panzarini. *Da Bossa Nova à Tropicália: a relação entre memória e atualidade a partir do estudo discursivo da canção Procissão de Gilberto Gil*. 104f. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GUILHAUMOU, Jacques. La formation d'un mot d'ordre: plaçons la terreur à l'ordre du jour. *Bulletin du Centre D'Analyse du Discours*, Paris, Larousse, 1981.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso [1971]. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de FD*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 13-32.

HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992. t.II/1.

HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992. t.II/2.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. Algumas concepções de educação do deficiente. *Rev. Brasileira Ciência, Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: <http://oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/download/235/237>. Acesso em: 2 abr. 2019.

LAGROYE, Jacques. *La vérité dans l'Église catholique: constataions et restauration d'un regime d'autorité*. Paris: Belin, 2006.

LANGLOIS, Claude. *Le catholicisme au féminin: les congrégations françaises à supérieure générale au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Les Editions du Cerf, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEONARDI, Paula. Educação e Catolicismo. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 3-23, out./dez.2016.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez & Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LULKIN, Sérgio A. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos B. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. Cap. 2, p.33-49.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Prefácio. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida (Org.). *Histórias da Educação Católica no Brasil e em Portugal*. Curitiba: Appris, 2017. p. 7-13.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- MANGION, Carmen M. *Contested identities: Catholic women religious in nineteenth-century England and Wales*. Manchester: Manchester University Press, 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.
- MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, Luís Fernando (Org.). *O ensino de História e a Ditadura Militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p.40-65.
- MARTINS, Carlos B. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a sociologia da educação. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.46, p.59-72, 1990.
- MATA, Sérgio da. *História e Religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MATTOS, X. Psicologia Educacional. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 41/42, p. 501-509, 1933.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Necessidades educacionais especiais [verbetes]. In: *DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira: Educabrazil*. São Paulo: Mídiamix, 2001. p.8-15. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1980*. São Paulo: Ática, 2001.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães; ROCHA, Telma Brito. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Revista de Educação Especial*, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/273/132>. Acesso em: 26 de dez, 2017.
- MONTEIRO, Sandra Lopes et al. A análise do discurso e questões sobre a linguagem. *Revista X*, v. 2, p.01-18, 2006. Disponível em: <http://http://revistas.ufpr.br/revistax/article/viewFile/5424/5222>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- NASCIMENTO, Patrícia Gabriela Batista do. *Transmissão de conteúdos religiosos: o diálogo de catequistas com crianças e jovens surdos em Parnaíba-PI*. 2013. 57 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Escola Superior de Teologia, Parnaíba, Piauí, 2013.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Rodrigo Mendes. *O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de história em Goiás (1964-1979)*. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- ORLANDI, Enni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1996.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & leitura*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001a.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001b.
- ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965)*. 2008. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2008.
- ORLANDO, Evelyn de A.; DANTAS, Maria José. A educação nos impressos católicos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, UFS, v. 1, p. 81-98 jul./dez. 2008.
- PASSOS, Mauro. *A pedagogia catequética e a educação na primeira República do Brasil (1889-1930): seus pressupostos e suas relações*. 169 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In: \_\_\_\_\_. *L' inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1977. p.45-65.
- PEREIRA, Reginaldo Santos. Itinerários da pesquisa pós-estruturalista em educação. *Revista Eletrônica da Pós-Graduação em Educação*, UFG – Regional Jataí, v. 11, n.2, p.01-16, 2015.
- PERLIN, Gladis; STOEBEL, Karin. *Fundamentos da Educação de Surdos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. *Análise do Discurso: Cadernos da FFC*, Marília, v.6, n. 2, p.40-60, 1997.
- PUCCI, Bruno. *A nova práxis educacional da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. *Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RABINOW, Paul, DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- RAMPELOTTO, Elisane Maria. O processo e o produto na educação de surdos. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1993.
- REILY, Duncan Alexander. *Lucia: It occurred to me that a few facts about fairly early Christianity might be helpful to you in your understanding Monasticism*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003.
- REILY, Duncan Alexander. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p.308-326, maio/ago. 2007.
- REVEL, Judith. *Dicionário de Foucault*. Tradução Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

- RIBEIRO, Emanuela Souza. *Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais (1889-1930)*. 2009. 309 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Tradução Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ROCHA, Solange. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES, 2007.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934 – 1945)*. São Paulo: Autêntica, 2005.
- ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. *Pro-Posições*, Campinas, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n1/v25n1a04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- ROUX, Rodolfo. De la nation catholique à la republique pluriculturelle en Amerique Latine. In: BERTRAND, Michel; ROUX, Rodolpho (Ed.). *De l'un au multiple: dynamiques identitaires en Amerique Latine*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2008. p.20-40.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Os Estudos Surdos*. 2004. Disponível em: [www.feneis.org.br/educacao/artigos\\_pesquisas/estudos\\_surdos.htm](http://www.feneis.org.br/educacao/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm). Acesso em: 10 fev. 2017.
- SALES, Elielson. Deficiência e Educação: uma perspectiva histórica da educação de surdos. *Interfaces da Educação: Revista da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul*, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, v.3, n.9, p.30-44, 2012. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=arte&cat=7&idart=253>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- SAVIANI, Dermeval. A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da Resistência Ativa. In: \_\_\_\_\_. *História do Tempo e Tempo da História: estudos de Historiografia e História da Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2015. p.55-69.
- SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.20, p.60-70, 2002.
- SILVA, Candido da Costa; AZZI, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antônio Seixas Arcebispo da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1981.
- SILVA, César. *Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012 a.
- SILVA, César. Da falta à diferença no espaço público: considerações sobre a missão cristã voltada para a surdez. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador, 2008. p. 52-56.
- SILVA, César. *Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SILVA, César. Igreja Católica e Surdez: território, associação e representação política. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p13-38, 2012b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a02v32n>. Acesso em: 20 mar., 2017.

SILVA, Eliane Moura da. *Missões, religião e cultura: estudos de história entre os séculos XVIII e XX*. Curitiba: Prismas, 2017.

SILVA, Nilce Maria da. *Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação*. 2012. 268 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

SILVA, Paulo Julião. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 11., 2012. Porto Alegre. *Anais Eletrônicos...* Porto Alegre, Rio Grande do Sul: UFRS, 2012. Disponível em: [www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/.../1346280564\\_ARQUIVO\\_textoparaaanpuh-rs.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/.../1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf). Acesso em: 25 jul. 2017.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife*. 2003. 216f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVEIRA, Ivana Teixeira. Ação pastoral e educação: uma visão histórica e documental (1961-1992). In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S.; AGUIAR, Itamar Pereira de (Org.). *Educação e religião*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2012. p.37-47.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos (Org.). *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em Educação Especial*. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SKLIAR, Carlos. *La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica*. Mendoza, Argentina: EDINC, 1997.

SOUZA, Jacqueline Crepaldi. *Surdez e alteridade: expressões religiosas das crianças surdas*. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p.77-95, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a07v1852.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico teológico do Concílio do Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000. p.3-27.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

VANDRESEN, Daniel Salésio. *O discurso como elemento de articulação entre a arqueologia e a genealogia de Michel Foucault*. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, 2008.

- VAN, Acker, L. *Filosofia Pedagógica. A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 8, p. 12-27, 1930.
- VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 73-106.
- VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FIGUEIREDO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.50-72.
- VILLARES, Artur. *As congregações religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- WILLIAMS, James. *Pós-Estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- WORTHAM, Stanton. *Narratives in action: a strategy for research and analysis* [1963]. New York and London: Teachers College Press, 2001.

## FONTES

- A ESCOLA CATÓLICA [1977]. In: ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (AEC). *Documentos da Igreja sobre a Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1978. p.18-40.
- A ESCOLA EPHETA: proposta de reabilitação da Escola Epheta. *Revista Saúde On-line*, Curitiba, ano 2, p.4-5, mar. 2013. Disponível em: <https://rsaude.com.br/curitiba/materias?edicao>. Acesso em: 6 jun. 2016. p 04-05.
- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (AEC). *Documentos da Igreja sobre a Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1978.
- ARQUIDIOCESE JUIZ DE FORA, Arquivos. Disponível em: <http://www.arquidiocesejuizdefora.org.br/index.php>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- A TRIBUNA: Campinas, São Paulo, p.03, 31 ago. 1929 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).
- BACCHIN, César. *A ação inclusiva da Pastoral dos Surdos no Brasil*. 2006. Disponível em: <http://www.a12.com/redacaoa12/igreja/a-acao-inclusiva-da-pastoral-dos-surdos-no-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- BURNIER, Vicente de Paulo Penido. A história da linguagem de sinais no Brasil. In: HOEMANN, Harry; OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley (Org.). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1983. p.25-35.
- BURNIER, Vicente de Paulo Penido. Apresentação. In: OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos*. São Paulo: Santuário, 1969. p.9-10.
- BURNIER, Martinho Penido. Apresentação. In: OATES, Eugênio. *No silêncio da fé*. São Paulo: Santuário, 1961. p.9-11.

CAMPELLO, Murillo Rodrigues. Palavras de Exmo Sr. Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos. In: OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos*. São Paulo: Santuário, 1969. p.08-09.

CONCLUSÕES de Medellín sobre Educação [1968]. In: ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (AEC). *Documentos da Igreja sobre a Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: AEC, 1978. p.41-50.

CRUZ, Mariano. *AEC do Brasil: vinte anos a serviço da Educação 1945-1965*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1966.

DECLARAÇÃO *Gravissimum Educationis* sobre a Educação Católica [1965]. In: AEC. *Documentos da Igreja sobre Educação*. 2.ed. Rio de Janeiro, 1978. p.4-17.

DIÁRIO DA NOITE, Campinas, São Paulo, p. 4, 6 ago, 1937 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

FREIRAS brasileiras estudos na França. *Correio Popular*, Campinas, São Paulo, 29 ago. 1929 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

FUNDAÇÃO do Instituto Santa Terezinha. *Gazeta de Campinas*, Campinas, São Paulo, 11 ago. 1929 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

GARCEZ, Nydia Moreira. *E os surdos ouvirão: orientações para uma catequese aos deficientes auditivos*. 2.ed. Curitiba: Vicentina, 1984.

GAZETA DE CAMPINAS, Fundação do Instituto Santa Terezinha. *Campinas - SP*, 11 ago, 1929.

HOEMANN, Harry W. Surdez, linguagem de sinais e a comunidade de surdos. In: OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley; HOEMANN, Harry (Org.). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1983. p.19-24.

IGREJA CATÓLICA. *Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo atual*. Vaticano, 1965. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vaticancouncil/documents/vat-ii](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vaticancouncil/documents/vat-ii). Acesso em: 25 ago. 2017.

IGREJA CATÓLICA. Documento da Santa Sé para Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981. *L'Osservatore Romano*, Edição em Português, n. 12, p.6-7, 22 mar. 1981. Disponível em: [http://www.vatican//roman\\_curia/secretariat\\_etate/archivio/documents/rc\\_segst\\_19810304\\_doc](http://www.vatican//roman_curia/secretariat_etate/archivio/documents/rc_segst_19810304_doc). Acesso em: 4 abr. 2019.

IGREJA CATÓLICA. CNBB. 50 anos de Medellín (Dom Demétrio Valentini). 26 abr. 2018. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/50-anos-de-medellin/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

IRMÃ CAMANA, Marisa. Iniciação religiosa da criança deficiente auditiva. In: OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley; HOEMANN, Harry (Org.). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1983. p.71-73.

MASIP, Vicente. *A encruzilhada do doente*. São Paulo: Loyola, 1980.

METHODO empregado pelo Abbé de l'Epée aos surdos-mudos. *Correio Popular*, Campinas, São Paulo, 4 abr. 1934 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos*. São Paulo: Santuário, 1969.

OATES, Eugênio. *No silêncio da fé*. São Paulo: Santuário, 1961.



OATES, Eugênio. O surdo começou a falar. In: OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley; HOEMANN, Harry (Org). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1983. p.53-58.

OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley; HOEMANN, Harry (Org.). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1983.

O ENSINO aos surdos-mudos no Instituto Santa Terezinha. *Folha da Noite*, Campinas, São Paulo, 9 set. 1937 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

O ESTADO dos espíritos na hora presente. *Revista Santa Cruz*, ano 1, n° 2, nov. 1900.

PASTORAL DOS SURDOS. *Pastoral dos Surdos rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PAULO II, João. *A catequese hoje*. São Paulo: Paulinas, 1983.

RUSSO, Padre Antony. O Deus do adolescente surdo. In: GARCEZ, Nydia Moreira. *E os surdos ouvirão: orientações para uma catequese aos deficientes auditivos*. 2.ed. Curitiba: Vicentina, 1984. p.102-104.

WARTH, Naomi. A Comunicação Total na religião. In: OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley; HOEMANN, Harry (Org.). *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre: Pallotti, 1983. p.75-79.

WARTH, Naomi. *Formação de catequistas surdos: programa muito importante para estudos e atualização da catequese*. 1980. Disponível em: <http://www.affata.org.br>. Acesso em: 5 maio 2015.